



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**GREICE JUREMA DE FREITAS GOCH**

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTARÉM NO PERÍODO  
DE 2003 A 2016**

**Santarém-Pará  
2017**

**GREICE JUREMA DE FREITAS GOCH**

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTARÉM NO PERÍODO  
DE 2003 A 2016**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Oeste do Pará, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Educação, para obtenção do título de Mestre em Educação.

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria Lília Imbiriba Sousa Colares.

**Linha de Pesquisa:** História, Política e Gestão Educacional na Amazônia.

**Santarém-Pará  
2017**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

---

G576p Goch, Greice Jurema de Freitas  
Políticas educacionais da Secretaria Educacional de Educação de  
San - tarém no período de 2003 a 2016. / Greice Jurema de Freitas  
Goch. – San- tarém, Pa, 2017.

159fls.: il.

Inclui bibliografias.

Orientadora Maria Lília Imbiriba Sousa Colares

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará,  
Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em  
Educação, Mestrado Acadêmico em Educação.

1. Educação. 2. Política pública educacional. 3. Município de Santarém-Pará.  
I. Colares, Maria Lília Imbiriba Sousa Colares, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 379.81



**Ata da Defesa Pública de Dissertação de Mestrado Acadêmico**

Aos sete dias do mês de dezembro de 2017, às 09h00 na sala de Reunião da Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará, reuniram-se os membros da Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as) Drs(as). **Profa. Dra. Maria Lilia Imbiriba Sousa Colares** (orientadora e presidente), **Profa. Dra. Débora Cristina Jeffrey** (membro externo), e o **Prof. Dr. José Roberto Rus Perez** (membro interno) a fim de argüirem a mestranda **Greice Jurema de Freitas Goch**, com a dissertação intitulada **“POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTARÉM NO PERÍODO DE 2003 A 2016”**. Aberta a sessão pela presidente, coube a candidata, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, em seguida a banca fez as arguições, a candidata respondeu e, após as deliberações na sessão secreta foi:

- Aprovada, fazendo jus ao título de **Mestre em Educação**.  
 Reprovada

**Recomendações da Banca:**

*A banca destaca a relevância da pesquisa para a análise de política e o registro da Secretaria de Ed. em Santarém.*

Santarém, 07 de dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Maria Lilia Imbiriba Sousa Colares** - Orientadora/ Presidente/Ufopa

\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Débora Cristina Jeffrey** - Membro Externo/Unicamp

\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. José Roberto Rus Perez** - Membro Interno/Ufopa

Aos meus pais Mário Humberto e Graça Porto.

Ao meu pai biológico Orides Goch.

Ao meu esposo Rodinei Bentes.

Aos meus amados filhotes: Otto Guilherme e Paulo Gustavo.

As minhas queridas irmãs: Ynglea Goch e Polyana Freitas.

As minhas irmãs que tive o prazer de conhecer atualmente: Lidiane e Caroline Goch.

Aos meus tios, tias, primos, primas, cunhado e sobrinho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus que me encorajou todos os dias a ter fé e coragem na caminhada.

Aos meus amados filhos, Otto Guilherme e Paulo Gustavo que são o bálsamo da minha vida e me ensinam todos os dias o verdadeiro significado do AMOR INCONDICIONAL.

Ao meu esposo, Rodney Bentes, que me incentivou a continuar a estudar, sendo um companheiro me ajudando a cuidar das crianças e parceiro na elaboração das tabelas e gráficos para a consubstanciação desta pesquisa. Obrigada, meu músico, pelas trilhas sonoras que acalentou meu coração nos momentos de impaciência!

A minha família, meus Pais, minhas irmãs, meus tios e primos que sempre acreditaram no meu potencial e nunca me deixaram esmorecer no meu percurso formativo, sempre me dando a seguinte lição: Que mudanças na vida estão permeadas pela EDUCAÇÃO. Amo vocês!!!!

À minha orientadora, Dra. Maria Lília Imbiriba Colares, que me acolheu com muita sabedoria na maestria da construção desta dissertação e me ajudou a perceber que precisava colocar a “máscara de oxigênio” primeiro em mim e, depois, nas outras pessoas do meu convívio. És um ser de luz e ternura.

Aos meus colegas, Professores e amigos do Mestrado em Educação do PPGE/UFOPA, em especial, ao Grupo de pesquisa - HISTEDBR e as inesquecíveis PIBIC's com quem convivi momentos de intensas aprendizagens, aprimoramento de conhecimentos e fortalecimento de novas amizades. Um até breve.

As minhas irmãs de coração e confidentes que me deram FORÇA e aquele abraço acolhedor: Adriângela e Tânia, juntas somos mais fortes!

Aos funcionários, amigos da SEMED e, em especial, aos companheiros do dia a dia do Conselho Municipal de Educação de Santarém (Profª Sandra Vieira, Cláudia Neves, Paulo Marinho, Joelma, Lucas, Sra. Lúcia e Sra. Lourdes), ao Conselho de Alimentação escolar em nome do Sr. Francisco Lobato e ao Conselho do FUNDEB na Pessoa do Profº Luciano Freitas que colaboraram com fontes documentais e com palavras motivadoras, não me deixando desistir da caminhada. Gratidão é a palavra que resume meu sentimento por vocês.

Aos membros da banca avaliadora: Profª. Dra. Maria Lília Imbiriba Sousa Colares, Prof. Dr. José Roberto Rus Perez, Dra Débora Cristina Jeffrey, Profª. Dra. Maria Mirtes Cortinhas dos Santos e Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares. Obrigada pelas considerações, questionamentos e sugestões que me fizeram perceber que “Só sei que nada sei, e o fato de saber isso, me coloca em vantagem sobre aqueles que acham que sabem alguma coisa” (Sócrates).

A todos os meus amigos de caminhada profissional na educação pública estadual e municipal, aos professores e alunos da Escola Profª Terezinha de Jesus Rodrigues, minhas comadres que sempre mandavam uma mensagem de incentivo e acreditam na construção de uma educação santarena mais humanista e emancipadora.

[...] Enfim, a revolução é necessária para transformar a realidade, socializar a produção, promover a liberdade, emancipar a humanidade e conquistar a felicidade (ORSO, 2017, p. 159).

## RESUMO

A pesquisa teve como objetivo identificar e registrar as políticas educacionais implementadas pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Santarém, estado do Pará, no período de 2003 a 2016. A escolha do período para realização da pesquisa deu-se em função do levantamento da produção científica em torno do tema da política educacional nas secretarias de educação. Abordou-se os marcos regulatórios e históricos que influenciaram a formulação da política educacional brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394 de 20/12/1996, a Lei do FUNDEB, Lei Nº11.494/2007 que se consolidaram a partir das reformas educacionais da década de 1990, tendo como arcabouço teórico os pensamentos de Saviani (2002), Azevedo (2001), Perez (2010), Draibe e Riesco (2011), que relacionam a política social com a política pública. E outros mais específicos sobre a abordagem da política educacional, dentre eles: Martins (2002), Ganzeli (2013), Gouveia (2013), Colares e Colares (2013), Santos (2014), Carneiro (2014), Libâneo (2016) e outros. Apresenta-se o panorama da educação em Santarém e as políticas educacionais implementadas pela Secretaria Municipal. Na metodologia adotou-se a pesquisa qualitativa, tendo como categoria de análise: programas, projetos e ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação. Na produção de dados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a análise documental, tendo como fontes: Planos municipais de educação; Lei de gestão democrática; Plano de Carreira e Remuneração; Plano de ações articuladas (PAR); a Lei orgânica do município; relatórios de gestões; informativos, dentre outros. Os resultados demonstram que as políticas educacionais municipais têm relação com os programas federais, além de interferências do contexto socioeconômico na elaboração das legislações, o que pode ser constatado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 e com o Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014, dentre outros. Dando ênfase à categoria de análise de programas, projetos e ações, percebeu-se que a maior parte destes programas, no período de 2003 a 2016, foram políticas instituídas e implementadas do macrossistema para o microssistema. Constatou-se avanços na melhoria dos indicadores educacionais; investimentos na formação e qualificação docente por meio de parcerias com instituições universitárias; estabelecimento de convênios com programas e projetos federais por meio do FNDE para a realização de construções; ampliações, reformas de escolas da rede municipal. Por outro lado, foram evidenciados alguns retrocessos ocasionados pela descontinuidade de programas, projetos e ações locais.

**Palavras-chave:** Educação. Política Pública Educacional. Município de Santarém - PA.

## ABSTRACT

The research aimed to identify and record the educational policies implemented by the Municipal Department of Education and Sports of Santarém, state of Pará, from 2003 to 2016. The choice of the period to conduct the research was based on the survey of production educational policy in the education secretariats. The regulatory and historical frameworks that influenced the formulation of the Brazilian educational policy, such as the Law of Directives and Bases of Education, Law 9,394 of December 20, 1996, the Law of FUNDEB, Law No. 11494/2007, were adopted. (2002), Azevedo (2001), Perez (2010), Draibe and Riesco (2011), which relate social policy to public policy. And other more specific ones about the approach of educational policy, among them: Martins (2002), Ganzeli (2013), Gouveia (2013), Colares and Colares (2013), Santos (2014), Carneiro and others. It presents the panorama of education in Santarém and the educational policies implemented by the Municipal Secretary. In the methodology the qualitative research was adopted, having as category of analysis: programs, projects and actions developed by the Secretary of Education. In the production of data, bibliographical research and documentary analysis were used, having as sources: Municipal plans of education; Democratic management law; Career and Compensation Plan; Plan of articulated actions (PAR); the Organic Law of the municipality; management reports; information, among others. The results show that municipal education policies are related to federal programs, as well as interference with the socioeconomic context in the elaboration of legislation, which can be verified with the Law on Guidelines and Bases of National Education - Law 9394/96 and National Education Plan - Law 13.005 / 2014, among others. Emphasizing the category of analysis of programs, projects and actions, it was noticed that most of these programs, from 2003 to 2016, were instituted and implemented policies of the microsystem for the microsystem. Progress has been made in improving educational indicators; investments in teacher training and qualification through partnerships with university institutions; establishment of agreements with federal programs and projects through the FNDE for the construction of buildings; extensions, reforms of municipal schools. On the other hand, there were some setbacks caused by the discontinuation of local programs, projects and actions.

**Keywords:** Education. Public Educational Policy. Municipality of Santarém - PA.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Ocorrências das temáticas no Banco de Teses e Dissertações CAPES (2005 - 2016).....	24
<b>Quadro 2</b> - Ocorrências das temáticas no Banco de Teses e Dissertações CAPES – (2005 - 2016).....	25
<b>Quadro 3</b> - Ocorrências das temáticas no Repositório de Teses e Dissertações da UFPA (2005-2016).....	28
<b>Quadro 4</b> - Ocorrências de Dissertações Banco de Dados de Dissertações Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE (Mestrado Acadêmico em Educação).....	30
<b>Quadro 5</b> - Temáticas no Banco de Dados de Dissertações Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE (Mestrado Acadêmico em Educação) (2015 - 2016).....	31
<b>Quadro 6</b> - Definições de Políticas Públicas.....	40
<b>Quadro 7</b> - Definições de Políticas Educacionais.....	41
<b>Quadro 8</b> - Cursos ofertados pela UFOPA em Santarém-PA- 2017 .....	68
<b>Quadro 9</b> - Dependência Física da SEMED .....	88
<b>Quadro 10</b> - Governos Municipais no Período de 2003 a 2016.....	89
<b>Quadro 11</b> – Nível de formação dos Secretários Municipais de Educação de Santarém-PA, período de 2003-2016.....	90
<b>Quadro 12</b> - Os indicadores de gestão e eficiência .....	91
<b>Quadro 13</b> - Resoluções que orientam a Educação Básica para o Sistema Municipal de Ensino de Santarém.....	96
<b>Quadro 14</b> - Programas e Projetos na Gestão de 2003-2004 .....	116
<b>Quadro 15</b> - Programas e Projetos na Gestão de 2005-2008 .....	122
<b>Quadro 16</b> - Programas e Projetos na Gestão de 2009-2012 .....	129
<b>Quadro 17</b> - Programas e Projetos Desenvolvidos pela SEMED (2005 a 2011) ....	132
<b>Quadro 18</b> - Programas e Projetos Desenvolvidos pela SEMED (2013 a 2016)....	134
<b>Quadro 19</b> - Programas e Projetos na Gestão de 2013-2016 .....	136

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Estrutura organizacional - Prefeitura de Santarém.....	54
<b>Figura 2</b> - Distribuição de atribuições e responsabilidades do Programa Escola Campeã.....	76
<b>Figura 3</b> - Organograma da Secretaria Municipal de Educação e Desporto – SEMED 2003-2004 .....	103
<b>Figura 4</b> - Organograma da Secretaria Municipal de Educação e Desporto – SEMED (2005- 2008).....	104
<b>Figura 5</b> - Organograma da SEMED (2008-2012).....	105
<b>Figura 6</b> - Organograma da SEMED - 2013 .....	106

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Taxas de rendimentos da educação de jovens e adultos - EJA - ANO: 2003 a 2012 .....	70
<b>Gráfico 2</b> - Taxas de rendimentos da EJA Fundamental - ANO: 2013 a 2016 .....	70
<b>Gráfico 3</b> - Taxas de Rendimentos do Ensino Fundamental - ANO: 2003 a 2016 ....	85
<b>Gráfico 4</b> - Matrícula do Ensino Fundamental rede municipal - 2013 a 2016 .....	101
<b>Gráfico 5</b> - Matrícula da Educação Infantil - 2003 a 2016 .....	101
<b>Gráfico 6</b> – Variação na Formação dos professores por escolaridade no período de 2005 e 2011.....	124

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Evolução da População de Santarém 2003-2010 .....	52
<b>Tabela 2</b> - Produto Interno Bruto De Santarém por Setor de atividade econômica 2003-2014 .....	54
<b>Tabela 3</b> - Número de Matrículas na Educação Básica – 2016 .....	57
<b>Tabela 4</b> - Matrícula da Rede Municipal (2007-2016) .....	58
<b>Tabela 5</b> - Demonstrativo de Alunos e Escolas da Rede Municipal de Ensino - 2016 .....	58
<b>Tabela 6</b> - Demonstrativo de Matrículas na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino .....	60
<b>Tabela 7</b> - Evolução do número das matriculas do ensino fundamental na rede municipal e estadual em Santarém-PA, no período de 2006-2016 .....	64
<b>Tabela 8</b> - Números de Matrículas da Educação Profissional 2011-2013 .....	65
<b>Tabela 9</b> - Quantitativo de alunos por ano de ingresso no IFPA .....	65
<b>Tabela 10</b> - Demonstrativo de Discentes Graduados e Pós-Graduados da UFOPA-2014-2016 .....	67
<b>Tabela 11</b> - Quantidade de Cursos ofertados pela UFOPA em Santarém-PA-2017 ..	67
<b>Tabela 12</b> - Quantidade de Alunos da Educação Especial inclusos na Rede Municipal- 2003 e 2016 .....	71
<b>Tabela 13</b> – Quantidade de Alunos da educação especial atendidos em Santarém.	72
<b>Tabela 14</b> - Quantidade de Alunos da educação integral da Rede Municipal de Santarém- 2012- 2015 .....	82
<b>Tabela 15</b> - Demonstrativo de alunos matriculados e escolas da Rede Municipal de Ensino de Santarém 2013-2016.....	83
<b>Tabela 16</b> - IDEB- Resultados.....	85
<b>Tabela 17</b> - Nucleação das escolas da Zona Rural (2004 e 2016) .....	92
<b>Tabela 18</b> - Demonstrativo das Receitas do FUNDEB - Santarém .....	93
<b>Tabela 19</b> - Quantidade de Recursos - PNAE.....	95
<b>Tabela 20</b> - Demonstrativo de Resoluções e Pareceres do CME/STM.....	97
<b>Tabela 21</b> - Educação Indígena - Quantidade de escolas e alunos .....	102
<b>Tabela 22</b> - Educação Quilombola - Quantidade de escolas e alunos.....	102
<b>Tabela 23</b> - Números da Formação de Professores .....	118

<b>Tabela 24</b> - Demonstrativo de professores cursando Nível Superior com Bolsa da Prefeitura Municipal de Santarém .....	119
<b>Tabela 25</b> - Indicadores da Rede Municipal de Ensino (aprovação e evasão).....	120
<b>Tabela 26</b> - Formação de professores da esfera municipal por escolaridade .....	125
<b>Tabela 27</b> - Valorização Salarial dos professores .....	125
<b>Tabela 28</b> - Quantidade de Projetos Executados Pela Semed em 2005-2008 .....	126
<b>Tabela 29</b> - Números da Formação e Progressão dos Professores .....	131
<b>Tabela 30</b> - Valorização Salarial dos Professores .....	131
<b>Tabela 31</b> - Formação/ Valorização dos Professores.....	138
<b>Tabela 32</b> - Quantidade de Escolas Construídas .....	142
<b>Tabela 33</b> - Quantidade de Escolas Ampliadas e Reformadas .....	142
<b>Tabela 34</b> - Quantidade de Escolas Construídas em 2005 - 2011 .....	143
<b>Tabela 35</b> - Quantidade de Escolas Reformadas e Ampliadas .....	144
<b>Tabela 36</b> - Quantidade de Escolas Construídas, Ampliadas, Pinturas e Pequenos Reparos na Zona Urbana .....	144
<b>Tabela 37</b> - Quantidade de Escolas e creches Construídas, Ampliadas, passaram por Pinturas e Pequenos Reparos na Região do Campo - Planalto.....	145
<b>Tabela 38</b> - Quantidade de Escolas Construídas, Ampliadas, Pinturas e Pequenos Reparos na Região do Campo- Rios (Lago Grande, Arapiuns, Várzea, Tapajós e Arapixuna).....	145

## LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CF	Constituição Federal
CAPES	Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEULS/ULBRA	Centro Universitário Luterano de Santarém
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFM	Câmara de Ensino Fundamental e Modalidades
CME	Conselho Municipal de Educação
COEF	Coordenadoria de Ensino Fundamental
DCNEIs	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
EDUCIMAT	Educação de Ciências e Matemática
EF	Ensino Fundamental
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IESPES	Instituto Esperança de Ensino Superior
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
FIT	Faculdades Integradas do Tapajós
FME	Fórum Municipal de Educação de Santarém
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
GAB	Gabinete
HISTEDBR	Grupo de Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
OBMEP	Olimpíadas Brasileira de Matemática das Escolas Públicas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAR	Plano de Ações Articuladas
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PAT	Plano Anual de trabalho
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC	Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa
PNDL	Programa Nacional do Livro Didático
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas
PROINFO	Programa Nacional de Informática na Educação
PROFORMAÇÃO	Programa de Formação de Professores em Exercício
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEB	Secretaria de Educação Básica
SEMAD	Secretaria Municipal de Administração
SEMED	Secretaria Municipal de Educação e Desporto
SEMTRAS	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizado Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SINPROSAN	Sindicato dos Profissionais de Educação de Santarém
SISPAE	Sistema Paraense de Avaliação Educacional
SIOPE	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
Unama	Universidade da Amazônia
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNIP	Universidade Paulista
UNIUB	Universidade de Uberaba
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
1.1 ASPECTOS GERAIS DA PESQUISA.....	17
1.2. PERCURSO METODOLÓGICO.....	22
1.3. ESTADO DA ARTE (2003 - 2016) .....	23
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	33
<b>2 POLÍTICA SOCIAL, POLÍTICA PÚBLICA E POLÍTICA EDUCACIONAL</b> .....	<b>35</b>
2.1 POLÍTICA SOCIAL: REFLEXÕES E CONCEITOS .....	35
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS .....	39
<b>2.2.1 Conceituando Políticas Públicas e Políticas Educacionais</b> .....	<b>40</b>
<b>2.2.2 Políticas Educacionais Brasileiras: análise dos marcos regulatórios na CF de 1988 e na LDB nº 9394/96</b> .....	<b>46</b>
<b>3 O PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM SANTARÉM</b> .....	<b>51</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM.....	51
<b>3.1.1. Aspectos históricos, geográficos e socioeconômicos</b> .....	<b>51</b>
<b>3.1.2 Aspectos educacionais</b> .....	<b>55</b>
3.2 ATENDIMENTO ESCOLAR, ELEVAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULA... 57	
<b>3.2.1 Educação Infantil</b> .....	<b>59</b>
<b>3.2.2 Ensino Fundamental</b> .....	<b>61</b>
<b>3.2.3 Ensino Médio</b> .....	<b>64</b>
<b>3.2.4 Ensino Superior</b> .....	<b>66</b>
3.3 MODALIDADES DE ENSINO E EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE ETNICORRACIAL .....	69
<b>3.3.1 Educação de Jovens e Adultos</b> .....	<b>69</b>
<b>3.3.2 Educação Especial</b> .....	<b>71</b>
<b>3.3.3 Educação e Diversidade Etnicorracial</b> .....	<b>72</b>
<b>4 GESTÕES MUNICIPAIS NO PERÍODO DE 2003 A 2016: DEPENDÊNCIA FÍSICA, DESCENTRALIZAÇÃO E AUTONOMIA.</b> .....	<b>74</b>
4.1 GESTÕES MUNICIPAIS NO PERÍODO DE 2003 - 2016.....	74
<b>4.1.1 Gestão municipal 2003-2004</b> .....	<b>74</b>
<b>4.1.2 Gestão municipal 2005-2008</b> .....	<b>77</b>
<b>4.1.3 Gestão Municipal 2009 - 2012</b> .....	<b>81</b>
<b>4.1.4 Gestão municipal 2013- 2016</b> .....	<b>83</b>
4.2 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTARÉM .....	87
<b>4.2.1 Dependência física</b> .....	<b>88</b>

<b>4.2.2 Gestões da SEMED .....</b>	<b>88</b>
<b>4.2.3 Rede de ensino atendida pela SEMED .....</b>	<b>90</b>
<b>4.2.4 Atores envolvidos na Política educacional de Santarém.....</b>	<b>92</b>
<b>4.3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDAS PELA SEMED (2003-2016) ..</b>	<b>98</b>
<b>4.3.1. Descentralização e autonomia: a organização administrativa da SEMED .....</b>	<b>102</b>
<b>4.3.2. Descentralização e autonomia política, administrativa, financeira e pedagógica .....</b>	<b>107</b>
<b>4.3.3 Descentralização e autonomia: fortalecimento do poder local, participação e gestão democrática.....</b>	<b>109</b>
<b>5 POLÍTICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: OS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES EDUCACIONAIS.....</b>	<b>114</b>
<b>5.1 PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SEMED.....</b>	<b>114</b>
<b>5.1.1 Programas e Projetos (2003-2004).....</b>	<b>115</b>
<b>5.1.2 Programas e projetos: Formação e qualificação docente .....</b>	<b>117</b>
<b>5.1.3. Programas e Projetos: Pedagógico didático-curricular.....</b>	<b>119</b>
<b>5.2 PROGRAMAS E PROJETOS (2005-2008) .....</b>	<b>119</b>
<b>5.2.1 Programas e Projetos: formação e qualificação docente (2005 a 2008)..</b>	<b>124</b>
<b>5.2.2. Programas e Projetos: Pedagógico didático-curricular.....</b>	<b>125</b>
<b>5.3 PROGRAMAS E PROJETOS (2009-2012) .....</b>	<b>126</b>
<b>5.3.1 Programas e projetos: Formação e qualificação docente .....</b>	<b>130</b>
<b>5.3.2. Programas e Projetos: Pedagógico didático-curricular.....</b>	<b>131</b>
<b>5.4 PROGRAMAS E PROJÉTOS (2013 – 2016).....</b>	<b>133</b>
<b>5.4.1 Programas e projetos: Formação e qualificação docente .....</b>	<b>138</b>
<b>5.4.2. Programas e Projetos: pedagógico didático-curricular.....</b>	<b>140</b>
<b>5.5 PROGRAMAS E PROJETOS: REDE FÍSICA .....</b>	<b>141</b>
<b>5.5.1 Rede Física na Gestão de 2003 - 2004 .....</b>	<b>141</b>
<b>5.5.2 Rede Física na Gestão de 2005-2012.....</b>	<b>142</b>
<b>5.5.3 Rede Física na Gestão de 2013 a 2016 .....</b>	<b>144</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>147</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>153</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“Nenhum vento nos será favorável se não soubermos o porto de destino”  
(SÊNECA, século IV a.C.).

### 1.1 ASPECTOS GERAIS DA PESQUISA

A política é o meio pelo qual os homens regulam e ordenam os seus interesses conflitantes para conseguirem organizar sua vida em sociedade, na tentativa de estabelecer uma convivência justa e equilibrada. Assim, o conceito de política está relacionado ao convívio familiar e social incluindo o processo de escolarização do sujeito. Conforme Padilha:

[...] A palavra *política*, em seu sentido específico, pode representar a Administração do Estado pelas autoridades e especialistas governamentais, as ações da coletividade em relação a tal governo, as atividades dos políticos ou dos especialistas em política-geralmente filiados a partidos políticos. (2002, p. 20-21).

Em outra perspectiva, Ney define a palavra política ressaltando que POLICY e POLITICS são duas palavras inglesas que não são sinônimas, pois “*policy* significa programa de ação e *politics* corresponde ao espaço da política partidária” (2008, p.17). Nesta pesquisa, defende-se a definição de política como a que não se restringe ao programa de ação ou agenda de governo, isto é, às políticas de Estado alcançadas por uma administração.

A política educacional se refere às decisões e direcionamentos que o Estado toma em relação à educação estando, portanto, relacionada com o sistema capitalista e com a globalização da economia, que enfatiza uma nova organização escolar de natureza competitiva e antidemocrática.

Mediante este contexto, desenvolver investigações sobre políticas públicas direcionadas à educação é importante, pois podem desvendar os mecanismos de controle do Estado e possivelmente direcionar a elaboração e gestão de tais políticas com o objetivo de que crianças, adolescentes e adultos não continuem sendo vítimas de uma sociedade desigual, competitiva e excludente que preceitua o preconceito, a violência, o individualismo e a não participação nos processos de tomada de decisão.

Nessa perspectiva surge a necessidade de o Estado proporcionar o bem-estar do povo com a promoção de políticas públicas educacionais que garantam os direitos fundamentais assim como a participação destes sujeitos na condução da vida pública. Sobre isso, Martins ressalta:

Contudo, as investigações encetadas após os anos 1990 reacenderam o debate sobre a necessidade de se analisar a implementação de políticas públicas de Educação, colocando no centro das preocupações, novamente, a ideia de igualdade e de como a educação pode ser promotora de equidade social (MARTINS, 2010, p. 37).

A Constituição Federal de 1988 define a educação nos artigos 205 ao 214 e se caracteriza como uma política pública instituinte para o Estado Brasileiro, ao mesmo tempo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei Nº 9.394/1996 é caracterizada como uma política regulatória para a organização da educação nacional. Assim, essas duas legislações são marcos que estruturam a política educacional Brasileira. Desta forma, fica estabelecida a elaboração de diretrizes de políticas educacionais federais em documentos e planos. Essas duas legislações são marcos que estruturam a política educacional brasileira e que basilaram o estudo complementado pela análise da elaboração e implementação das políticas educacionais federais em documentos e planos, assim como a amplitude das abordagens teóricas e legais fazendo a correlação com as locais.

Na perspectiva de buscar situar o campo teórico em que foram e vêm sendo analisadas, cabe advertir que a literatura pertinente é enfática ao reconhecer o modo heterogêneo e ambíguo como se classificam os vários autores na pluralidade de abordagens de teórico-metodológicas existentes sobre as políticas públicas. Apesar das dificuldades, porém, é possível identificar os pólos de convergência e as dificuldades e controvérsias na classificação e no exame dos estudos concernentes à área em questão (AZEVEDO, 2001, p.7).

A reforma do Estado promovida no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003) trouxe impactos para a administração pública como a privatização de empresas estatais, instaurando um modelo de gestão das políticas sociais pautado na descentralização. Esta reforma provocou consequências para as políticas sociais assim como para as políticas públicas educacionais, as quais sofreram fortes influências de organismos internacionais como: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura - Unesco -, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Programa das Nações Unidas

para o Desenvolvimento – PNUD e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

A partir da década de 1990, aconteceram reformas educacionais que se configuraram em políticas públicas de caráter compensatório, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica com o discurso da universalização de todas as etapas deste nível de ensino para todos os indivíduos. Além disso, a descentralização de recursos financeiros foi outro fator importante para as políticas educacionais através da promulgação da Lei nº 9.424/1996 do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), e que hoje é designada de FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) - Lei nº 11.494/2007, prevendo o atendimento da Educação Básica, obedecendo o dispositivo no art. 212 da Constituição Federal de 1988.

Nesse período, foram desenvolvidos outros instrumentos que possibilitaram o controle da política educacional e o processo de descentralização da execução desta para os estados e municípios. É premente citar que o Sistema Escolar passa a ser controlado por uma política de avaliação denominada de Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB. No que se refere à reforma curricular, foi criado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que tinham a finalidade de subsidiar a elaboração/ reelaboração de uma proposta pedagógica que fundamentasse um currículo pautado na cidadania do aluno.

As reformas que se iniciaram na década de 1990 buscavam a promoção de uma política de qualidade, controle, municipalização e descentralização de recursos, por isso foram desenvolvidos alguns programas que foram compromissos do governo brasileiro com a agenda internacional do Banco Mundial, como é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa TV Escola, Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) e Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO).

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva enumera-se a implementação de novos programas que priorizaram o mercado, assim como a efetivação de políticas educacionais favoráveis ao desenvolvimento da Educação Básica. É importante

mencionar as seguintes políticas educacionais: o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério - FUNDEB (2007), o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE vinculado ao “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, o qual foi instituído pelo Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, e o Plano de Ações Articuladas (PAR).

Faz-se necessário pontuar estes programas e projetos desenvolvidos no macrossistema de 2003 a 2016 porque trouxeram implicações para a formulação das políticas federais e deram base para a fundamentação da categoria programas, projetos e ações com o registro do desenvolvimento das políticas locais municipais. Assim sendo, houve a necessidade, também, de utilizar as subcategorias como: Formação/qualificação docente; Pedagógico, didático-curricular; e Rede física, que consubstanciaram a análise do objeto de estudo.

Assim, o presente estudo focalizou as políticas educacionais no município de Santarém-Pará implementadas pela Secretaria Municipal de Educação no período de 2003 a 2016 a partir da seguinte questão investigativa: Quais foram as Políticas educacionais desenvolvidas no período de 2003 a 2016 na Rede Municipal de Santarém-Pará? E foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental utilizando como fontes: Planos Municipais de educação; Lei de gestão democrática; Plano de Carreira e Remuneração do Magistério; Plano de ações articuladas, a Lei orgânica do município de Santarém de 05 de abril de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, o Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014, dentre outras literaturas pertinentes na formulação e reformulação das políticas educacionais de acordo com recorte temporal citado.

É importante destacar o desenvolvimento da tese intitulada: Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Santarém (1989-2002) da autora Maria Lília Imbiriba Sousa Colares. Considerando essa tese, esta pesquisa contribui para a continuidade de investigação referente ao registro das Políticas Educacionais no Sistema Municipal de Ensino de Santarém, haja vista que se percebeu uma carência na produção científica e uma lacuna no resgate histórico referente ao objeto de estudo. Isso significa dizer que este estudo sinalizou sistematizações que poderão fornecer um registro histórico e conceitual sobre as políticas educacionais municipais de Santarém, preservando assim a história da educação pública local.

A troca de dirigentes públicos de concepções partidárias distintas e o reordenamento das políticas de acordo com a agenda de cada governo transforma a

educação numa descontinuidade de alguns programas e projetos federais e locais, até porque a falta de compromisso com a educação para ajudar a qualificar os educandos para o enfrentamento social pode provocar um descompromisso com a educação municipal em uma rotina de cumprimento das formalidades legais e partidárias, que não alavanca uma política educacional que prime pela formação de educandos capazes de construir a sua história. Isso tudo pode ser mudado por meio de ações educacionais pautadas nos princípios da gestão democrática, da participação ativa e da consciência crítico-reflexiva no interior da escola e na organização do Sistema Educacional.

Assinale-se, ainda, que são raros os estudos comparativos no Brasil dedicados a analisar as diferentes políticas públicas implementadas nas diferentes esferas (estaduais, regionais, municipais). No caso de um País onde predomina um federalismo híbrido, essa abordagem comparativa seria fundamental e necessária para desvendar os mecanismos de funcionamento e ação do Estado brasileiro, tributário ainda de uma tradição burocrático-autoritária e prebendalista, cujos programas de governo se sucedem rapidamente e se sobrepõem em todas as esferas (MARTINS, 2010, p. 36).

Vale ressaltar que a atuação dos governantes pode ser permeada por influências do contexto socioeconômico brasileiro, o que influencia o desenvolvimento das políticas educacionais. Não basta, então, ter uma educação com melhorias na rede física, como reforma, ampliação e construção, com um projeto pedagógico que privilegie as normatizações de acordo com os interesses dos dirigentes municipais, o que fere a própria Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9.394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 e até mesmo legislações locais implementadas pelo Conselho Municipal de Educação de Santarém, com orientações pertinentes ao funcionamento do Sistema de Ensino neste município referente à organização curricular com a implementação de programas e projetos, gestão democrática da educação, qualificação docente e infraestrutura adequada de escolas, para a efetivação do direito à educação de crianças e adolescentes, prioritariamente no Ensino Fundamental e, posteriormente, na Educação Infantil.

Diante disso, a presente pesquisa teve como objetivo geral registrar as Políticas Educacionais implementadas pela Secretaria Municipal de Educação de

Santarém no período de 2003 a 2016. Acrescenta-se, também, os seguintes objetivos específicos que delinearão o objeto de estudo:

- Identificar os programas e projetos desenvolvidos na SEMED no período de 2003 a 2016;
- Realizar um panorama da educação em Santarém;
- Registrar as ações educacionais locais que favoreceram o desdobramento das políticas educacionais no período de 2003 a 2016.

## 1.2. PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa é de cunho qualitativo delineada de forma descritiva ao propor o registro documental dos programas, projetos e ações da agenda política de acordo com a questão investigativa. Sobre a pesquisa qualitativa, Flick assevera que:

Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa [...] consistem na escolha correta de métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento, e na variedade de abordagens e métodos (FLICK, 2007, p. 20).

O estudo se caracterizou como bibliográfico e documental acerca do objeto pesquisado e não se teve a pretensão de avaliar o ciclo de desenvolvimento das políticas educacionais no Sistema e nem nas escolas, somente registrá-las conforme a periodização supracitada.

No que se refere às técnicas de produção de dados, nesta pesquisa considerou-se os seguintes dados primários: análise documental: Lei de Gestão democrática, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, Planos Municipais de Educação, Proposta Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e dos níveis e modalidades ofertados, relatórios, periódicos, leis, resoluções do Conselho Municipal de Educação de Santarém, portarias, indicadores, dados estatísticos, dentre outros. Barros e Lehfeld acrescentam que o levantamento de informações em fontes diversas ajuda o pesquisador na análise profícua da sua problemática.

No caso das pesquisas bibliográficas e documentais, procura-se adquirir conhecimentos sobre um objeto de pesquisa a partir da busca de informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado. [...] A pesquisa bibliográfica se realiza comumente em três fases: identificação, localização e reunião sistemática dos materiais ou dos fatos (BARROS; LEHFELD, 2005, p. 34).

Para o registro das políticas educacionais e, posteriormente, para a organização e a sistematização dos dados, optou-se pela categoria programas, projetos e ações, respectivamente, com as subcategorias: qualificação e formação docente, projetos pedagógicos, didático-curricular e rede física, delineando assim os objetivos.

No decorrer da pesquisa, mais especificamente depois da qualificação, para viabilizar a construção da seção 5, por ausência de documentos, relatórios impressos e informativos sobre o funcionamento de programas e projetos implementados na SEMED, que deveriam estar arquivados, houve a necessidade de entrevista com a Diretora de Ensino e com profissionais da educação que atuaram nesta secretaria e que foram coordenadores dos programas e projetos. Além disso, realizamos a pesquisa também na biblioteca pública de Santarém, Centro Cultural João Fona, na Biblioteca da Escola Municipal de Ensino Fundamental Rotary e no Conselho Municipal de Educação de Santarém, em busca de fontes documentais que favorecessem a pesquisadora no levantamento de informações e na sistematização da seção supracitada.

### 1.3. ESTADO DA ARTE (2003 - 2016)

O levantamento bibliográfico para mapear sobre as Políticas Educacionais Municipais ocorreu na base de dados da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará e no Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, incluindo o grupo de Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR/UFOPA).

Desse modo, o mapeamento e a sistematização das produções científicas coletadas embasaram-se no panorama de 2003 a 2016, período que representa o recorte temporal deste estudo, o que pode ser constatado no Quadro 1.

**Quadro 1 - Ocorrências das temáticas no Banco de Teses e Dissertações CAPES (2005 - 2016)**

Ano	Nº Temática - Políticas Educacionais		
	Resultados identificados que se relacionam ao objeto de estudo <sup>1</sup>		Resultado identificado entre Teses e Dissertações <sup>2</sup>
	Tese	Dissertação	
2005	3	8	932
2006	0	4	971
2007	2	5	1078
2008	4	4	1168
2009	2	4	1169
2010	3	6	1269
2011	1	4	1455
2012	2	6	1498
2013	3	1	907
2014	1	2	982
2015	2	3	1049
2016	1	3	853
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>50</b>	<b>13331</b>

Fonte: BTD – CAPES, 2017. Quadro elaborado pela autora, 2017.

De início, o processo de consulta na base de dados da CAPES se efetivou com a palavra-chave: Políticas Educacionais. Em seguida, aplicou-se os filtros de pesquisa por ano, áreas de conhecimentos (ciências humanas e educação), área de concentração (educação), a partir dos quais se obteve os resultados de modo geral. No entanto, buscou-se identificar as que mais evidenciam o estudo das políticas educacionais, a partir de seus títulos, relacionando-os ao objeto de estudo da presente pesquisa (Políticas Educacionais na Secretaria Municipal de Santarém no período de 2003 a 2016). As pesquisas que corresponderam a estes critérios são descritas no quadro a seguir:

<sup>1</sup> A pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da CAPES permitiu identificar trabalhos que evidenciam proximidades com o objeto de estudo da pesquisa “Políticas Educacionais na secretaria municipal de Santarém no período de 2005 a 2016”.

<sup>2</sup> A pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da CAPES permitiu identificar trabalhos de modo geral que apresentam termos que trazem as políticas educacionais materializadas em programas voltados ao campo educacional.

**Quadro 2** - Ocorrências das temáticas no Banco de Teses e Dissertações CAPES – (2005 - 2016)

<b>DISSERTAÇÕES/ TESES</b>			
<b>ANO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES</b>
2009	O que fazer do poder público municipal na Amazônia: os caminhos da política educacional em Abaetetuba-PA. (TESE) <b>Instituição:</b> PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	SOUSA, Iris Amaral de.	CAPES
2010	Política educacional do município de São Paulo (2004-2009): o significado sócio-político dos programas e projetos educativos' <b>Instituição:</b> UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	XISTO, Simone Rosa.	CAPES
2010	Políticas Públicas Educacionais dos municípios do estado do RJ: relações com os indicadores de qualidade 2005 e 2007' <b>Instituição:</b> PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	OLIVEIRA, Adailda Gomes de.	CAPES
2012	As Políticas Educacionais da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Rondônia (1998-2010) <b>Instituição:</b> UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	BARBOSA, Maria Glauca Linhares Batista.	CAPES
2013	Trajatória da Política de Ciclos na Rede Municipal de Educação de Niterói- Rio de Janeiro (1999-2012): Análise do processo de recontextualização do discurso pedagógico nos textos oficiais' (TESE) <b>Instituição:</b> PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	PEIXOTO, Viviane Gualter.	CAPES
2014	Política Educacional no município de Valinhos SP no período de 2005 a 2012: a proposta e sua concretização. <b>Instituição:</b> UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	LEAL, Frederico Rodrigues Pova.	CAPES
2015	As políticas educacionais em Minas Gerais e seu impacto no plano de carreira dos trabalhadores em educação (2003-2014) <b>Instituição:</b> UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	PEREIRA, Agnaldo Damasceno.	CAPES
2016	O Plano de Ações Articuladas - par: o processo de indução das políticas educacionais dos sistemas municipais de ensino (tese) <b>Instituição:</b> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	OLIVEIRA, Beatriz Alves de.	CAPES

**Fonte:** BTD – CAPES, 2017. Quadro elaborado pela autora, 2017.

Sousa (2009) propôs em sua tese o desafio de reconstruir as bases da gestão pública por meio de uma política pública local e dar novo sentido à educação do Município de Abaetetuba, no Estado do Pará, entre os anos de 2004-2008. Acrescenta-se que o objetivo principal foi analisar em que medida a política educacional, efetivada no contexto dinâmico do município de Abaetetuba,

possibilitou o surgimento de uma nova cultura pública, democrática e participativa importantíssima para a constituição do poder local e de novos rumos para o governo municipal.

Xisto (2010), na sua dissertação, traça uma análise da ideologia oculta nos programas e projetos implantados no sistema educacional do Município de São Paulo na gestão do PSDB/DEM, no período de 2004 a 2009. A implantação dos Programas e Projetos educativos está baseada numa racionalidade tecnocrática e assim relega a natureza política da educação, com a perspectiva de um serviço dirigido não aos cidadãos, porque retira da esfera pública, mas a clientes e consumidores, enquanto objeto de escolha individual e não de discussão pública e coletiva.

A pesquisa de Oliveira (2010) investiga a relação entre as políticas públicas educacionais e os indicadores de qualidade do Ensino Fundamental nos municípios do estado do Rio de Janeiro no período de 2005 a 2007. Então, o desafio que se apresenta para os pesquisadores é compreender as interações que se estabelecem entre as políticas públicas educacionais (PAR, FUNDEB) e os indicadores educacionais (taxa de aprovação, desempenho escolar, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB) e de que forma estas políticas contribuem para o aprimoramento da qualidade da educação brasileira.

Já Barbosa (2012) em sua pesquisa discute e investiga as políticas educacionais propostas no âmbito da gestão pública da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Rondônia – SEDUC, implementadas no período de 1998 a 2010, objetivando identificar e compreender como tais políticas foram gestadas. Para tanto, foram analisados três dos principais projetos e programas desenvolvidos nesse período: o Projeto de Empreendedorismo na Educação Básica – PEEB; o Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos – PROHACAP; o Programa de Formação de Professores Indígenas: Projeto Açaí.

A tese de Peixoto (2013) teve como objetivo analisar o processo de recontextualização do discurso pedagógico oficial/DPO de uma política educacional frente às influências político-partidária e disputas locais, bem como das diretrizes globais e nacionais. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, tendo como instrumento principal a análise documental. Para tanto, teve como base os seguintes documentos: (a) proposta “Construindo a escola do nosso Tempo” (1999); (b)

proposta “Escola de Cidadania” (2008); e (c) proposta “Escola de Cidadania e Diversidade Cultural” (2010).

O objetivo da pesquisa de Leal (2014) foi estudar a política educacional no município de Valinhos no período de 2005 a 2012, que abrange os mandatos do Prefeito Marcos José da Silva, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, estabelecendo relações entre o Programa de Governo, a proposta para a educação e as políticas efetivamente implementadas na rede ao longo desses anos.

O trabalho de Pereira (2015) analisou as políticas educacionais do Estado burguês, focando no plano de carreira, no contexto de Minas Gerais, no período de 2003 a 2014, e suas implicações sociais, políticas e econômicas para os trabalhadores da educação estadual mineira e para a sociedade atual.

O estudo de Oliveira (2016) investigou a complexidade com que se elaboram, implementam e correlacionam as políticas públicas em educação e a gestão educacional. O objeto de estudo foi o Programa de Ações Articuladas (PAR) vinculado a outras políticas públicas educacionais, dentre eles: O Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), Compromisso Todos pela Educação e o Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB).

As Pesquisas sobre Políticas Educacionais implementadas em Municípios tendo como enfoque a Educação Básica foram coletadas, também, no Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará, por meio das palavras-chaves “políticas educacionais” e “gestão democrática”, obtendo-se 50 pesquisas. Destas, posteriormente, realizou-se um filtro considerando os itens: assunto, contém, Estado do Pará, no período 2005 a 2016. Ressalta-se que a forma de busca foi em todo repositório, pois, quando se considerava Instituto de Ciências da Educação como filtro não apareciam dissertações e teses, somente artigos. No que se refere à categoria rede física apareceram 05 dissertações que não estavam de acordo com o objeto de estudo, e sobre qualificação docente foi encontrada uma dissertação com o título voltado ao Piso salarial. Ressalta-se que esta base de dados foi escolhida devido a Universidade Federal do Pará se concentrar no interior da Amazônia, possuir um Instituto voltado para estudos na área de Ciências da Educação e ser uma base regional que está mais próxima da realidade do objeto ora estudado.

Diante disso, no Quadro 3 são explicitadas a tese e sete dissertações que possuem afinidade com o tema pesquisado na Universidade Federal do Pará, na Região Norte.

**Quadro 3** - Ocorrências das temáticas no Repositório de Teses e Dissertações da UFPA (2005-2016)

<b>DISSERTAÇÕES/ TESES</b>			
<b>ANO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>REPOSITÓRIO</b>
2005	A política de municipalização do ensino fundamental no estado do Pará e suas relações com a reforma do Estado	GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães	UFPA
2007	Poder local e a gestão da educação municipal no contexto de Altamira-Pará	MILEO, Irlanda do Socorro de Oliveira	UFPA
2008	Financiamento da educação do campo na Amazônia paraense: uma análise nos investimentos do Ministério da Educação no estado do Pará	GAMA, Sônia Maria Fonseca	UFPA
2010	A política salarial para os professores da educação básica da rede municipal no contexto do FUNDEB nos municípios de Óbidos e Oriximiná-Pará	SILVA, Eldra Carvalho da	UFPA
2012	O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/MEC) e sua efetivação por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) em São Miguel do Guamá (PA)	MARTINS, Áurea Peniche	UFPA
2013	A política educacional no município de Abaetetuba (PA) no período de 2005 a 2008: realidade e limites	FERRANTI, Adelino	UFPA
2013	O programa gestão nota 10 do instituto Ayrton Senna e a educação em Santarém-PA	SOUSA, Walter Paixão de	UFPA
2015	O plano de ações articuladas e a gestão educacional do município de Altamira-Pará	SOUSA, Raimundo	UFPA

**Fonte:** Repositório da UFPA – 2017. Quadro elaborado pela autora, 2017.

Na análise do repositório de teses e dissertações da Universidade Federal do Pará percebeu-se que alguns programas como Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna, apresentado na tese de Sousa (2013), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/MEC) e o Plano de Ações Articuladas (PAR), apresentados nas dissertações de Martins (2012) e Sousa (2015), são programas que estão em andamento no organograma institucional da Secretaria Municipal de Santarém e que dimensionam as diretrizes institucionais no que se refere ao acompanhamento pedagógico dos indicadores educacionais e no planejamento institucional da rede física, qualificação docente, assim como do processo de gestão democrática para as

escolas deste município. Estes itens têm relação com a problemática estudada e são abordados na quarta seção.

Ferranti (2013) focaliza a política educacional no município de Abaetetuba/PA no período de 2005 a 2008: Realidade e Limites, partindo do pressuposto da necessidade de sua reformulação, considerando-se sua desorganização e desatualização, que não responde às necessidades do município. Os resultados do estudo apresentados nesta dissertação mostraram que a reformulação educacional no município foi positiva e gradativamente está sendo seguida pelo governo posterior, sendo incorporada ao Plano Municipal de Educação concluído em 2012.

A dissertação de Silva (2010) corrobora com a categoria qualificação docente que será apresentada na última seção desta pesquisa, já que teceu uma avaliação da política salarial dos professores no contexto da municipalização do ensino e contribuiu com a avaliação da política educacional no Pará, no período entre 1997 a 2008. Além do mais, analisou a política salarial face ao caráter da política educacional do programa de "descentralização", desenvolvido nas reformas do Estado brasileiro, executado pelo Ministério da Educação, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso.

A pesquisa de Mileo (2007) teve como tema central problematizar se as definições institucionais e as práticas efetivadas da Secretaria de Educação do Município de Altamira-PA contribuíram para o fortalecimento do poder local, a fim de compreender até que ponto o processo educativo possibilitou a formação e inserção de agentes sociais nos processos de democratização da sociedade. Além disso, investigou a gestão da política educacional instituída nessa localidade, denominada de Programa Rede Vencer (antiga Escola Campeã), desenvolvida em parceria com o Instituto Ayrton Senna, e avaliou as práticas propostas pela SEMEC no que tange à participação e ao protagonismo da comunidade altamirense.

O estudo de Gama (2008) objetivou investigar as políticas públicas de financiamento da educação do campo no estado do Pará implementadas por meio do Ministério da Educação no período de 2003 a 2006, buscando esclarecer se estas políticas públicas propiciaram o desenvolvimento da educação do campo no estado do Pará, considerando o contexto da região. As análises indicaram que, no espaço do campo na Amazônia paraense, este componente da política pública, o financiamento, foi um eixo indutor e norteador de políticas educacionais por meio de

seus editais que fomentaram a disponibilidade de recursos ao mesmo tempo em que determinaram onde deveriam ser utilizados os recursos, desenhando, assim, as políticas de educação do campo.

Gutierrez (2005) apresentou em sua dissertação a política de Municipalização Do Ensino Fundamental no Estado do Pará e suas relações com a Reforma do Estado a partir da análise da proposta de Municipalização do Ensino Fundamental no Pará, compreendida como parte das políticas de descentralização de gestão educacional a partir da década de 1990. O objetivo principal desse estudo foi tentar estabelecer possíveis conexões entre a política de Municipalização do Ensino e a proposta de gestão gerencial propugnada na Reforma do Estado. Vale ressaltar que esses pontos de Municipalização e Reforma do Estado serão enfocados na segunda seção, apesar de não serem a problemática da pesquisa, mas importantes para as reflexões propostas.

Nos Quadros 4 e 5 apresentam-se as sistematizações das pesquisas da Região Norte, a partir de levantamento no Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal do Oeste do Pará, referendando as linhas do Mestrado em Educação: História, Política e Gestão Educacional na Amazônia (Linha 1) e Práticas Educativas, Linguagem e Tecnologia, Educação e cultura: dimensões formativas contemporânea (Linha 2):

**Quadro 4** - Ocorrências de Dissertações Banco de Dados de Dissertações Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE (Mestrado Acadêmico em Educação)

<b>ANOS</b>	<b>DISSERTAÇÕES</b>
2017	16
2016	21
2015	13
<b>Total</b>	<b>50</b>

**Fonte:** PPGE-UFOPA,2017. Quadro elaborado pela autora, 2017. Disponível em: <posgraduacao.ufopa.ed.br/ppge>

**Quadro 5** - Temáticas no Banco de Dados de Dissertações Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE (Mestrado Acadêmico em Educação) (2015 - 2016)

<b>DISSERTAÇÕES/ TESES</b>			
<b>ANO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>REPOSITÓRIO</b>
2015	Sistema Municipal de Ensino de Santarém- Pará: organização e implementação.	Luís Alípio Gomes	UFOPA
2016	Educação de Tempo Integral em Santarém: ações da Secretaria Municipal de Educação no período de 2008 a 2014.	Gerusa Vidal Ferreira	UFOPA
2016	As Políticas Educacionais implementadas pelo Município de Belterra/Pa no período de 1997-2012.	Ângela Rocha dos Santos	UFOPA

**Fonte:** PPGE-UFOPA, 2017. Quadro elaborado pela autora, 2017. Site:<posgraduacao.ufopa.edu.br/ppge>.

Santos (2016) aborda o tema das políticas educacionais em âmbito municipal, tendo por objetivo identificar e registrar as políticas educacionais implementadas pela Secretaria Municipal de Educação de Belterra, estado do Pará, no período de 1997 a 2012, considerando os marcos legais e históricos da educação brasileira, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20/12/1996, e as reformas educacionais ocorridas a partir da década de 1990. Apesar de a pesquisa focar o Município de Belterra, apresenta afinidade com o objeto ora analisado, já que registra as políticas educacionais municipais.

Ferreira (2016) teve como objetivo na sua dissertação identificar as ações que a Secretaria Municipal de Educação de Santarém desenvolveu no período de 2008 a 2014, buscando atender aos princípios e orientações das políticas nacionais de educação integral. A pesquisa relatou também sobre a implantação do Programa Mais Educação, de abrangência nacional (Portaria Interministerial nº 17/2007), a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (Lei nº 11.494/2007), bem como sobre as iniciativas locais de ampliação do tempo escolar. Acrescenta-se que esta pesquisa serve de orientação para o registro das políticas educacionais, intencionalidade deste trabalho, já que enfatizou parte das ações do período que contempla o recorte temporal em questão.

O estudo de Gomes (2015) aborda a temática da implantação e implementação do Sistema Municipal de Ensino no município de Santarém-Pará no

período de 2004 a 2014. Teve como objetivo geral compreender o processo de implantação e implementação do Sistema Municipal de Ensino no processo de organização da educação de Santarém; como objetivos específicos: identificar as políticas educacionais vigentes no cenário brasileiro a partir da década de 1990; fazer o mapeamento dos documentos normativos que orientaram a implantação do sistema de ensino de Santarém e analisar a percepção dos dirigentes municipais e educacionais sobre este tema. A temática deste trabalho, auxilia a pesquisadora na construção do referencial teórico a partir da análise de conceitos, como a descentralização, a municipalização, a parceria público-privada e a autonomia dos entes federados, os quais tem correlação com as políticas educacionais no município supracitado.

Com base nas sistematizações e análises das 03 teses e das 16 dissertações descritas anteriormente da CAPES, do repositório da UFPA e do Banco de dados do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, com ênfase ao período de 2003 a 2016 sobre Políticas Educacionais, constatou-se que estas produções científicas poderão ser a sustentação teórica ao alcance dos objetivos e para a construção das seções desta dissertação, já que se pôde inferir a afinidade com algumas políticas públicas e programas que serão mencionados no decorrer das seções apresentadas, como é o caso do PAR, Programa Rede Vencer, IDEB, FUNDEB, dentre outros. Além disso, observou-se, também, a carência de produções científicas referentes aos anos de 2006 e 2011 no estado do Pará, fato este que estimulou e sensibilizou a pesquisadora a dar continuidade à investigação da temática de Políticas educacionais na Secretaria Municipal de Educação de Santarém. Sobre programas governamentais, Martins afirma que:

Os processos de implementação de programas governamentais podem se transformar em rituais de cumprimento de normas burocráticas e/ou de diretrizes pedagógicas, resultando numa tensão que dificulta - tanto aos órgãos intermediários quanto às escolas - reconstruir sua dinâmica de funcionamento configurada por uma cultura singular. Compreender novas perspectivas teórico-metodológicas para o ensino ou novas formas de gestão, planejamento e avaliação, não constitui um percurso linear e tranquilo para professores e equipes de gestão. Introduzir práticas diferenciadas no espaço escolar e na sala de aula exige mais do que simples leituras de documentos oficiais normatizadores e/ou de participação em cursos pontuais de formação continuada. Em suma, modelos mais dinâmicos de pesquisa sobre políticas educacionais podem e devem ser pensados tendo em vista os redirecionamentos e reorientações das diretrizes e dos programas da área (MARTINS, 2010, p. 40).

E, então, identifica-se que as pesquisas de Gutierrez (2005), Mileo (2007), Sousa (2009), Oliveira (2010), Barbosa (2012), Martins (2012), Sousa (2013), Ferranti (2013), Sousa (2015), Oliveira (2016), Santos (2016), Ferreira (2016) foram as que mais se associaram ao problema desta pesquisa. Apesar de utilizarem enfoques diversos pelos pesquisadores, algumas destas teses e dissertações usaram o método da análise documental e a pesquisa bibliográfica.

Assim, no conjunto de pesquisas apresentadas e nas reflexões sistematizadas foi possível refletir sobre a produção científica na área de políticas educacionais nacionais e, particularmente, sobre um incipiente movimento de expansão de produções da Região Oeste do Pará nos Programas de Pós-Graduação. Sendo assim, há a necessidade de colaborar com esta pesquisa numa perspectiva de registrar a história das políticas educacionais no Sistema Municipal de Ensino de Santarém, no período de 2003 a 2016, tendo em vista que “o conhecimento não se instala na cabeça do pesquisador, se não realizar o movimento de apreensão do empírico para chegar à abstração que eleva o conhecimento ao nível concreto do pensado” (ROSAR, 2017, p. 117).

#### 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Na primeira seção, apresenta-se a problemática do tema, o lócus da pesquisa, os objetivos gerais e específicos, a metodologia e o Estado da Arte com levantamento e mapeamento de produções científicas na área do objeto de estudo.

Na segunda seção aborda-se concepções de política social, política pública e política educacional e suas relações com os dispositivos legais, tendo como pressupostos teóricos os pensamentos de Saviani (2001), Azevedo (2001), Perez (2010), Draibe e Riesco (2011), Ganzeli (2013), Gouveia (2013), Santos (2014), Carneiro (2014), Libâneo (2016) e outros.

Na terceira seção delinea-se sobre aspectos sócio-históricos e educacionais do Município de Santarém e realiza-se um panorama da educação escolar desde a Educação básica até o Ensino Superior com o intuito de compreender as mudanças e os avanços do município assim como do setor educacional.

Na quarta seção, apresenta-se as políticas educacionais desenvolvidas na Secretaria Municipal de Educação de Santarém com ênfase para os gestores

municipais e Secretários de Educação com suas possíveis contribuições com as ações educacionais da agenda política no período de 2003 a 2016, destacando o processo de descentralização, autonomia e gestão democrática do ensino.

Na seção cinco, mostra-se o registro da categoria programas e projetos desenvolvidos nas gestões governamentais mediante o recorte temporal supracitado com base nas inferências de análises documentais. Aborda-se, também, as seguintes subcategorias: Formação e qualificação docente, Programas pedagógico, Didático-curricular e Rede Física e suas interfaces com os níveis e modalidades de ensino na Rede Pública Municipal.

E na última seção apresenta-se as considerações finais com ênfase aos resultados da pesquisa e questionamentos a respeito da continuidade ou descontinuidade de programas, projetos e ações que configuraram a política educacional em Santarém.

## 2 POLÍTICA SOCIAL, POLÍTICA PÚBLICA E POLÍTICA EDUCACIONAL

Esta seção apresenta uma análise conceitual de políticas sociais, públicas e políticas educacionais exemplificando com quadros teóricos. Mostra, também, os marcos regulatórios que deram base à formulação e implementação das políticas educacionais que mais se destacaram enquanto Políticas de Estado em 1990 com foco na democratização da Educação Básica. A discussão desta seção pauta-se nos fundamentos de autores que tratam das relações da política social com a política pública, como Saviani (2002), Azevedo (2001), Perez (2010), Draibe e Riesco (2011); e outros mais específicos sobre a abordagem da política educacional, dentre eles: Ganzeli (2013), Gouveia (2013), Colares e Colares (2013), Santos (2014), Carneiro (2014), Saviani (2014), Libâneo (2016) e outros.

### 2.1 POLÍTICA SOCIAL: REFLEXÕES E CONCEITOS

O Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) é um fenômeno histórico moderno que surgiu no final do século XIX na Inglaterra e se intensificou no período do Pós-guerra com a adoção de política social que priorizava o combate à pobreza, a proteção aos trabalhadores da indústria e assistência aos indigentes. Este estado buscava garantir o bem-estar social dos cidadãos perante às forças políticas e às forças produtivas intensificadas pelo desenvolvimento industrial e pela modernização do capitalismo. Draibe e Riesco destacam o seguinte conceito:

[...] o Estado de Bem-Estar é um fenômeno histórico moderno; melhor dito, corresponde às modernas instituições da política social que acompanharam o processo de desenvolvimento e modernização capitalistas e em um sentido preciso (DRAIBE; RIESCO, 2011, p. 234).

Por outro prisma é importante observar a análise de Azevedo sobre o Estado de bem-estar social pautada em Oliveira:

[...] Oliveira aponta, no entanto, outros fatores que atuaram fortemente para que aqui fosse erigido o “Estado de mal-estar social”, em correspondência ao processo de “regulação truncada”. [...]. Entre esses fatores sobressai-se o sistema de dominação forjado desde os tempos do Brasil Colônia, caracterizado pela marca autoritária, sempre presente nas relações sociais e, por conseguinte, no modo como se articulam os distintos interesses dos grupos e classes sociais (2001, p.55-56).

Compactuando com o pensamento de Oliveira, os autores Draibe e Riesco acrescentam que:

Ampla e disseminada literatura já registrou, suficientemente, os resultados socialmente adversos da globalização e da forte experimentação neoliberal que, desde os anos 1980, vêm alterando a fisionomia socioeconômica e institucional da região. Apontando para as significativas mudanças da estrutura produtiva e para as baixas taxas de crescimento, os estudos chamam a atenção, sistematicamente, para o crescente “mal estar social” instaurado na região, em especial o aumento dos níveis de pobreza e o crescimento da desigualdade, juntamente com o crescimento do desemprego e da informalização do trabalho (2011, p. 243).

Esse fenômeno foi transplantado para o Brasil, o qual deveria se alinhar às ordens mundiais capitalista, buscando, num país periférico e subdesenvolvido, formar o consumidor útil, o conservador político e o cidadão globalizado. Assim:

Por volta dos anos 1990, o reconhecimento por parte dos organismos internacionais de efeitos antissociais das políticas econômicas até então implementadas levou à formulação de estratégias em relação às políticas sociais, objetivando o alívio da pobreza, às quais foram subordinadas as políticas para a educação, no sentido de atender aos interesses da globalização capitalista (LIBÂNIO, 2016, p.44).

Para Sanfelice “o Estado buscou novas formas para o seu papel de educador na medida em que, onde houve antes o Estado de bem-estar social, agora se implantou o Estado neoliberal” (2013, p. 18). Neste pressuposto, o Estado capitalista caracteriza-se como estado de classes e pressupõe uma pedagogia hegemônica que visa a organização escolar com níveis e modalidades de ensino baseada na concepção de classe dominante.

No Brasil, o Welfare State vai se estabelecendo com o discurso da constituição no capitalismo da estabilidade social da pirâmide socioeconômica entre as classes alta, média e baixa, intensificando um sistema produtivo desigual que interfere nos padrões adequados de bem-estar em termos de alimentação, saúde, educação, lazer e outros. Nesta perspectiva da desigualdade social surge a pobreza que pode ser superada pela implementação de políticas sociais que, segundo Demo (1996), se caracterizam em políticas assistenciais (Estado dá assistência devida por direito de cidadania), socioeconômicas (enfrentamento da pobreza material por meio da geração do emprego e da renda) e, por último, em participativas (o Estado não

pode ser “xerife” da participação, a cidadania organizada aparece como qualidade política da população).

Sobre Política social, é necessário observar quatro princípios:

Sobre o pano de fundo da desigualdade social, podemos dizer que política social autêntica precisa implicar compromissos evidentes de atingimento do espectro da desigualdade, reduzindo-o. Caso contrário, não será “social”. Daí decorre, primeiro, que política social carece ser preventiva, no sentido de ir às raízes do problema, evitando que se processe. [...]. Aparentemente, políticas preventivas podem parecer mais caras, porque implicam inicialmente investimentos significativos. Mas tornam-se mais baratas, porque evitam a proliferação posterior de problemas cujo tratamento curativo é sempre mais dispendioso. [...]. Em segundo lugar, política social precisa ser redistributiva de renda e poder, não apenas distributiva. Se distributiva não toca a desigualdade social.[...]. Em terceiro lugar, política social necessita ser equalizadora de oportunidades, partindo-se de que as oportunidades foram apropriadas pelo grupo dominante. [...]. Em quarto lugar, política social deve ser, sempre que possível, emancipatória, unindo autonomia econômica com autonomia política. O processo de emancipação funda-se, simplificada, em duas pilstras mutuamente condicionadas: uma econômica, voltada para a auto-sustentabilidade, outra política, plantada na cidadania. [...]. Uma sociedade se faz de sujeitos capazes, não de objetos de cuidado (DEMO, 1996, p. 21-23).

Na sociedade capitalista é importante observar que os burgueses irão se apropriar da política social como uma estratégia de controle social e de desmobilização das classes oprimidas, ou seja, dos dominados pelo capital. É assustadora a promessa que esta sociedade emprega de uma sociedade igual, emancipadora por meio do trabalho assalariado como mero instrumento de acumulação de riqueza para os empresários, de pobreza, de escolas sucateadas, de desvalorização do profissional da educação, de cortes de verbas na esfera educacional, de problemas ambientais causados pela agroindústria, do precário atendimento no Sistema Único de Saúde, dentre outros.

Por outro lado, as políticas sociais podem ser pensadas e efetuadas na atual conjuntura com o favorecimento de políticas públicas que modifiquem a realidade excludente e reduzam as desigualdades sociais geradas historicamente pelo modo de produção capitalista. Desse modo, o conceito de Demo é adequado para fundamentar essa ideia, já que:

Política social não é ajuda, piedade ou voluntariado. Mas processo social, por meio do qual o necessitado gesta consciência política de sua necessidade, e, em consequência, emerge como sujeito de seu próprio destino, aparecendo como condição essencial de enfrentamento de desigualdades sua própria atuação organizada. Política social emancipatória é aquela que se funda na cidadania organizada dos interessados. Ou seja, não trabalha com objetos manipulados, mas com sujeitos co-participantes e co-decisores (1996, p.25-26).

Outras reflexões sobre políticas sociais apontam para a necessidade de igualdade de direitos e bem-estar do cidadão numa sociedade impregnada pela ideologia capitalista, na qual os filhos dos burgueses tem acesso às melhores escolas, chegando com menores dificuldades ao ensino superior, enquanto que os filhos dos proletários, na maioria das vezes, não chegam sequer a concluir a educação básica porque são mais facilmente manipulados a se inserirem na educação profissionalizante com o intuito de qualificação da mão de obra adequada ao mercado de trabalho. Azevedo, ao refletir sobre políticas sociais na obra de Marx, afirma que:

Não há em sua obra uma preocupação particular com a análise das políticas sociais no capitalismo. Nela subjaz, entretanto, a intenção de encontrar os meios para realizar a mais ampla condição de igualdade e de bem-estar dos seres humanos. Afinal uma das maiores contribuições de Marx foi mostrar as raízes das desigualdades e da exploração inerentes às sociedades de classe. Foi por essa ótica, pois que abordou as políticas sociais, de resto quase inexistentes no seu tempo (2001, p.39).

Nessa ótica, para entender o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, não se pode descartar o processo histórico de constituição destas políticas associadas às reformas, às políticas públicas e às políticas educacionais. Dessa forma:

Em importante discussão acerca de políticas sociais brasileiras Draibe, [...], adotando uma perspectiva histórica, faz uma classificação-tentativa de inovações”, apontando os três planos em que elas ocorreram no cenário constitucional brasileiro dos anos 80. No plano político- institucional a autora identificou como inovação a descentralização político-administrativa; no plano social, a elevação do grau de participação popular a diversos níveis dos processos políticos- surgiram formas “conselhistas” e comunitárias-, e no plano das relações entre o Estado e o setor privado lucrativo, ou não lucrativo, surgiram alternativas como tickets-refeição, vale-transporte, auxílio em dinheiro a famílias, encaminhando diferentes tipos de privatização (WERLE, 2010, p. 56).

Diante disso, observa-se a necessidade de elaboração de políticas sociais que promovam a cidadania e o bem-estar social da classe oprimida e operária por meio da valorização e da participação dos movimentos organizados, das entidades de classe e, conseqüentemente, que possibilite a emancipação do cidadão com efetivação de políticas sociais que amenizem a desigualdade social na sociedade capitalista competitiva, excludente e massificadora. Isso pode ser concretizado por meio de políticas efetivas na área da educação, o que será descrito no próximo item.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Atualmente, pesquisas<sup>3</sup> sobre políticas educacionais são desenvolvidas nas dimensões da política, das pessoas e dos lugares e suas inter-relações. Porém, surge a necessidade de pesquisar a implementação destas políticas de forma que se analise as ações do governo. Observa-se que as políticas públicas no desenrolar da história da educação<sup>4</sup>, na maioria das vezes, foram elaboradas hierarquicamente, ou seja, do governo para a sociedade civil. Porém, não se tem considerado que a sociedade, o povo, também faz e discute política, com discussões nas mais diversas formas de organizações sociais. Além disso, a implementação destas políticas depende de orçamentos que são repassados entre os entes federados para o desenvolvimento de uma educação que atenda aos anseios de crianças e adolescentes na educação infantil assim como no ensino fundamental.

Outro aspecto sobre implementação refere-se à formulação e operacionalização destas políticas educacionais de acordo com as diretrizes de um programa governamental centralizado, o que pode fragilizá-las.

A avaliação de políticas, programas e projetos sociais e educacionais foi incorporada, de fato, à agenda governamental brasileira no início dos anos de 1990. Dentre os fatores que contribuíram para isso destacam-se: a consolidação democrática, o ajuste econômico e conseqüente redução dos recursos para a área social, as maiores exigências impostas pelos órgãos financiadores, especialmente internacionais, em relação ao controle de gastos e resultados etc. Uma dinâmica de racionalização, que incluiu a observância dos critérios de eficácia, efetividade e eficiência na utilização dos recursos financeiros, e uma preocupação crescente com a *accountability* passaram a envolver a gestão pública brasileira (PEREZ, 2010, p. 1.183).

---

<sup>3</sup> Sobre pesquisas na área de políticas educacionais verificar as obras: Souza; Gouveia; Tavares (2013), Martins; Werle (2010) e Colares (2006).

<sup>4</sup> Sobre a análise histórica das políticas públicas consultar Vieira e Farias (2011).

Percebe-se que o estudo das políticas educacionais é complexo e dinâmico com interferências de burocracias financeiras dos setores governamentais. É o que fica evidente nas palavras de Cury *apud* Monlevade: “Ora é a continuidade da descontinuidade das administrações, ora é o clientelismo deslavado, ora é o desperdício dos recursos em atividade – meio pouco condizente e conducente à democratização da escola pública” (1997, p.10).

Diante dessa discussão, faz-se necessário apresentar alguns conceitos que asseveram o estudo das políticas públicas e das políticas educacionais no contexto brasileiro a partir do século XX.

### 2.2.1 Conceituando Políticas Públicas e Políticas Educacionais

No Quadro 6 percebe-se inferências sobre os conceitos de políticas públicas desenvolvidos por Mead (1995), Lynn (1980), Peters (1986), Dye (1984) e Laswell (1958) no século XX, dentre os quais a maioria se refere às ações e atividades que o governo desenvolve perante determinada sociedade. Porém, fica claro a não evidência da participação da sociedade nestas decisões que o governo faz ou deixa de fazer.

**Quadro 6** - Definições de Políticas Públicas

<b>Autor</b>	<b>Definição de políticas públicas</b>	<b>Ano da obra</b>
Mead	Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.	1995
Lynn	Conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.	1980
Peters	Soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.	1986
Dye	O que o governo escolhe fazer ou não fazer.	1984
Laswell	Responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.	1958

**Fonte:** Oliveira (2010, p. 94)

Diante disso, configura-se a importância de articular as decisões de uma categoria, por exemplo, com a realização de conferências, audiências públicas e consulta popular para discutir e pactuar decisões por meio de planos e documentos, para, posteriormente, elaborar políticas públicas eficientes, que não sejam

simplesmente repassadas como um programa de governo de caráter centralizador e regulador.

Na formulação das políticas públicas deve-se, ainda, observar que dependem de legisladores, do contexto político, econômico, histórico e de uma previsão orçamentária.

Essa nova configuração do contexto social, econômico e político, originada com o processo de globalização da esfera econômica, impôs elementos novos na relação entre Estado e sociedade civil. Nesse caso, torna-se impossível pensar que a formulação de políticas públicas, como é o caso das políticas educacionais são pensadas unicamente a partir de uma determinação jurídica, fundamentada em lei, como se o Estado fosse uma instituição neutra, como querem os funcionalistas (BONETI, 2001, p.231).

É relevante considerar, também, que na formulação e elaboração das políticas educacionais o foco não deve ser somente os interesses de uma classe como se o Estado estivesse a serviço da classe dominante, mas deve surgir de uma dinâmica conflitiva, de outros segmentos sociais, partidos políticos de esquerda que não fazem parte da classe dominante.

No Quadro 7, apresenta-se alguns conceitos que favorecem este entendimento supracitado sobre a formulação das políticas educacionais ao mesmo tempo em que se aliam os interesses do Estado com o poder político dos diferentes segmentos sociais ou de classes, isto é, a ação do Estado deve estar relacionada à ação pública.

**Quadro 7** - Definições de Políticas Educacionais

<b>Autor</b>	<b>Definição de Políticas educacionais</b>	<b>Ano da obra</b>
Saviani	Em síntese, eis a perversa equação que expressa o significado da política educacional brasileira até os dias de hoje: Filantropia + protelação + fragmentação + improvisação = precarização geral do ensino no País.	2014
Colares	[...], política educacional expressa os diferentes graus de entendimento do papel do poder público diante das efetivas demandas sociais, tanto nas questões de financiamento quanto na forma de gestão.	2006
Monlevade	Política Educacional é o conjunto de intenções e ações com as quais os Poderes Públicos respondem às necessidades de escolarização dos diversos grupos da sociedade.	2002
Azevedo	A Política educacional definida como <i>policy</i> - programa de ação- é um fenômeno que se produz no contexto das relações de poder expressas na <i>politics</i> - política no sentido da dominação – e, portanto, no contexto das relações sociais que plasmam as assimetrias, a exclusão e as desigualdades que se configuram na sociedade [...].	2001

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nas obras consultadas destes autores, 2017.

Observa-se, no quadro 7, a amplitude de conceitos de políticas educacionais enveredadas por relações de poder na escola e no sistema de ensino, e outros conceitos que primam pela agenda política de um determinado governo, sem mencionar a avaliação e o impacto destas políticas que oportunizem o acesso de crianças e adolescentes à Educação Básica assim como melhores condições de ensino. De acordo com Gouveia:

O conceito de políticas educacionais é polissêmico, como são em geral os conceitos do campo das ciências humanas. Neste caso, uma singularidade que se impõe ao conceito é o seu uso no plural, já que não se trata de uma política, mas de diferentes e diversas políticas na área. No caso brasileiro, de um sistema educacional historicamente descentralizado, esta pluralidade tem ainda uma expressão que é de colaboração (e muitas vezes concorrência) de políticas no mesmo território (2013, p.5).

Hofling ressalta que política pública “reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas do poder que perpassam as instituições do estado e da sociedade.” (2001, p. 38). Caracteriza-se como política pública o sistema de metas e planos pensados pelos três entes federativos (União, Estado e Município). Porém, nem sempre essas políticas organizadas pelo governo representam de fato as necessidades apontadas pela sociedade de modo geral.

Os propositores da “política de Estado” buscam a institucionalização de normativas que definam em comum acordo as responsabilidades de cada ente federado para a garantia do direito à educação. Já os propositores da “política de governo” defendem a preponderância da elaboração de agendas governamentais que atendam à área da educação. (GANZELI, 2013, p.46).

Em consonância com esta ideia, pode-se afirmar que as políticas públicas têm duas características gerais: a primeira se refere à busca do consenso em torno do que se pretende fazer e/ou deixar de fazer proporcionando melhores condições de aceitação e implementação das políticas propostas; e a segunda reporta-se à definição de normas e ao processamento de conflitos. Ou seja, as políticas públicas podem definir normas tanto para a ação como para a resolução dos eventuais conflitos entre os diversos indivíduos e agentes sociais. Sobre esse aspecto, é necessário frisar:

As políticas públicas, no âmbito das quais se insere a política educacional, são formuladas e executadas pelos governos, tendo em vista minimizar a desigual distribuição de riqueza e de oportunidades nas sociedades divididas em classes, e que são geradas pelo modo de produção capitalista. (COLARES; COLARES, 2013, p.85)

Além disso, as políticas públicas apresentam complexidades, objetivos, características diferentes e formatos institucionais de acordo com o momento histórico a nível internacional, nacional e local. Dessa forma, as políticas locais assim como os tipos de políticas públicas que foram implementadas no contexto do Município de Santarém-Pará no período de 2003 a 2016 podem ser classificadas em quatro tipologias (redistributiva, distributiva, regulatória e instituinte) que serão abordadas no decorrer da pesquisa (SANTOS, 2014).

De acordo com Santos (2014), as Políticas Públicas Redistributivas têm como objetivo redistribuir renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos. Já as Políticas Distributivas têm objetivos pontuais ou setoriais ligados à oferta de equipamentos e serviços públicos. As Políticas Regulatórias visam regular determinado setor, ou seja, criar normas para o funcionamento dos serviços e para a implementação de equipamentos urbanos. Assim, a política regulatória se refere à legislação e é um instrumento que permite regular (normatizar) a aplicação de políticas redistributivas e distributivas. E as políticas públicas instituintes exemplificam-se por meio da Constituição Federal por dar forma ao Estado e ao regime político. Sobre a Constituição Federal ressalta-se que:

A constituição de 1988, ao dar estatuto de ente federativo aos municípios, consolidou a linha municipalista que ensejou, posteriormente, o processo de descentralização e municipalização das políticas sociais levado a termo pelos governos federais na década de 1990 (ZANDER; TAVARES, 2013, p. 116).

A política educacional decorre da intencionalidade das políticas públicas supracitadas e, principalmente, pelas políticas públicas regulatórias, as quais são decisões que o Poder Público, isto é, que o Estado toma em relação à educação. Esta Política está relacionada com o Sistema Capitalista e com a globalização da economia que enfatiza uma nova organização escolar de natureza participativa e democrática. Assim, a LDB. nº. 9394/96 ressalta de quem é a responsabilidade de elaborar tal política em regime de colaboração com os Sistemas de Ensino:

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.  
§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais. (CARNEIRO, 2014, p.119)

É perceptível que a política educacional sofre influência da textualidade (documento) e da contextualidade (relações de poder e as condições de sua produção) das políticas públicas que visam o crescimento e o desenvolvimento econômico, porém estas devem privilegiar a dimensão humana, evitando a deterioração das condições de vida das populações mais pobres e mais marginalizadas do processo educacional. Nessa perspectiva, os gastos públicos devem sofrer uma reorientação para promover uma reorganização institucional, social e educacional.

Sobre os contextos, ressalta-se também a influência do Banco Mundial do ponto de vista econômico sobre a educação. Apesar das críticas às políticas e às metas educacionais preconizadas por esta instituição, pelo menos no Brasil, o ensino básico e fundamental começou a ter importância no desenvolvimento econômico a partir da década de 1990 e início dos anos 2000 devido às pressões externas realizadas pelos resultados dos relatórios internacionais divulgados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pelo Banco Mundial. O Brasil aparece como um dos países que possui a pior educação fundamental do planeta. Dessa forma, quanto à influência dos organismos internacionais:

São, pois, suficientes os indícios de que as políticas educacionais formuladas por organismos internacionais desde 1990 presidem as políticas para a escola em nosso país, havendo razões para suspeitar que elas vêm afetando negativamente o funcionamento interno das escolas e o trabalho pedagógico-didático dos professores. Ficando a educação escolar restrita a objetivos de solução de problemas sociais e econômicos a critérios do mercado, compromete-se seu papel em relação a suas finalidades prioritárias de ensinar conteúdos e promover o desenvolvimento das capacidades intelectuais dos alunos. Desse modo, tais políticas levam ao empobrecimento da escola e aos baixos índices de desempenho dos alunos e, nessa medida, atuam na exclusão social dos alunos na escola, antes mesmo da exclusão social promovida na sociedade. (LIBÂNEO, 2016, p. 48).

É premente, então, verificar que as políticas brasileiras de educação registradas nos planos decenais têm como principal preocupação o ensino básico, pilar do ensino médio e superior, pilar na formação do indivíduo, no treinamento e no exercício da cidadania. Colares ressalta uma prerrogativa sobre este cenário enfatizando que:

Vive-se um período no qual o expansionismo do capital está fortemente presente e difundido pela “globalização”. Ao mesmo tempo, junto a esse expansionismo, assiste-se à concentração dos espaços de poder em torno de organismos, tais como FMI e o Banco Mundial. Assim sendo, os acontecimentos em curso no plano mundial, afetam as orientações/decisões políticas governamentais de todos os países, produzindo modificações substantivas nas diferentes esferas da vida social. (2006, p.25)

Investir de forma qualitativa em educação básica é fundamental para o desenvolvimento e funcionamento da economia do país, isto é, a educação é condição para uma boa economia, e no que diz respeito ao gerenciamento dos recursos, distribuição e otimização, é condição para uma melhor educação, esse é o pretexto de estimular a educação para melhorias econômicas colocando o Brasil em competitividade com o mercado internacional, com o objetivo de minimizar os déficits e equilibrar as contas públicas. Não se trata somente de investir em mais recursos, mas de investir com qualidade na elaboração e implementação de tais políticas educacionais tanto a nível nacional quanto a nível local. Um exemplo disso evidencia-se no Decreto nº 6.094 publicado no dia 24 de abril de 2007 (Compromisso Todos pela Educação) com 28 diretrizes de ações políticas, nas quais o governo federal se compromete em repassar recursos financeiros e assessoria técnica aos municípios, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), que se comprometeram a cumprir tais diretrizes que são acompanhadas pela nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que se configura pela divisão do SAEB/Prova Brasil e pela taxa de aprovação do município ou escola.

O “Todos pela educação” é um movimento criado em setembro de 2006, composto majoritariamente por empresários, financiado em grande parte pelos setores bancário, da construção e da siderurgia. [...]. O vínculo do PDE com o movimento é evidente pelo nome do documento que os governadores e prefeitos foram instados a assinar para aderir ao PDE: o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”. No mais, uma das ações do PDE, a Provinha Brasil, responde diretamente a uma das metas do movimento que é a de ter “toda criança plenamente alfabetizada até 8 anos”, [...] (GIL, 2013, p.143).

Outro aspecto importante a ser ressaltado no que se refere às políticas educacionais é que a escolaridade é um fator determinante do nível de produtividade. Ao dar continuidade aos seus estudos, as pessoas acumulam conhecimentos e podem ter os salários melhorados de acordo com o nível de educação de cada indivíduo. Desta forma, cabe destacar o conceito de política

educacional referenciado por Monlevade (2002, p. 42) que diz ser o “conjunto de intenções e ações com as quais os Poderes Públicos respondem às necessidades de escolarização dos diversos grupos da sociedade”.

Sendo assim, as discussões abordadas sobre políticas públicas e políticas educacionais favorecem o entendimento da correlação e da interferência do Estado e do modo de produção capitalista na elaboração de tais políticas e, conseqüentemente, nas políticas educacionais. Diante disso, apresenta-se na subseção a seguir a colaboração dos marcos regulatórios na formulação de tais políticas, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Nº 9.394/96 e a Lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996.

### **2.2.2 Políticas Educacionais Brasileiras: análise dos marcos regulatórios na CF de 1988 e na LDB Nº 9394/96**

A Carta Magna de 1998 destaca no seu texto reivindicações dos educadores com temas complexos que surgiram neste período e se intensificaram na década de 1990, tais como: gestão democrática, financiamento da educação e valorização profissional. Porém, as bases internacionais acabam por camuflar um pouco destas conquistas devido à forte influência da economia de mercado.

[...] a Constituição de 1988 foi uma constituição municipalista dado que reconheceu o município como ente federativo, em pé de igualdade com os estados. O movimento que seguiu foi de progressiva descentralização da execução das políticas sociais - saúde, educação, habitação, saneamento, etc. – para os municípios. Em nome da autonomia, estados, municípios e escolas passaram a assumir responsabilidades ampliadas, embora dificilmente tenham participado das definições das políticas (ZANDER; TAVARES, 2013, p.115-116).

A CF/1988 configura-se como uma política pública instituinte que materializa, do Art. 205 ao 214, uma seção específica para a educação, reconhecendo-a como um setor do Estado brasileiro. Além disso, a CF/1988, por criar as estruturas do Estado, por possuir um forte caráter liberal no que se refere à sua formulação política e por enumerar direitos fundamentais dos indivíduos, se caracteriza também como uma política regulatória. A Carta Magna também proporcionou reformas educacionais que suscitaram discussões sobre a descentralização do sistema de ensino e a municipalização da educação intensificadas na década de 1990, por isso, não se pode deixar de analisar a

correlação deste marco regulatório e sua conseqüente interferência na reorganização das políticas públicas educacionais. De acordo com Colares:

A ideia de municipalização da educação, embora com limitações, já havia sido consubstanciada na Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, pela Lei nº 5.672/71. Todavia somente nos anos 90, reflexo da Constituição de 1988, é que se possibilitou ao município a auto-gestão do ensino. (2006, p.24)

A descentralização é um tema polêmico porque, ao mesmo tempo em que os municípios têm autonomia para gerenciar a aplicação dos recursos educacionais por meio de seus planos de educação, é uma forma de o Estado reduzir suas responsabilidades, passando a imagem de menos regulador, e, assim, concentrar o poder por meio da reorganização das políticas públicas. Colares, nesse sentido, também constata:

A polêmica em torno do tema centralização-descentralização, [...] vem de longas datas e tem gerado diferentes orientações políticas no Estado Brasileiro. A reforma educacional dos anos 90, sendo herdeira dessa história marcada por mais recuos do que avanços, por experiências em que a descentralização foi sinônimo de omissão e abandono, não pode ficar isenta de críticas, especialmente quando é entendida dentro de um contexto mundial de redução do papel social do Estado (2006, p.25).

Por outro prisma, faz-se necessário analisar a importância da descentralização no que concerne à viabilização da participação e democratização dos atores sociais nas decisões dos fins da educação. Assim, para que se concretizem políticas educacionais descentralizadoras do governo federal para os entes federados deve-se considerar os aspectos pedagógicos, administrativos e econômicos de determinados programas e políticas educacionais que respeitem a diversidade e heterogeneidade social e econômica do País, fortalecendo os atores sociais e o Sistema Político. Em outras palavras:

[...] As contradições relativas à própria expansão do Estado latino-americano devem ser cuidadosamente analisadas nos processos de descentralização, pois ao mesmo tempo em que o Estado vem diminuindo o seu raio de ação social, amplia mecanismos de controle e avaliação, cuja a dinâmica é agravada pela ausência de capacidade da sociedade civil latino-americana em se constituir como um contrapoder legítimo (MARTINS, 2002, p.112).

Concomitante a essas discussões, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 na qual se configurou um habilidoso jogo de discussões e propostas que provinham de forma latente do governo e das camadas

populares sobre a reorganização da educação nacional, de modo a torná-las condizentes com os novos paradigmas que almejavam também a democratização e a valorização da escola pública. Porém, existem estudiosos da matéria que se referem aos avanços e retrocessos desta lei dando ênfase ao privilégio ao Ensino Fundamental, o que se configura pela prioridade de repasses de recursos em primeira instância com a aprovação da Lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996 que institucionalizou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Sobre esse aspecto, Oliveira e Ganzeli enfatizam que “o FUNDEF ao criar a subvinculação orçamentária para o ensino fundamental deixou para a educação infantil, educação de jovens e adultos e demais programas em torno de 40% da verba constante na rubrica educação” (2001, p. 132).

Assim, ficam perceptíveis as implicações de ordem financeira geradas por esta lei que priorizou o ensino fundamental em detrimento dos outros níveis e modalidades de ensino, o que afeta também o oferecimento de matrículas e atendimento desta clientela assim como a interferência na elaboração de políticas públicas educacionais municipais operacionalizadas pela Secretaria Municipal de Educação quando o Sistema não tem uma administração participativa. Por isso, em 2006, foi criado o FUNDEB - Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação pela Lei Nº11.494/2007. Sobre o FUNDEB, Ganzeli expõe que:

O FUNDEB, ao atender às três etapas da Educação Básica, ampliou as possibilidades de integração entre os sistemas de ensino, apesar das limitações geradas pela lógica do custo-aluno, que privilegia o critério econômico na definição de políticas educacionais, em detrimento dos aspectos políticos, e filosóficos, essenciais para a constituição do Sistema Nacional de Educação (2013, p.52-53).

Diante disso, é necessário destacar que o projeto aprovado em 1996 não correspondia aos anseios da década anterior. Até porque a história revela que tiveram dois projetos de LDB: um delineado por Demerval Saviani, no qual as reivindicações da área educacional, que provinham da luta de educadores e de outras entidades organizadas na década de 1980, foram incorporadas em sua totalidade; e outro Projeto apresentado pelo Senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), que não contemplava essas reivindicações, mas correspondia aos anseios do governo com a redução de gastos, a privatização de empresas e a posição do estado que

promove o bem-estar social para a condição de estado mínimo. Tudo isso é reflexo do pacto<sup>5</sup> dos países em desenvolvimento (Brasil) com as agências financiadoras internacionais supracitadas.

Com a aprovação do projeto de Darcy Ribeiro, várias bandeiras que foram levantadas durante o movimento foram distorcidas ou completamente descaracterizadas de sua ideia original, como por exemplo: a capacitação de professores foi traduzida em profissionalização; a participação da sociedade civil assumiu a forma de articulação com empresários e ONGs; a descentralização significou desobrigação do Estado; a autonomia ganhou contorno de liberdade para captação de recurso; a melhoria da qualidade da educação traduziu-se em adequação ao mercado, sendo que o aluno transformou-se em consumidor do ensino. Apesar disso, é necessário observar que:

Aplicando-se essas regras ao Estado, é possível dizer que o resultado seja o fortalecimento da democracia, daí porque a descentralização adquire grande importância nas reflexões sobre as políticas públicas em geral, e as políticas educacionais, em particular. (COLARES, 2006, p. 31)

Mediante à análise da conjuntura dos marcos regulatórios apresentados, percebe-se a forte influência destes na elaboração, formulação e implementação de políticas públicas assim como das políticas educacionais que atendem, ainda, aos anseios do Neoliberalismo e dos interesses dos governos que estão no poder. Por outro lado, com a busca da consolidação do Estado Democrático no Brasil, aparecem novos modelos institucionais e organizacionais, nas quais vão surgindo políticas educacionais incipientes primando por uma educação cidadã com equidade social que efetive a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão no contexto atual.

Sendo assim, a política pública educacional brasileira, por meio do resgate histórico da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, consolida um processo de complexificação dos direcionamentos da política instituinte e regulatória. Por outro lado, o movimento destas políticas entrelaçadas ao aparecimento de novas dinâmicas, tais como a

---

<sup>5</sup> O pacto dos países em desenvolvimento, referenciado no texto, refere-se à interferência nas políticas públicas educacionais dos órgãos comprometidos com os interesses do capital, como é o caso do Banco Mundial- BM; o Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID; a comunidade econômica europeia- CE; a Organização de Cooperação e Desenvolvimento do Comércio- OCDE, a Organização Mundial de Comércio - OMC; entre outros. (COLARES; COLARES, 2013).

globalização da economia e as novas formas e significados assumidos pelos Estados Nacionais, favoreceram o desenvolvimento de uma política educacional conservadora e reguladora diferente daquela suscitada pelos direcionamentos da Constituição Cidadã de 1988<sup>6</sup>. Percebe-se, ainda, incipientes políticas públicas educacionais que privilegiem o fortalecimento da área social, bem como a educacional, por meio da operacionalização da LDB, nº. 9394/96, que favoreçam concretamente o direito à educação.

Desta maneira, é inegável o aumento de políticas públicas focalizadas, bem como os avanços dos movimentos sociais, os quais têm historicamente lutado pela conquista dos direitos de uma educação cidadã com equidade social.

Diante do exposto nesta seção, identifica-se que as políticas públicas dependem da flexibilidade da ação pública, do momento histórico, da economia e, assim, são uma resposta dada pelas autoridades estatais a um determinado problema de impacto público.

Além disso, nos estudos das políticas públicas deve ser considerada a relação multipolar entre alguns setores, como: Estado e Sociedade civil, Público e Privado, Governo e Administração, Central e Local. Nesse contexto, a política pública educacional brasileira consubstanciada por meio da CF de 1988 e da LDB apresentam avanços no sentido da municipalização do ensino, do financiamento da educação e da gestão democrática do ensino; por outro lado, essa política instituinte se caracteriza como regulatória, burocrática e hierárquica no processo de decisão, conforme os preceitos da globalização da economia.

Esta seção deteve-se sobre os aspectos conceituais e legais das políticas sociais, das políticas públicas educacionais correlacionando-as com os preceitos legais a partir da Reforma educacional de 1990, vislumbrando o registro destas políticas educacionais e suas interferências no Sistema Público Municipal de ensino. A próxima seção, deter-se-á sobre um panorama da Educação Pública Municipal desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Porém, se dará prioridade ao atendimento escolar, elevação e taxa de matrícula para a Educação Básica.

---

<sup>6</sup> A constituição brasileira de 1988 constitui um marco de transição para o regime democrático, consagrando um extenso rol de direitos de garantias individuais, com ampla participação popular na sua elaboração e foco na plena realização da cidadania, motivo pelo qual foi denominada "constituição cidadã". Consultar Bernardes e Ferreira (2012, p.208).

### **3 O PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM SANTARÉM**

Nesta seção, aborda-se o panorama da educação no Município de Santarém, pontuando os aspectos históricos, geográficos e socioeconômicos que interferem no desenvolvimento e na estruturação do Sistema de Ensino, do mesmo modo que nas políticas públicas educacionais para da Educação Básica oferecida pela Rede Municipal de Ensino.

Apresenta-se, também, os dados em gráficos e tabelas referentes ao atendimento escolar, à elevação e distribuição de matrículas, enfatizando os níveis e modalidades de ensino, considerando o período de 2003 a 2016.

#### **3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM**

##### **3.1.1. Aspectos históricos, geográficos e socioeconômicos**

Santarém foi fundada em 22 de junho de 1661 pelo Padre João Felipe Bettendorff, e passou de Aldeia dos Tapajós à categoria de vila em 14 de março de 1758 por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador da Província do Grão Pará. Posteriormente, foi elevada à categoria de cidade em 24 de outubro de 1848 pela Lei Nº 145, devido ao seu desenvolvimento.

É o município de referência na região Oeste do Estado do Pará com uma população estimada de 294.447 mil habitantes em 2016 (IBGE, 2016), sendo o terceiro mais populoso do Estado do Pará e o principal centro urbano, financeiro, comercial e cultural regional. A tabela a seguir descreve a evolução populacional de Santarém no período de 2003 a 2010, conforme os dados oficiais do IBGE.

**Tabela 1** - Evolução da População de Santarém 2003-2010

Ano	Urbana (Percentual)	Rural (Percentual)	Total	Taxa de crescimento Urbano % (base 1980)	Taxa de crescimento Urbano % (base ano anterior)	Taxa de crescimento Rural % (base 1980)	Taxa de crescimento Rural % (base ano anterior)	Taxa Total de crescimento % (base 1980)	Taxa Total de crescimento % (base ano anterior)
2003 <sup>(1)</sup>	190.301 (70,9%)	77.879 (29,1%)	268.180	70,43	0,67	-3,01	0,67	39,71	0,67
2004 <sup>(1)</sup>	193.179 (70,9%)	79.058 (29,1%)	272.237	73,01	1,51	-1,54	1,51	41,83	1,51
2005 <sup>(1)</sup>	194.439 (70,9%)	79.573 (29,1%)	274.012	61,22	0,65	-0,90	0,65	42,75	0,65
2006 <sup>(1)</sup>	195.902 (70,9%)	80.172 (29,1%)	276.074	75,45	0,75	-0,15	0,75	43,83	0,75
2007 <sup>(1)</sup>	197.353 (70,9%)	80.765 (29,1%)	278.118	76,75	0,74	0,59	0,74	44,89	0,74
2008 <sup>(3)</sup>	176.931 (64,8%)	95.773 (35,2%)	272.704	58,46	-10,35	19,28	18,58	42,07	-1,95
2009 <sup>(3)</sup>	181.685 (64,5%)	99.712 (35,5%)	281.397	62,72	2,69	24,19	4,11	46,60	3,19
2010 <sup>(2)</sup>	215.790 (73,2%)	78.790 (26,8%)	294.580	53,47	18,77	-1,87	-20,98	53,47	4,68

Fonte: IBGE (2016)

Legenda: (1) População Estimada pelo IBGE.

(2) Dados do Censo IBGE 2000 e 2010.

(3) Dados populacionais coletados no Perfil da Saúde do Programa Agentes Comunitários de Saúde da SEMSA. IBGE não estimou a população rural e urbana em 2008 e 2009.

Nota: Cálculo da Taxa de Crescimento: Edilan Quaresma, Doutor em Estatística e Experimentação Agrônômica da UFOPA – ICED e Tânia Mara M. Amazonas, Economista da SEMPLAN.

Observa-se na Tabela 1 que a população geral no período 2003 a 2010 cresceu paulatinamente, com exceção do ano de 2008 que apresentou uma redução populacional. E a partir de então só tem aumentado. Ressalta-se que a população urbana teve praticamente a mesma variação da taxa de crescimento/redução no mesmo período, acompanhando a taxa da população total. Em 2017, o IBGE apresenta uma estimativa populacional de 296.302 de habitantes. Não foram destacados dados na tabela referente aos anos de 2011 a 2016 devido haver somente uma projeção nos dados oficiais do IBGE.

O Município de Santarém é denominado poeticamente como “Pérola do Tapajós” e “Capital do Tapajós” possuindo um potencial turístico devido às belezas naturais, uma biodiversidade com potencial cultural dos seus povos, e por apresentar perspectivas de crescimento científico a partir das instituições de ensino superior que se concentram na cidade. Sobre as designações de “Pérola do Tapajós” e “Capital do Tapajós” cabe aqui a reflexão histórica de Macedo:

A primitiva aglomeração indígena localizada onde hoje se encontra a cidade de Santarém chamava-se TUPAIÚ: daí os ocupantes desse local serem conhecidos, por “Tupaiús”. O rio, que em língua da terra era Paraná-Pixuna ou apenas Ipixuna (Rio preto), passou a ser cognominado pelos silvícolas das redondezas de Tupaiú- paraná, isto é, Rio dos Tupaiús, ou seja, sobre o

qual os índios desse nome exerciam domínio. Parece que o vocábulo Tupaiú não soava bem ou não entrava na cachola dos primeiros forasteiros europeus, sobretudo espanhóis. Daí as mais estrambóticas variantes: Extrapajozes, Trapajosos, Topaiós, Tapajosos, Tapajecos, Tapajós, etc., nunca, porém, o nativo Tupaiú. Convém, aliás lembrar que, no nheengatu ou tupi, não havia a letra J e que a mesma letra, no castelhano, soa aspirada e não como o português.

Finalmente, os cronistas premevos se fixaram no tempo Tapajós, para povo e para o curso d'água; e não há porque muda-lo. O nome é bonito e já está definitivamente na História e no coração do povo. (2002, p.50)

Atualmente, a divisão territorial de Santarém comporta quatro distritos: Alter do chão, Boim, Curuai e Santarém (distrito sede). Conforme o Plano Municipal de Educação, no que concerne aos aspectos históricos:

Pela Lei Estadual Nº 5.928, de 29-12-1995, desmembram-se do Município de Santarém o Distrito de Belterra, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de cinco distritos: Santarém, Alter-do-chão, Boim, Curuai e Mojuí dos Campos. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Essa história teve mais uma mudança quando o Distrito de Mojuí dos Campos foi emancipado, elevado, à categoria de município em 01 de janeiro de 2013 quando iniciou sua independência com a posse de seu primeiro prefeito (2015, p.9).

Em relação à localização geográfica, Santarém está situada na Messorregião do Baixo Amazonas, limita-se ao norte com os municípios de Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Curuá, a leste com Prainha e Uruará, ao Sul com os Municípios de Aveiro, Rurópolis, Placas e Belterra. E a oeste com o Município de Juruti. Ressalta-se que o Clima predominante na Região é quente e úmido, característico das Florestas Tropicais.

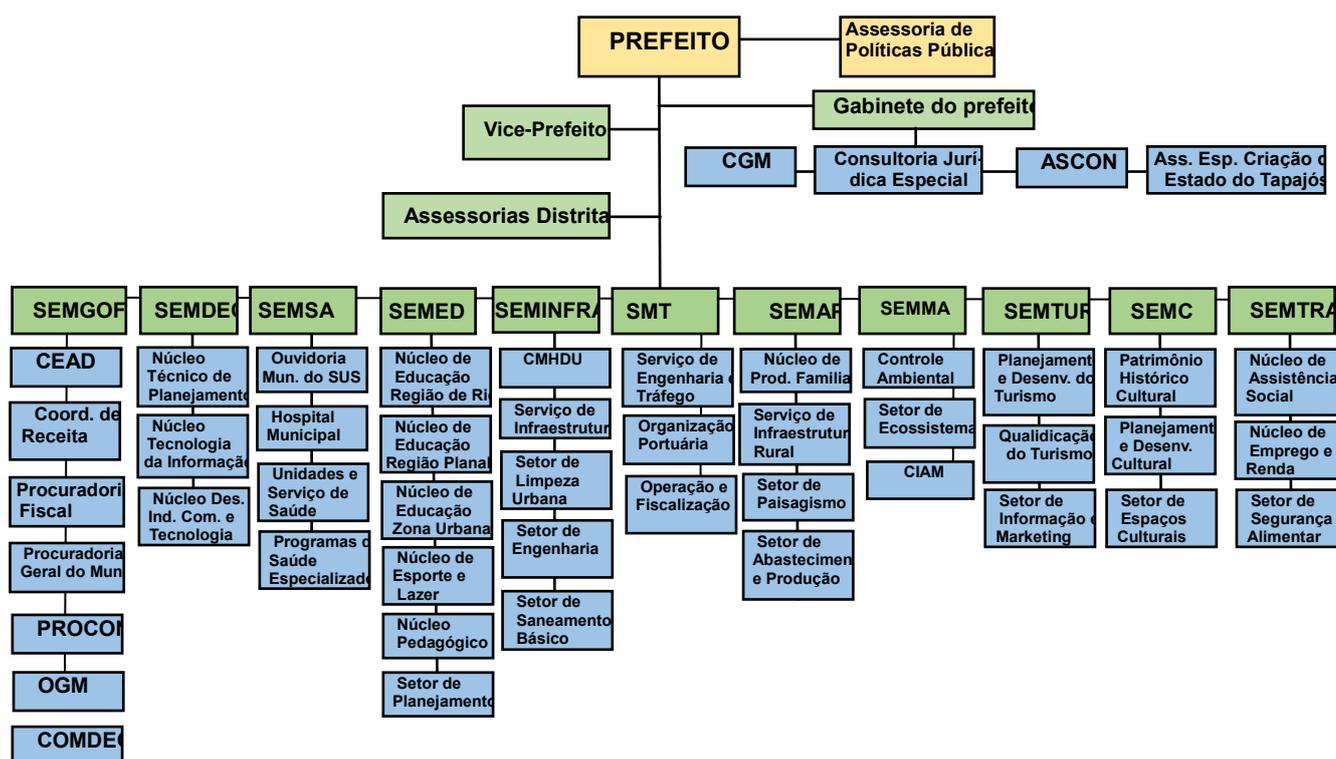
No que se refere à economia é denominada como principal centro socioeconômico do oeste do estado além de ser a terceira maior cidade do estado do Pará. Dados do produto interno bruto do período de 2003 a 2014, considerando o setor agropecuário, indústria e serviços, revelam que a economia do município vem mantendo um desenvolvimento constante com destaque para o setor de serviços, sendo este a base da economia local. O setor de serviços em 2014 chegou a ser 3,5 vezes maior que o setor da agropecuária e 4,5 vezes maior do que o setor industrial. Dessa forma, fica evidente que a base da economia local se concentra no setor de serviços.

**Tabela 2** - Produto Interno Bruto De Santarém por Setor de atividade econômica 2003-2014<sup>7</sup>

Produto Interno Bruto	Valor adicionado bruto a preços corrente (mil reais)											
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Agropecuária	155.350	154.380	150.404	180.395	172.946	200.294	206.944	338.364	371.291	495.704	558.088	504.789
Indústria	147.655	211.028	221.152	240.708	264.738	250.729	230.556	253.149	281.080	416.839	330.233	388.029
Serviços	445.355	622.452	629.713	735.239	773.096	854.745	961.365	1.012.249	1.139.876	1.373.921	1.526.245	1.773.443

Fonte: IBGE, 2013-2014. Elaborado pela autora (2017).

A Lei nº 20.121/2016, de 20 de dezembro de 2016 disciplina as competências da Prefeitura Municipal de Santarém assim como orienta o funcionamento da sua estrutura organizacional, o que pode ser visualizado no organograma da Figura 1.

**Figura 1** - Estrutura organizacional - Prefeitura de Santarém

Fonte: Portal da transparência em Santarém, 2017.

A prefeitura de Santarém conta com onze secretarias dentre as quais existe uma específica para organizar o funcionamento sistêmico e as atividades educacionais nas escolas da rede pública municipal de ensino, a Secretaria Municipal de Educação - SEMED, com os seguintes núcleos: Núcleo da Educação

<sup>7</sup> O IBGE somente disponibilizou o Produto Interno Bruto até o ano de 2014.

da Região de Rios; Núcleo da Educação da Região de Planalto; Núcleo da Educação da Zona Urbana; Núcleo de Esporte e Lazer; Núcleo Pedagógico e o Setor de Planejamento. Pontua-se que, sobre o organograma de funcionamento da Secretaria de Educação será desenvolvido conforme as gestões pesquisadas na próxima seção.

### **3.1.2 Aspectos educacionais**

Santarém é um polo educacional que atende a educação básica, profissionalizante e o Ensino Superior. Na rede estadual de ensino, conforme dados de 2016, há 35 escolas, destas, 34 estão na área urbana e apenas 01 no campo. Sob a jurisdição municipal registram-se 410 escolas, sendo 321<sup>8</sup> localizadas na zona rural – 233 escolas na região de rios e 88 na região de planalto – e 58 na área urbana. Das Instituições urbanas e das localizadas no planalto, acrescentam-se 31 Unidades de Educação Infantil, localizando-se 27 em centro urbano, 03 no planalto e 01 na Região de Rios (SANTARÉM, 2016, p. 8).

No município de Santarém há também a Educação Básica em 48 escolas particulares e possui escolas de ensino profissionalizante como Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) e Microlins.

Em relação ao Ensino Superior, Santarém dispõe de uma Universidade Federal, a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), uma universidade estadual, a Universidade do Estado do Pará – Campus Tapajós (UEPA), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, e universidades particulares tais como: Universidade da Amazônia (UNAMA), Centro Universitário Luterano de Santarém (CEULS/ULBRA), Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES), polo da Universidade Paulista (UNIP) assim como polo da Universidade de Uberaba (UNIUB), da UNINTER e da UNOPAR.

Tomando como base o Plano Estadual de Educação observa-se a

---

<sup>8</sup> De acordo com a NPD/ Coordenação de Estatística (28/12/2016) existe maior concentração de escolas no campo devido à distância geográfica de uma comunidade para outra, o que ocasiona a criação de escolas denominadas salas anexas com número reduzido de alunos que favoreçam o deslocamento e acesso à educação destes alunos. Por isso, existe o Sistema de Nucleação que organiza as escolas Polo com um conjunto de salas anexas ou salas de aula isoladas comportando no máximo 404 alunos e no mínimo 07 alunos (Região de Várzea), tendo como referência a Resolução Nº 190 de 22 de dezembro de 2015 do CME/STM.

necessidade de investimento e fortalecimento do planejamento de políticas educacionais mais sólidas para resolver problemáticas na região, vislumbrando a qualidade do ensino da Educação Básica.

A relevância da educação no processo de desenvolvimento social do Estado do Pará remete à necessidade de intensificação das ações governamentais, mediante a construção de um Plano Estadual voltado sobretudo à melhoria da qualidade do ensino ofertado à sociedade paraense, que seja capaz de reduzir a evasão escolar; o baixo desempenho escolar dos alunos; baixa média de anos e estudo da população; a elevada taxa de analfabetismo especialmente na região da Ilha do Marajó; reduzido contingente de força de trabalho com formação técnica profissional; infraestrutura fragilizada em todos os níveis (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio); baixa qualificação e remuneração dos profissionais que atuam na educação. Pensar a educação paraense na perspectiva de elemento indutor de transformação social é defender um Plano Estadual de Educação que responda as expectativas de melhoria das condições existenciais de toda sociedade paraense, contrapondo-se a lógica acumuladora e concentradora de renda que historicamente construiu-se no Estado do Pará, portanto. Avançar na melhoria da qualidade do atendimento educacional no Estado do Pará é um dos fatores indispensáveis para a correção dos desníveis históricos promotores da desigualdade social, construtores dos cinturões de pobreza e miséria que ainda perduram em diversas regiões de integração. Segundo Santos (2013) mesmo já tendo conquistado alguns avanços, tais como a quase universalização do ensino fundamental (um pouco mais de 95% de atendimento na faixa etária de 06 a 14 anos), a expansão das universidades públicas e criação de programas de financiamento das escolas públicas, como o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB dentre outros, ainda vivemos o desafio de democratização da educação escolar na sociedade (PARÁ, 2015, p.12-13).

Na esfera municipal, a Educação em Santarém foi regulamentada por meio de dois Planos Municipais de Educação que procuraram assegurar um processo gradativo de autonomia administrativa, pedagógica e financeira das escolas, assim como um trabalho de reestruturação e reorganização do Sistema Municipal de ensino. Destacam-se a Lei nº 17.867/2004 de 03 de novembro (Plano Municipal de Educação – 2004/2013) e a Lei nº 19.829/2015 de 14 de julho (Plano Municipal de Educação – 2015/2025), as quais contemplam, além da Educação Básica, as modalidades de ensino Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, a Educação Superior, a Educação Profissional e Tecnológica, a Gestão de pessoas /a valorização dos Profissionais de Educação, a Gestão Democrática e a Gestão financeira. Enfatiza-se que na elaboração do último Plano, a educação do campo assim como a indígena e quilombola não apareceram como uma política pública de ação afirmativa, mas perpassam em algumas estratégias nos níveis e modalidades de ensino.

### 3.2 ATENDIMENTO ESCOLAR, ELEVAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULA

Na Lei nº 9.394/1996 fica explícito que a responsabilidade macro do município é universalizar o Ensino Fundamental e ampliar o atendimento dos outros níveis de ensino.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (grifo nosso).

Levando-se em consideração a competência do município com a oferta de educação para o ensino fundamental, é necessário fazer uma análise do número de matrícula na educação básica em nível de região Norte e, mais especificamente, no Pará.

**Tabela 3** - Número de Matrículas na Educação Básica – 2016

<b>LOCALIDADE</b>	<b>Nº DE MATRÍCULAS</b>
Brasil	39.834.378
Região Norte	4.560.586
Pará	2.101.327
Santarém	86.218

**Fonte:** INEP - Fev., 2017– Elaborado pela autora, 2017.

Diante disso, a tabela 4 apresenta um diagnóstico com o número de alunos matriculados nos níveis e modalidades de ensino ofertados pelo município de Santarém na rede pública de ensino.

**Tabela 4 - Matrícula da Rede Municipal (2007-2016)**

ANO	EDUCAÇÃO		EJA	Nº ALUNOS	
	INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL <sup>9</sup>		ESPECIAL	MATRICULADOS
2007	6.466	43.997	65	17	50.545
2008	7.243	43.894	-	09	51.146
2009	7.714	43.300	4.396	38	54.448
2010	7.975	42.792	4.104	77	54.948
2011	8.119	43.475	4.137	441	56.172
2012	8.265	43.353	4.262	493	56.373
2013	8.773	43.576	3.854	542	56.745
2014	8.731	44.195	3.417	544	56.887
2015	9.914	44.739	3.043	701	58.397
2016	10.938	44.790	2.572	774	59.074

**Fonte:** Elaborado pela autora (2017), a partir dos dados CONVIVA EDUCAÇÃO (2017) /  
Obs: os dados estão disponíveis somente a partir do ano de 2007.

Tendo como referência a tabela 1 da evolução populacional em Santarém, que demonstra um crescimento constante, e relacionando esses dados com a tabela 4, infere-se o crescimento do número de matrícula por níveis e modalidade na rede municipal. Destaca-se que a educação especial apresentou um considerável aumento na matrícula e a na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, e percebeu-se um decréscimo mais evidenciado no período de 2012 a 2016.

**Tabela 5 - Demonstrativo de Alunos e Escolas da Rede Municipal de Ensino - 2016<sup>10</sup>**

REGIÃO		Nº ESCOLAS	Nº DE ALUNOS	ESCOLAS PARALISADAS
ZONA URBANA – Cidade		86	34.758	1
	Planalto	99	9.825	8
	Lago Grande	80	5.796	7
ZONA RURAL	Arapiums	72	3.857	3
	Tapajós	34	2.148	2
	Arapixuna	19	965	4
	Várzea	47	2.626	6
TOTAL		437	59.975	31

**Fonte:** NPD/Coordenação de Estatística, 28/12/2016. Elaborado pela autora em 2017.

<sup>9</sup> Os dados de matrícula do Ensino Fundamental apresentados na Tabela 4 retirados do CONVIVA EDUCAÇÃO (2017) divergem dos apresentados no Gráfico 4. De acordo com a Coordenação de Estatística da SEMED, quem monitora e insere esses dados é a Divisão de Planejamento.

<sup>10</sup> Observa-se que os dados referentes ao número de escolas apresentados pelo NPD/ Coordenação de Estatística (2016) não coincidem com os dados apresentados no relatório da SEMED do ano de 2016, assim como o número de alunos matriculados em 2016 apresentados na tabela 4 retirados do CONVIVA EDUCAÇÃO são divergentes com os da tabela 5 coletados no NPD/Coordenação de Estatística, mas não foram aprofundados devido não ser o objeto de estudo. Em relação às escolas paralisadas são as que não estão em funcionamento devido a inexistência de demanda de alunos para a oferta de matrícula na zona urbana ou rural. Porém, estas escolas poderão nos próximos anos ser reativadas conforme a demanda de alunos.

A Tabela 5 apresenta o demonstrativo de matrículas de alunos em Santarém, assim como as escolas em funcionamento e paralisadas no ano de 2016, destacando estas matrículas por regiões: urbana e rural de acordo com o Sistema de Nucleação instituído pela Resolução nº 190 de 22 de dezembro de 2016 do CME/STM, para a organização do atendimento das escolas localizadas na área rural, o que é explicitado na seção 4. É perceptível uma grande concentração de alunos matriculados na cidade em contraposição com a quantidade de escolas que são maiores na zona rural, em virtude de suas comunidades serem esparsas e heterogêneas. O acúmulo de matrícula na zona urbana corrobora-se com o apresentado na Tabela 1 que mostra a concentração populacional na zona urbana

### **3.2.1 Educação Infantil**

Em Santarém, a Educação Infantil teve sua oferta na esfera pública a partir de 1960 e no ensino particular começou em 1970 com a denominação de maternal ou jardim de infância. Em 1980 começou a funcionar no Município o *Projeto Casulo*, programa de cunho compensatório implantado em 1977 pela Legião Brasileira de Assistência – LBA, órgão federal da assistência social, com o objetivo de compensar as carências, principalmente as nutricionais, das crianças menores de 07 anos de idade. Esses casulos ou creches-casulos funcionaram em Santarém até 1986, os quais foram transformados em creches sob a administração da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTRAS.

De 1986 a 1988, foram construídas 04 creches, que funcionavam de maneira improvisada em prédios comunitários. A SEMTRAS construiu duas novas creches em bairros onde não havia projeto casulo: a creche do bairro da Interventoria, a primeira creche inaugurada em Santarém, e a creche denominada “Ubirajara Bentes de Souza”, no bairro do Diamantino. Acrescenta-se que, neste período, a pré-escola funcionava em pouquíssimas escolas municipais, com recursos da Prefeitura Municipal, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação. (SANTARÉM - PA, 2013, p. 09).

A responsabilidade deste nível de educação para o atendimento das crianças de 0 a 5 anos é recente no município, pois as creches municipais ficaram sob a responsabilidade da SEMTRAS até 2009, as quais posteriormente passaram a ser coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação-SEMED.

É imprescindível que a efetivação desta educação institucionalizada no Art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sejam operacionalizadas pelas diretrizes, objetivos e metas da Proposta Pedagógica Municipal para a Educação Infantil enquanto uma política pública que priorize a ampliação da oferta garantindo a matrícula de 100% desta clientela, que garanta que 100% das Instituições de Educação Infantil elaborem sua proposta pedagógica até 2014, assegure a continuidade de um Plano de Formação continuada a 100% dos profissionais da Educação Infantil, viabilizem a construção de 12 novos Centros Municipais de Educação Infantil junto ao MEC/FNDE/Proinfância-PAR em parceria com a SEMED até 2016 (SANTARÉM- PA, 2013, p.15).

A rede municipal tem executado, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), uma política de reestruturação, ampliação e construção de espaços que estejam adequados para atender às crianças de 0 até 5 anos de acordo com a Resolução nº 5/ MEC de 2009 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil) e com a Resolução nº 10 de 17 de dezembro de 2010-CME/STM/ PA que fixa normas para a regulamentação da educação infantil no sistema municipal de ensino de Santarém.

A Tabela 6 demonstra o atendimento da educação infantil na rede pública de ensino de acordo com o diagnóstico apresentado pelo censo escolar, e revela o aumento do atendimento da Educação Infantil em regime parcial e integral. Porém, percebeu-se uma diminuição no atendimento dos alunos na pré-escola em regime integral.

**Tabela 6 - Demonstrativo de Matrículas na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino**  
**Educação Infantil**

Ano	Localidade	Creche		Pré-escolar	
		Parcial	Integral	Parcial	Integral
2014	Zona Urbana	126	932	4.700	355
	Zona Rural	0	52	3.560	10
2015	Zona Urbana	158	1.085	4.748	180
	Zona Rural	16	81	3.650	14
2016	Zona Urbana	505	1.283	5.117	154
	Zona Rural	34	166	3.675	0

**Fonte:** Censo Escolar INEP (2014, 2015 e 2016). Elaborado pela autora (2017).

A educação infantil em Santarém se apresenta como um desafio no que se refere ao direito da universalização do atendimento das crianças de 4 a 5 anos. Dessa maneira, é urgente a ampliação da oferta e a construção de creches e espaços adequados para a garantia da educação das crianças dessa faixa etária, o que deve obedecer aos dispositivos do Art. 208, inciso I da Constituição Federal de 1988 renovado pela Emenda Constitucional nº 59 de 2009. Sobre as Unidades e os espaços de atendimento em Santarém, o Plano Municipal atual apresenta:

[...] A rede municipal de ensino possui 19 Unidades Municipais de Educação Infantil-UMIEIs e 01 Centro Municipal de Educação Infantil-CMEI padrão MEC, construído através do programa Proinfância em regime de colaboração com o governo federal. Além disso, há 203 Escolas de Ensino Fundamental que ofertam a Educação Infantil para crianças de 04 e 05 anos de idade. Destas 09 funcionam como espaços pedagógicos, anexos que na forma da lei aguardam pela regularização e o número do INEP para serem considerados estabelecimentos de Educação Infantil (SANTARÉM-PA, 2015, p. 24-25).

Destaca-se a necessidade de monitoramento do Plano Municipal de Educação no que se refere ao cumprimento de políticas educacionais para este nível de ensino pelo poder público municipal da meta 1: Universalizar até 2016 100% da Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 20 % (vinte por cento) do total de criança de até 03 (três) anos até o final de vigência deste PME.

Justifica-se, ainda, a importância da universalização do atendimento de crianças de 0 a 5 anos já que são apresentados dados no Plano Municipal de Educação (2015) do Censo Escolar de 2013 de que apenas 31,19% (11.240) estão matriculados na educação infantil e 68,81% (24.792) estão fora da escola no Município de Santarém.

### **3.2.2 Ensino Fundamental**

O ensino fundamental é um nível de ensino da educação básica obrigatório e com duração de 9 (nove) anos conforme art. 32 da LDB – 9394/96, que ressalta também que para atender o objetivo de formação básica do cidadão é necessário:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

§ 6º O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental.

Em 2006 foi sancionada a lei nº 11.274 que regulamentou o Ensino Fundamental de 9 anos. A legislação previa que essa medida deveria ser implantada até 2010 pelos Municípios, Estados e Distrito Federal. Esta medida possibilitou ao Pré-escolar da Educação Infantil passar a fazer parte do Ensino Fundamental, sendo considerado o 1º ano desse ciclo, isto é, um momento de transição da educação infantil para o Ensino Fundamental. Assim, o Ensino Fundamental ficou organizado com cinco anos iniciais para crianças de 6 a 10 anos e, com quatro anos finais, para adolescentes de 11 a 14 anos.

No caso de Santarém, esse processo de implantação do Ensino Fundamental de 09 anos ocorreu em 2007 primeiramente nas escolas da cidade e, posteriormente, nas escolas do campo (Região de Rios e Planalto) com a regulamentação da Resolução nº 001 de 13 de novembro de 2008, pelo Conselho Municipal de Educação de Santarém, assegurando a terminalidade de estudos para os alunos do Ensino Fundamental de 08 anos.

Art. 4º- As crianças que, até o ano de 2008, cursaram a Educação Infantil (Pré-escola/ 06 anos) em escola regularizada, serão automaticamente matriculadas no 2º ano do Ensino Fundamental de 09anos, e as que cursaram de 1ª a 7ª séries, com aprovação, serão regularmente matriculadas nas 2ª a 8ª séries, respectivamente, garantindo-se a eles a terminalidade do EF de 08 anos (SANTARÉM, 2008).

Acrescenta-se que, desde 2006, foi constituída uma Comissão Especial para estudos, debates e elaboração do Plano de Implantação do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos. Houve também, a realização de uma audiência pública em agosto do ano supramencionado com o assessoramento do Conselho Estadual de Educação. Outro evento importante que contribui com a implantação deste nível de ensino foi o I colóquio sobre o EF de 09 anos com a mediação de Paulo Alves Silva, assessor do SEB/COEF/MEC para gestores, técnicos da SEMED, pedagogos e professores da Rede Pública Municipal de Ensino (SANTARÉM-PARÁ, 2008).

Outras ações para viabilizar o funcionamento do Ensino Fundamental de 09 anos foram desenvolvidas, como: levantamento dos professores alfabetizadores, análise e reformulação do Programa de Ensino da SEMED, elaboração da matriz de habilidades com o intuito de atender os alunos na faixa etária de 06(seis) anos de idade. Foram realizadas, também, reuniões com diretores e pedagogos das escolas da rede municipal de ensino que abordaram sobre os Fundamentos legais e administrativos, Letramento e Alfabetização, Pensando a Prática Pedagógica, Organização do Trabalho Pedagógico, Alfabetização e Letramento como orientadores, Avaliação e Aprendizagem na escola, a Prática Pedagógica como eixo da reflexão, apresentação da proposta curricular preliminar e de organização do desenvolvimento das atividades em classe (PARECER Nº 001/2008- CME, p.2).

Assim, torna-se imprescindível observar, na tabela a seguir, a evolução da matrícula do Ensino Fundamental, que demonstra uma estabilidade na matrícula da rede municipal nos anos de 2006 a 2008, porém se percebe um discreto decréscimo entre o período de 2012 a 2015. Já em relação à rede estadual de ensino, observou-se uma redução de matrícula do ano de 2007 até 2015.

**Tabela 7** - Evolução do número das matrículas do ensino fundamental na rede municipal e estadual em Santarém-PA, no período de 2006-2016

Ano	Matrículas na rede estadual	Percentual	Matrículas na rede municipal	Percentual	Total
2006	15.400		48.083		63.483
2007	15.481	0,5%	48.294	0,4%	63.775
2008	13.687	- 13,1%	48.031	- 0,55%	61.718
2009	12.674	- 8%	47.229	- 1,7%	59.903
2010	12.098	- 4,8%	46.613	- 1,3%	58.711
2011	10.709	- 13%	47.044	1%	57.753
2012	9.647	- 11%	46.765	- 0,6%	56.412
2013	8.245	- 17%	42.856	- 10%	51.101
2014	7.668	- 7,5%	43.453	1,4%	51.121
2015	7.649	- 0,25%	43.767	0,7%	51.416
2016	NI	NI	NI	NI	NI

**Fonte:** Censo Escolar do INEP. Elaborado pela autora (2017). Não informado (NI).

O panorama geral das matrículas do ensino fundamental, mostrado na tabela 7, revela um quadro de tendência à redução, mais evidenciado na rede estadual de ensino que na rede municipal, embora também tenha havido oscilação e, no contexto geral, um decréscimo no número de matrícula no ensino fundamental. Existem alguns fatores que podem influenciar este fato, como: a falta de um acompanhamento mais sistemático da frequência escolar dos alunos na rede estadual, as greves acentuadas nas escolas estaduais, que fizeram com que os pais ou responsáveis matriculassem seus filhos nas escolas municipais, e o início do ano letivo que primeiro começa nas escolas municipais e, posteriormente, nas escolas estaduais. Porém, esses fatores são suposições que devem ser aprofundadas e constatadas por uma pesquisa de campo, o que não foi o objeto deste estudo.

### 3.2.3 Ensino Médio

O Ensino Médio fica sob a responsabilidade da Rede Estadual de Ensino, sendo ofertado também em escolas privadas. No período de 2013-2014 registra-se em Santarém 26 escolas da rede estadual e 07 escolas da rede privada de ensino com o objetivo de contribuir para a universalização do atendimento escolar neste nível de ensino e atender a meta 3: “Universalizar o atendimento escolar de 15 a 17 anos até 2016 e elevar até o final de vigência deste plano a taxa líquida de matrícula do Ensino Médio de 56,02 % para 70%, aumentando a cada ano o percentual de 1,5% até o final de vigência do PME” (SANTARÉM, 2015, p. 56).

Tomando como base o Plano Municipal de Santarém (2015), percebeu-se que a população na faixa etária de 15 a 17 anos é de 19.848 pessoas, sendo que destes, tem-se 11.119 alunos matriculados no Ensino Médio, o que corresponde ao percentual de 56,0%. Acredita-se que a criação do IFPA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus de Santarém), em 2010, configurou a saída dos alunos da rede regular de ensino para a efetivação da matrícula no Ensino Médio Integrado oferecido por esta instituição, que viabiliza uma educação mais técnica e profissionalizante. Isso pode ser constatado nas tabelas a seguir:

**Tabela 8** - Números de Matrículas da Educação Profissional 2011-2013<sup>11</sup>

Ano	Pública	Privada	Total
2011	568	882	1.450
2012	561	520	1.081
2013	445	985	1.430

**Fonte:** MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação (PME, 2015, p.59)

**Tabela 9** - Quantitativo de alunos por ano de ingresso no IFPA

Ano de Ingresso	Quantidade de Alunos
2010	878
2011	155
2012	401
2013	114
2014	301
2015	119
2016	241
2017	282

**Fonte:** Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, emitido em 27/09/2017.

Outro fator do percentual de alunos do Ensino Médio fora da escola pode ser o da criação do Programa MUNDIAR, um programa de correção de fluxo por meio de módulos, assim como as turmas de Educação de Jovens e Adultos para o Ensino Médio que concluem este nível em 02 anos ao invés de 03 anos; e, além disso, devido às constantes greves na rede estadual, vislumbrando melhorias salariais. Por meio de informações retiradas das Redes Sociais, outro fator que agravará esta realidade poderá ser a criação da Escola Tecnológica de Santarém,

<sup>11</sup> Não foi possível demonstrar na tabela os dados de 2015 e 2016 referentes as matrículas da educação profissional por ausência dos registros nas fontes documentais consultadas.

inaugurada em junho de 2017 com oferta de 180 vagas, distribuídas nos seguintes cursos de formação inicial e continuada: Assistente administrativo empresarial (30), agente de informações turísticas (60), recepção em eventos (30), agente de resíduos sólidos (30), monitor de uso e conservação dos recursos hídricos (30)<sup>12</sup>.

### 3.2.4 Ensino Superior

O Município de Santarém pertence à Mesorregião do Baixo Amazonas, o que favoreceu tornar-se um Polo universitário com Instituições de Ensino Superior públicas e privadas que ofertam cursos de graduação e pós-graduação que atendem estudantes de dois municípios do Pará (Altamira e Itaituba) e de outros estados do Brasil, principalmente da região centro oeste. Sobre essa afirmativa, o Plano Municipal de Educação de Santarém destaca:

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Gestão e Tecnologia, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (SEMDE), contabilizou 16 instituições de ensino superior, com 69 cursos, incluindo os semipresenciais, no município de Santarém, oeste do Pará. O resultado do estudo aponta a cidade como Pólo universitário na região oeste, sendo o segundo município do Pará com maior número de universidades, ficando atrás apenas da capital Belém e seguida do município de Marabá, que é a terceira (2015, p.65).

Atualmente, a Universidade do Estado do Pará (UEPA) tem campi concentrados no interior do Estado, como: Conceição do Araguaia, Altamira, Igarapé-Açu, Santarém, Tucuruí, Moju. Ao mesmo tempo que a Universidade Federal do Oeste do Pará possui campi localizados no interior da região oeste do Pará (Juruti, Oriximiná, Itaituba, Monte Alegre, Óbidos e Alenquer), além das Instituições de Ensino Superior particulares, como é o caso das Faculdades Integradas do Tapajós, Instituto Esperança de Ensino Superior e Centro Luterano de Ensino Superior.

A Universidade Federal do Oeste do Pará foi criada pela Lei nº 12.085 de 05 de novembro de 2009. Na tabela a seguir, demonstra-se o total de pessoas graduadas e pós-graduadas por esta instituição de ensino superior, o que condiz

---

<sup>12</sup> Essas informações foram retiradas do link: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/escola-tecnologica-abre-periodo-de-inscricao-para-180-vagas-em-santarem.ghtml>, acessado em 29 de setembro de 2017.

assim com sua visão: “Ser referência na formação interdisciplinar para integrar sociedade, natureza e desenvolvimento”.

**Tabela 10** - Demonstrativo de Discentes Graduados e Pós-Graduados da UFOPA- 2014-2016

ANO DE CONCLUSÃO	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO		
		ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
2014	1.153	321	31	00
2015	952	460	56	00
2016	577	405	60	02

**Fonte:** Sistema Integrado De Gestão De Atividades Acadêmicas- Ufopa. (Acesso em 19/10/2017). Elaborado pela autora (2017).

**Tabela 11** - Quantidade de Cursos ofertados pela UFOPA em Santarém-PA-2017

GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO		
	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
38	11	10	02

**Fonte:** www.ufopa.edu.br. Acessado em 16/11/2017.

Destaca-se que, atualmente, a Ufopa oferece os cursos desde graduação até doutorado, os quais estão descritos no quadro a seguir, com o objetivo de trabalhar o tripé ensino, pesquisa e extensão no oeste do Pará, atendendo pessoas da região norte e de outras regiões brasileiras. Diante disso, a UFOPA consolida a sua missão: “Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia”<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Disponível em <www.ufopa.edu.br>. Acessado em 16/11/2017

**Quadro 8** - Cursos ofertados pela UFOPA em Santarém-PA- 2017

Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Pedagogia;</li> <li>-Letras–Língua Portuguesa;</li> <li>-Ciências Biológicas;</li> <li>-Matemática;</li> <li>-Geografia;</li> <li>-Geografia;</li> <li>-História;</li> <li>-Letras – Português e Inglês;</li> <li>-Biologia e Química;</li> <li>-Matemática e Física;</li> <li>-História e Geografia;</li> <li>-Informática Educacional;</li> <li>-Direito;</li> <li>-Ciências Econômicas;</li> <li>-Gestão Pública e Desenvolvimento Regional;</li> <li>-Antropologia;</li> <li>-Arqueologia;</li> <li>-Ciências e Tecnologia das Águas;</li> <li>-Engenharia de Pesca;</li> <li>-Ciências Biológicas;</li> <li>-Engenharia Sanitária e Ambiental;</li> <li>-Gestão Ambiental;</li> <li>-Ciências da Terra;</li> <li>-Ciência e Tecnologia;</li> <li>-Geologia;</li> <li>-Geofísica;</li> <li>-Engenharia Física;</li> <li>-Ciências Atmosféricas;</li> <li>-Ciência da Computação;</li> <li>-Sistemas de Informação;</li> <li>-Engenharia de Controle e Automação;</li> <li>-Ciências Agrárias;</li> <li>-Engenharia Florestal;</li> <li>-Agronomia;</li> <li>-Zootecnia;</li> <li>-Biotecnologia;</li> <li>-Farmácia;</li> <li>-Saúde</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Direitos Humanos e Políticas Públicas;</li> <li>-Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia;</li> <li>-Agroecologia;</li> <li>-Jornalismo Científico;</li> <li>-Manejo de Florestas Tropicais;</li> <li>-Espec. Gestão Escolar;</li> <li>-Espec. Educação Infantil;</li> <li>-Aperf. Conselheiros Municipais;</li> <li>-Aperf. A Escola e a Cidade;</li> <li>-Espec. Coordenação Pedagógica;</li> <li>-Ensino Interdisciplinar das Ciências e Meio Ambiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Mestrado em Recursos Naturais da Amazônia;</li> <li>-Mestrado em Recursos Aquáticos Continentais Amazônico;</li> <li>-Mestrado em Biociência;</li> <li>-Mestrado Acadêmico em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida;</li> <li>-Mestrado em Ciências da Sociedade;</li> <li>-Mestrado Acadêmico em Educação;</li> <li>-Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional;</li> <li>-Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional;</li> <li>-Mestrado Profissional em Física em Rede Nacional;</li> <li>-Mestrado em Biodiversidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Doutorado Interdisciplinar em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento;</li> <li>-Doutorado Institucional em Educação;</li> </ul>

Fonte: [www.ufopa.edu.br](http://www.ufopa.edu.br). Acessado em 16/11/2017.

Evidencia-se que a expansão de universidades públicas e privadas tem aumentado a migração de estudantes dos municípios circunvizinhos para Santarém em busca de cursos de graduação, aperfeiçoamento e especialização na área da educação em instituição reconhecida pelo MEC.

### 3.3 MODALIDADES DE ENSINO E EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE ETNICORRACIAL<sup>14</sup>

#### 3.3.1 Educação de Jovens e Adultos

Em 1987, começou a funcionar na esfera municipal de Santarém o atendimento de turmas de 1ª e 2ª etapas, ampliando para 3ª e 4ª etapas em 1990 nos principais bairros periféricos da cidade. Já em 1997 foi criada a seção da EJA na SEMED que teve o objetivo de facilitar uma estrutura de atendimento para as peculiaridades da EJA, de ampliar a possibilidade desta clientela ter acesso ao Ensino Fundamental e, se possível, eliminar o analfabetismo no Município. No período de 2009 a 2013 funcionaram tanto na cidade como nas regiões de Rios e Planalto 1.028 turmas de EJA. (SANTARÉM-PARÁ, 2014).

A Resolução nº 002 de 18 de março de 2009 do CME/STM estabelece normas para a autorização e reconhecimento do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos nas Instituições Públicas Educacionais que integram o Sistema Municipal de Ensino de Santarém. A Resolução nº 006 de 27 de maio de 2009 estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Sistema de Ensino Municipal de Santarém e a Resolução nº 007 de 30 de março de 2010 aprovou a nova Matriz Curricular Unificada para a 1ª a 4ª etapa da EJA para a rede municipal de ensino.

O Parecer de nº 009/2014 da Câmara de Ensino Fundamental e Modalidades - C.E.F.M/CME aprovou em 08 de agosto de 2014 a reformulação do Projeto Político Pedagógico da Educação de Jovens e Adultos do município de

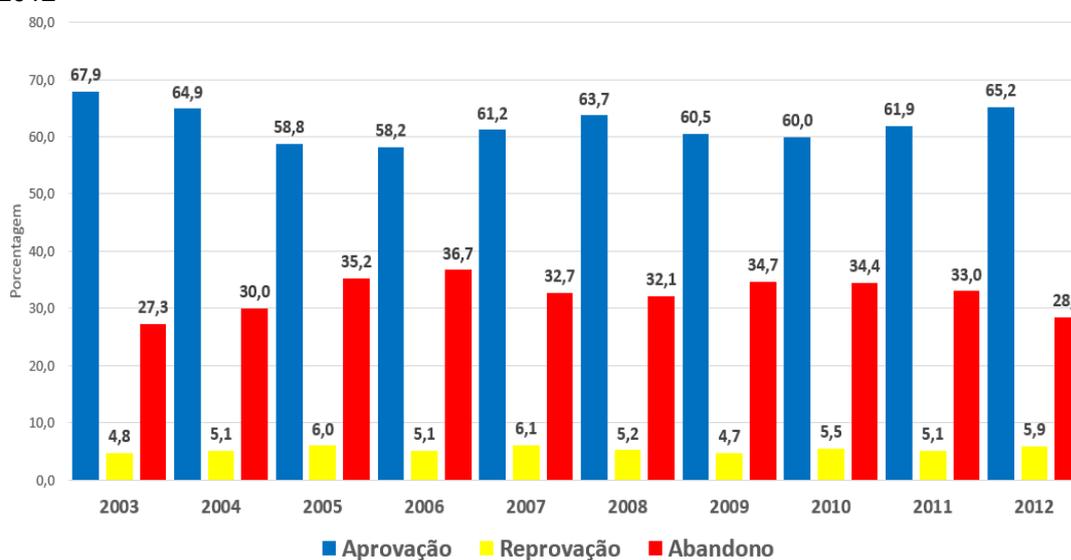
---

<sup>14</sup> De acordo com o inciso XV, do Art.10 da Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007 institucionaliza os recursos dos fundos levando em conta as diferenças entre as etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica, devido isso foi necessário mencionar a Educação e diversidade Etnicorracial (educação indígena e quilombola). Acrescenta-se, também, que desde o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001, consta a Educação Indígena como uma Modalidade de Ensino para erradicação das diferenças sociais e regionais.

Santarém para a rede pública municipal, que tem como anexo a proposta curricular desta modalidade de ensino.

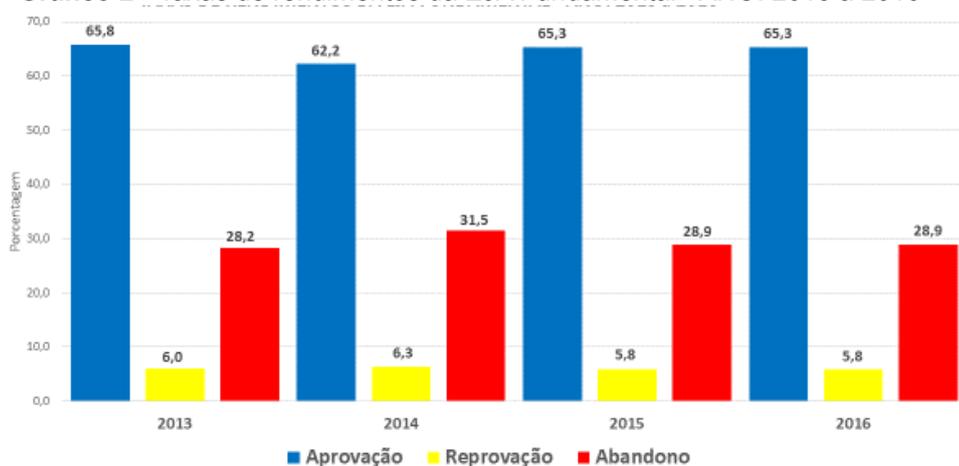
Em 2014, 106 escolas da rede municipal de ensino ofertaram a educação de jovens e adultos, atendendo a matrícula de 3.659 alunos, além disso, 419 professores estavam distribuídos da 1ª a 4ª etapas (1ª- 18/ 2ª- 26/ 3ª e 4ª - 375) para atenderem respectivamente 155 escolas na Região de Rios, 96 escolas no Planalto e 167 na zona urbana (SANTARÉM-PARÁ, 2014).

**Gráfico 1** - Taxas de rendimentos da educação de jovens e adultos - EJA - ANO: 2003 a 2012



Fonte: Setor de Estatística da SEMED, 2017.

**Gráfico 2** - Taxas de rendimentos da EJA Fundamental - ANO: 2013 a 2016



Fonte: Setor de Estatística da SEMED, 2017.

Os rendimentos da Educação de Jovens e Adultos apresentados no período de 2003 a 2016 exemplificados pelos gráficos 1 e 2 revelam pouca variação nos índices de aprovação e abandono escolar. Mas, é notável os índices de abandono que se sobrepõem aos de reprovados, desafiando a rede municipal na implementação de políticas educacionais pontuais para esta modalidade de ensino, o que pode ser observado na seção 4, na subseção referente a programas e projetos.

Na dimensão pedagógica, com o intuito de combater a evasão escolar e promover a autonomia do sujeito como construtor da própria escola de forma criativa, e o desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício da cidadania e da convivência social, foram elaborados projetos de inclusão social aos educandos da EJA, como o Projeto Arte na escola da gente ( oficinas de canto, artes plásticas, cerâmica e Oficiarte Mosaico), o Projeto Teatro de Sombras e Mídia e o Projeto Literário: Resgatando Memórias da Comunidade. Essas informações podem ser encontradas no Projeto Político Pedagógico e Proposta Curricular da Educação de Jovens e Adultos do município de Santarém da Rede Pública Municipal.

### 3.3.2 Educação Especial

Na rede municipal, a educação especial, iniciou em 1991, atendendo crianças e adolescentes que apresentavam dificuldades de aprendizagem, visão e audição na zona urbana. Em 1999 houve uma expansão dessa modalidade de ensino, passando a atender inclusive os alunos da zona rural.

Em conformidade com o primeiro Plano Municipal de Educação, Lei nº 17.867/2004 e com dados estatísticos de 2016, a educação especial teve destaque com o seguinte atendimento prescrito na Tabela 12.

**Tabela 12 – Quantidade de Alunos da Educação Especial inclusos na Rede Municipal- 2003 e 2016**

ANOS	Deficiência auditiva (DA)	Deficiência Visual (DV)	Deficiência Física	Baixa Visão (BV)	Deficiência Mental (DM)	Síndrome de Daw (DAW)	Deficiências Múltiplas	Surdoc egueira	Transtor no global do desenvolvimento	Total
2003	71	04	NI	20	158	10	28	NI	NI	291
2016	57	77	100	NI	818	NI	91	03	163	1309

**Fonte:** Plano Municipal de Educação 2004/2013 e Relatório SEMED/2016. Elaborado pela autora em 2017.

Em 2013, a educação especial passa a ser trabalhada na perspectiva da educação inclusiva, dando ênfase à aquisição de 06 (seis) ônibus adquiridos em parceria com o governo Federal, pelo Programa Caminho da Escola com o objetivo de transportar os alunos do atendimento educacional especializado das escolas urbanas.

Considerando o segundo Plano Municipal de educação infere-se que, de acordo com o Educacenso de 2014, Santarém começou a atender, além dos alunos com deficiência, os que apresentavam transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades, conforme a tabela a seguir:

**Tabela 13** – Quantidade de Alunos da educação especial atendidos em Santarém

Ano	Rede Municipal	Rede Estadual	APAE	Total
2014	671 alunos	70 alunos	189 alunos	930
2016	1.169 alunos	76 alunos	N.I.	1.245

**Fonte:** Elaborado pela autora (2017) de acordo com o Plano Municipal de educação de 2015-2025 (SANTARÉM, 2015, p.85) e Censo Escolar Estadual INEP 2016 – Anexo II.

Sendo assim, a educação especial no município de Santarém teve ênfase nos dois Planos Municipais de Educação com seções e metas específicas, sendo que no último foi destacado um item denominado de Educação Especial/ Inclusiva (A Lei nº 19.829 de 14 de julho de 2015).

### 3.3.3 Educação e Diversidade Etnicorracial

A coordenação de Educação e Diversidade Etnicorracial foi criada em maio de 2006 assim como a de Educação Escolar Indígena, de início, agregadas à coordenação de ensino. Ressalta-se que em 2011 houve mudanças no organograma de funcionamento da SEMED, e tais coordenações passaram a fazer parte da Coordenação de Educação do Campo.

A Resolução nº 005 de 30 de maio de 2010 do Conselho Municipal de Educação de Santarém aprovou a alteração do Regimento Escolar Unificado da Rede Pública Municipal de Ensino e incorporou nos níveis e modalidades de Ensino a Educação Escolar Indígena e a Educação Quilombola.

Art.54- É garantida à Educação Escolar Indígena processos próprios de aprendizagem, conforme art. 210 da Constituição Federal;

PARÁGRAFO ÚNICO- A Educação Escolar Indígena será ministrada valorizando a cultura, línguas e tradições de seus povos consoantes normas baixadas pelo órgão público competente.

Art. 55- Deve ser assegurada aos povos indígenas uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue, garantindo a preservação e/ou revitalização da língua materna;

Art.56- As escolas indígenas, quando nucleadas, deverão ficar em polos indígenas e somente serão vinculados a polos não-indígenas em casos excepcionais.

Art.57- O currículo escolar deverá inserir, obrigatoriamente, a História e a Cultura da África e Afro-brasileira, devendo essa temática ser garantida no Projeto Político Pedagógico de todas as escolas.

PARÁGRAFO ÚNICO- As escolas quilombolas, quando nucleadas, deverão ficar em polos quilombolas e somente serão vinculados a polos não quilombolas em caso excepcional (REGIMENTO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, 2010, p. 36-37).

Acrescenta-se que para a organização e funcionamento destas modalidades de ensino no Sistema Municipal foram disciplinados dois atos normativos, a Resolução nº 006 de 03 de agosto de 2011 que fixou diretrizes para o funcionamento das Escolas Indígenas, e a Resolução nº 007 de 27 de novembro de 2009, que fixou as diretrizes para o funcionamento das Escolas Quilombolas.

Informações sobre o funcionamento de escolas indígenas e quilombolas com o respectivo atendimento de alunos estão descritos no item 4.3.1 intitulado “Descentralização e autonomia: a organização administrativa da SEMED”.

Depois de apresentar nesta seção o panorama da educação escolar santarena com dados estatísticos registrados em gráficos e tabelas considerando os aspectos, históricos, geográficos, socioeconômicos e educacionais, por níveis e modalidades de ensino, aborda-se, na seção 4, as Gestões Municipais desenvolvidas no período de 2003 a 2016 com os respectivos organogramas de funcionamento na Secretaria Municipal de Educação de Santarém.

## **4 GESTÕES MUNICIPAIS NO PERÍODO DE 2003 A 2016: DEPENDÊNCIA FÍSICA, DESCENTRALIZAÇÃO E AUTONOMIA.**

Esta seção descreve as políticas educacionais desenvolvidas na Secretaria Municipal de Educação de 2003 a 2016 assim como apresenta o processo de descentralização e autonomia da educação pública. Primeiramente aborda sobre as gestões municipais enfatizando os gestores, secretários de educação, com destaque para as políticas públicas desenvolvidas com seus respectivos organogramas que estruturaram o funcionamento na administração pública da SEMED para favorecer o atendimento educacional nas escolas da esfera municipal. Por fim, mostra, também, os instrumentos de controle social e de fortalecimento do poder local.

### **4.1 GESTÕES MUNICIPAIS NO PERÍODO DE 2003 - 2016**

#### **4.1.1 Gestão municipal 2003-2004<sup>15</sup>**

Neste período o governo recebeu o *slogan* de “Governo do Mutirão, construindo o Fundamental no Ensino/ A mudança que você vê”. Teve como Prefeito Municipal de Santarém, Joaquim de Lira Maia, Vice-prefeito, Alexandre V. Wanghon e Secretária Municipal de Educação e Desporto (SEMED), Maria José de Almeida Marques.

Este período caracterizou os dois últimos anos da segunda gestão do governo supracitado, sendo que a SEMED ainda era direcionada pelo Programa Escola Campeã que orientava a política educacional no município e tinha como objetivos: estabelecer, coordenar e articular suas políticas educacionais, garantir qualidade de ensino, melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos e aumento da equidade social. Ressalta-se que, para a efetivação desta política, havia uma aliança social estratégica entre o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Banco do Brasil e a Prefeitura de Santarém desde 2001. Este programa estava dividido em dois eixos: Gestão Municipal (Secretaria) e Gestão Escolar (Escolas). Sobre esse programa em Santarém, Colares relata que:

---

<sup>15</sup> Foi registrado na pesquisa o período de 2003 a 2004 referente aos 02 últimos anos da segunda gestão do Governo de Joaquim de Lira Maia já que na Tese de doutorado com o título de “Políticas Educacionais no município de Santarém” a autora Colares (2006) abordou ações, informações e programas e projetos sobre os anos de 1989 -2002.

O Programa Escola Campeã foi estruturado para ser executado em quatro anos, durante o mandato dos prefeitos que assumiram a parceria com o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Banco do Brasil. Por intermédio dele são desenvolvidas duas competências junto ao município: o fortalecimento da gestão municipal da educação e o fortalecimento da gestão escolar. (2006, p. 76).

A Secretaria teve como papel: organizar um novo padrão de gestão, a qualidade da educação, a mudança de cultura, a liderança, o acompanhamento e a avaliação. Já o gerente municipal deveria implementar as políticas educacionais do município (universalização do Ensino, qualidade do ensino, gerência do processo educacional, otimização da rede de ensino e valorização do profissional de Educação). Em relação aos gestores escolares era necessário implementar uma linha única de trabalho, por isso a ênfase nas formações continuadas com os gestores escolares para que pudessem compreender e executar a concepção gerencial do programa focado nos resultados.

[...] A experiência vivenciada pelo município de Santarém na sua Rede Municipal de Ensino, através da parceria com o Instituto Ayrton Senna, mostra que conhecer a realidade sobre o qual se atua, e trabalhar com indicadores que demonstram de forma ampla e global o desempenho do sistema e de cada escola é fundamental para se assegurar o sucesso do aluno. (SANTOS, 2006, p. 29)

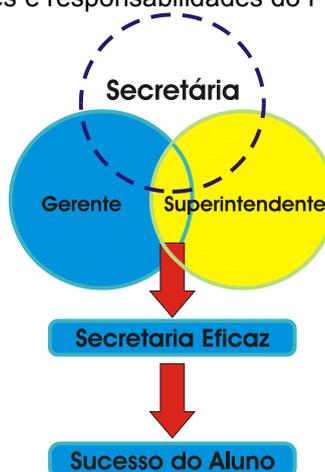
Paralelo a isso, houve a preocupação de envolver representantes da educação pública e privada do município no sentido de discutir e sistematizar os rumos da política educacional desde a educação básica até o ensino superior. Isso favoreceu em 2003 nos dias 29/10 e 11/11 a realização da primeira Conferência Municipal de educação, com a participação de 179 pessoas de 36 entidades, a qual teve os seguintes objetivos:

1. Promover a universalização do ensino da Educação Básica Infantil e Fundamental, mediante a implementação das políticas públicas estabelecida Pelo governo Federal, Estadual e a articulação entre os programas existentes;
  2. Desenvolver processo gerencial que viabilizem padrões de qualidade mínima para o funcionamento das unidades escolares e a eficiência no ensino e na aprendizagem;
  3. Estabelecer como prioridade à implementação com ou manutenção de infraestrutura adequada e transporte às unidades escolares de difícil acesso;
  4. Investir na preparação de RH de modo a atender a demanda existente e às necessidades indicadas pela comunidade;
  5. Articular as ações do Poder Público Municipal de modo a envolver todos os níveis e modalidade de ensino, que sejam de sua competência;
  6. Definir ações e operacionalização das mesmas para alcançar a melhoria da qualidade de ensino;
  7. Subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação.
- (SANTARÉM-PARÁ, 2004/2013, p. 64-65).

Para monitorar a execução dessa política de governo, originada do programa Escola Campeã, parceria público-privado (SEMED, Instituto Ayrton Senna e Fundação Banco do Brasil), existiam, na SEMED, dois agentes educacionais. O primeiro era denominado Gerente do Programa com as funções de: assessorar o Secretário na coordenação e articulação das ações educacionais municipais (Plano Municipal de educação - PME, Plano anual de trabalho - PAT e autonomia da secretaria), coordenar a elaboração, revisão, atualização e/ou adequação de normas e procedimentos (processo de escolha de diretor, nucleação das escolas etc.); assegurar a manutenção de dados de toda a rede e elaborar política de sistematização, coleta e consolidação dos dados das escolas da rede. O segundo era chamado de Superintendente Escolar, que deveria: assessorar o diretor na coordenação e articulação das ações educacionais com a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE, Plano Anual de trabalho - PAT, mapeamento das atividades, implantação das rotinas e regularização do fluxo escolar; implementar as normas e os procedimentos da política educacional do município nas escolas; assegurar a manutenção de dados fidedignos de cada escola, pontuando dados; e implementar a política de sistematização, coleta e consolidação dos dados da escola.

As atribuições e responsabilidades do Programa Escola Campeã foram distribuídas como demonstra a Figura 2.

**Figura 2** - Distribuição de atribuições e responsabilidades do Programa Escola Campeã



**Fonte:** Divisão de Ensino da SEMED (2017).

Dessa maneira, para potencializar os objetivos deste programa, gerenciar a educação e otimizar a organização do trabalho educacional na rede escolar foram

elaborados e normatizados os seguintes documentos: Regimento Escolar (2001), Programa de Ensino (2002), Coletânea de normas (2002), Plano de Carreira e Remuneração do Magistério (2004), Plano Municipal de educação (2004), a Lei de Gestão Democrática (Lei nº 17.866/2004 de 03 de dezembro de 2004), Lei do Sistema Municipal de Ensino ( Lei nº 17.865/2004), Política de Alfabetização e portarias que organizassem o processo de matrícula, lotação de funcionários públicos, número de escolas e de alunos por módulos (I - até 229 alunos, II - até 499 alunos, III - até 799 alunos e IV - mais de 800 alunos), Sistema de Nucleação para as escolas da zona rural ( Rios e Planalto).

Sobre esses documentos, não se tem a pretensão de detalhá-los já que não fazem parte da amplitude do objeto pesquisado<sup>16</sup>. Durante esta gestão, percebeu-se uma grande ênfase ao programa Escola Campeã que focava os resultados no rendimento escolar dos alunos das escolas municipais por meio da formação continuada de gestores municipais e gestores escolares.

#### **4.1.2 Gestão municipal 2005-2008**

As ações desse período tiveram como *slogan* “Santarém Cidade da Gente combinando desenvolvimento com justiça social”, tendo como Prefeita Maria do Carmo Martins, Vice-Prefeito Delano Riker e Secretária Municipal de Educação e Desporto, Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro.

Em 2005, a Prefeitura Municipal de Santarém desenvolveu o Programa escola da gente, que priorizou o ensino-aprendizagem pelo tripé aluno-professor-infraestrutura. Tendo como foco a educação ambiental, foi criada a Escola do Parque voltada ao atendimento de crianças da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental, e a Escola da Floresta para os anos finais do Ensino Fundamental com práticas ambientais voltadas para o manejo de horta, manutenção de apiário, dos ecossistemas de florestais e fluviais e atividades na casa de farinha.

---

<sup>16</sup> Enfatiza-se que os dados descritos neste item foram coletados por meio de uma palestra intitulada “Avaliação do Programa Escola Campeã no Município de Santarém-Pará” e de uma entrevista no início de outubro na Direção de Ensino, já que não ficou registro documental desta gestão/periodização na Secretaria. Retirou-se dados também de obra intitulada: Colóquios temáticos em educação (SANTOS, 2006).

Esta última escola foi uma parceria consolidada com o Conselho Nacional dos Seringueiros e a Prefeitura de Santarém<sup>17</sup>.

A política educacional desenvolvida neste governo se deu por meio do Programa Escola da Gente com os seguintes objetivos: resgatar a autoestima, despertar talentos, conhecer e valorizar a própria cultura, prevenir e combater doenças, preservar o meio ambiente, compartilhar responsabilidades, além de transformar a escola num elo do estudante com a família e com a sociedade. Para a efetivação desses objetivos:

Desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED), o programa é composto por cinco projetos: “Arte na Escola da Gente”, “Saúde na escola da gente”, “Esporte na escola da gente”, “Qualidade de vida na escola da gente” e “Educomunicação para a cidadania na escola da gente” (SANTARÉM, 2005, p. 05).

Com relação à zona rural, para a implementação desta política educacional aliada às políticas públicas de alimentação e transporte escolar, este governo enfrentou alguns desafios, tais como: a dimensão territorial do município, com diferentes situações geográficas, como é o caso da expansão destas políticas para atender as escolas de rios e de planalto (zona rural), e a expansão de outras ações, como é o caso das Caravanas de Arte e Educação do Projeto Arte na Escola da Gente<sup>18</sup>. Assim, destacam-se evidências sobre o transporte escolar na região de Planalto:

Já no primeiro ano de trabalho, a Prefeita Maria do Carmo garantiu a melhoria do transporte escolar, aumentando de 24 para 38 os trechos percorridos por coletivos para conduzir as crianças de suas casas até às escolas. A prefeitura também tem garantido, por meio de outras secretarias como a de infraestrutura (SEMINF) e de agricultura (SEMAB), em parceria com a educação, a abertura e a recuperação de ramais e estradas, facilitando o acesso e a chegada, por exemplo da alimentação escolar de qualidade aos estudantes (SANTARÉM, 2005, p. 26-27).

As principais ações desenvolvidas pela agenda política neste período, voltadas para melhorias educacionais, foram, conforme a Revista Educação na Cidade da Gente (2005):

---

<sup>17</sup> Disponível em <[www.teoriaedebate.org.br](http://www.teoriaedebate.org.br)> (10/05/2012), acesso em 14/10/2017.

<sup>18</sup> As Caravanas de Arte e Educação do Projeto Arte na escola da gente favorecem a descoberta de talentos artísticos nas escolas e comunidades rurais, permitindo a difusão, a criação artística, a valorização da cultura regional e o fortalecimento dos laços familiares e comunitários (PINHEIRO; RODRIGUES, 2012, p.436).

- Em 2005 a SEMED iniciou uma nova política para a Educação Infantil, principalmente sobre o atendimento desta clientela em espaços alugados com condições inadequadas (anexos), já que não havia um Sistema de educação Infantil organizado, e funcionava sobre a responsabilidade da SEMTRAS;
- Em 2005, 318 professores foram acompanhados em ações voltadas para a Educação Especial na Rede Municipal. Aconteceu também, dois cursos de educação inclusiva e mais três cursos básicos de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais);
- Na Educação de Jovens e Adultos foram atendidos 4.771 estudantes, realizando três encontros pedagógicos e cursos de formação para professores alfabetizadores com a temática de método, plano e desafios da matemática e avaliação.
- Formação inicial e continuada para professores da Rede Municipal por meio de um consórcio entre as Prefeituras do baixo-amazonas e a UFPA (Universidade Federal do Pará). Nas instituições privadas, a SEMED garantiu mais de 100 bolsas de estudo para a formação inicial. Em relação à formação continuada foram realizados cursos de capacitação para gestores, técnicos e professores das turmas do Projeto Arte na escola da gente, Se Liga e Acelera, além das reuniões pedagógicas e sessões de estudos com pedagogos e professores;
- Melhoria dos serviços de transporte e alimentação escolar. Houve o aumento de 24 para 38 trechos e o serviço do transporte passou a ser de uso exclusivo dos estudantes. Em 2005 foram incluídos na alimentação escolar cardápios variados e alimentos regionais.
- Primeira prestação de contas pública da SEMED na Câmara Municipal de Santarém em 2005;
- Distribuição de Fardamento escolar gratuito (vinte mil uniformes antes do Desfile da Semana da Pátria de 2005);
- Desfile de bandas e fanfarras na orla de Santarém com a descentralização destes para os bairros, incluindo instituições e projetos sociais;
- Em 2005, foram reconhecidas 43 escolas de 1ª a 8ª séries e 50 foram autorizadas, entre elas 23 para EJA pelo Conselho Estadual de Educação do Pará;
- A valorização dos educadores da Rede Municipal foi efetivada com a intensificação do diálogo com o sindicato e o atendimento das reivindicações da

categoria. Além disso, investiu-se na formação inicial e continuada do profissional da educação.

Nesta gestão, contatou-se o desenvolvimento de uma agenda política mais democrática e descentralizada por meio do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) tornando a gestão da escola protagonista de suas ações e, ainda, com projetos inovadores e prática da arte para desenvolver ações em regime de colaboração com o Governo Federal. Um dos projetos inovadores que utilizava as linguagens artísticas foi o Projeto Arte na Escola da Gente que objetivou tornar a escola um espaço aberto ao diálogo com a comunidade escolar na perspectiva da promoção da pessoa e da cultura da paz, atraindo seus alunos e assim alcançando resultados mais eficazes no Ensino Fundamental, incluindo os alunos da Educação de Jovens e Adultos. Sobre essa experiência educacional em Santarém:

A experiência educacional no município, desenvolvida nos últimos cinco anos, resgata valores da vida dos povos da Amazônia, abrindo espaço para a difusão das danças locais, da culinária, da arte, das brincadeiras, das histórias, da linguagem, do jeito de viver da gente desse lugar. Todas essas manifestações são consideradas conhecimentos importantes na formação cidadã dos alunos e na prática pedagógica dos educadores. (PINHEIRO; RODRIGUES, 2012, p.435).

Outro programa que melhorou os indicadores educacionais foi a política indutora do Programa Mais Educação implantada no ano de 2009 em Santarém com o atendimento de 19 escolas, e ampliação para 35 escolas em 2010, consolidando assim uma educação de tempo integral, isto é, de 7 a 8 horas de atividades diárias.

Um dado representativo dessa constatação é o índice de aprovação na rede municipal de Santarém que no período de 2005 a 2009 subiu 5,1%. E somente no último ano, quando foi implantado o Programa Mais Educação, esse crescimento foi 1,5%, sendo uma das elevações mais significativas. (PINHEIRO; RODRIGUES, 2012, p. 438).

Dessa forma, contatou-se a implementação de uma política educacional mais localizada, contextualizada com o fortalecimento do poder local, não se caracterizando como uma política compensatória das carências dos problemas de aprendizagem, e segregadora no sentido de incluir nos programas e projetos somente crianças e adolescentes com déficit de aprendizagem. Ao mesmo tempo, como já foi exposto, a política educacional se caracterizou como democrática e descentralizada para as escolas com ações pontuais de formação integral dos

alunos, valorizando os saberes dos povos da cidade, dos rios e da floresta na Região Oeste do Pará (PINHEIRO; RODRIGUES, 2013).

#### **4.1.3 Gestão Municipal 2009 - 2012**

As ações da agenda política desta gestão continuaram em desenvolvimento com a Prefeita reeleita, Maria do Carmo Martins, Vice-Prefeito Delano Riker e como Secretária Municipal de Educação e Desporto, Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro.

Nesta gestão não houve muitas mudanças na implementação das políticas educacionais, apenas a continuidade e consolidação de programas, projetos e ações desenvolvidos no primeiro governo.

Em 2009 aconteceu a II Conferência Municipal de Educação que avaliou as políticas educacionais que vinham se consolidando no Sistema Municipal, e teve como tema: “Construindo com a participação popular uma educação cidadã”. Esta conferência teve os seguintes objetivos: 1 - avaliar os objetivos e metas do Plano Municipal de Educação (Lei nº 17.867/2004); 2 - estimular a participação da sociedade civil organizada, instituições governamentais e não-governamentais no cumprimento das metas da educação para o município; 3 - refletir mecanismos de uma política educacional com acesso a todos os cidadãos e cidadãs do município de Santarém com vistas a uma gestão democrática com inclusão social; 4 - interagir entre a sociedade civil e os profissionais de educação em todos os níveis, com debates e propostas de ações; 5 - propor políticas de qualificação, capacitação e valorização dos profissionais da educação; 6 - discutir temas educacionais de repercussão nacional nos quais o Município tenha sua parcela de contribuição; e 7 - promover a discussão que permita a valorização da diversidade étnicorracial, de gênero, credo, orientação sexual, geração, classe e pessoas com necessidades educativas especiais (SANTARÉM, 2009, p. 5).

As principais ações, programas e coordenações implantadas neste período, de acordo com Ferreira (2016), para a organização da educação foram:

- Criação da Coordenação do Programa Mais Educação no ano de 2009;
- Adesão ao Programa Pro-Jovem Urbano em 2009;
- Criação Escola do Parque no ano de 2010;

- Criação da Coordenação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), em 2010;
- Criação da Plataforma Freire no ano de 2010;
- Coordenação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), em 2012;

Sobre o Programa Mais Educação, este foi instituído pela portaria interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Na rede Municipal de ensino, a experiência de Escola de tempo integral está sendo desenvolvida por este programa que foi implantado em 2009 inicialmente nas escolas da zona urbana de Santarém. Desde este período até 2014 atendeu um total de 19.596 alunos, sendo que em 2012 foi implantado em 120 escolas da zona rural.

**Tabela 14** - Quantidade de Alunos da educação integral da Rede Municipal de Santarém- 2012- 2015

ANO	ALUNOS ATENDIDOS	ESCOLAS ATENDIDAS
2012	16.783	164
2013	19.596	214
2014	19.596	214
2015	18.899	209

**Fonte:** Relatórios/Final de 2013, 2014, 2015 e 2016 da SEMED. Elaborado pela autora em 2017.

Não foram registradas informações sobre o ano de 2016, segundo a coordenação do Programa Mais educação, devido à falta de repasse de verbas para a continuidade das ações deste programa na rede municipal.

A experiência de Educação Integral no município de Santarém está se consolidando pela política indutora do Programa Mais educação. Porém, existem somente duas escolas que funcionam em regime de tempo integral, sendo uma na zona urbana e a outra na rural.

Em 2012 foi concretizado com a equipe técnica e pedagógica da SEMED e o assessoramento do Conselho Municipal de Educação, uma ação de reformulação do Programa de Ensino para orientar o trabalho pedagógico nas escolas da rede municipal de ensino iniciado em 2009, mais especificamente para os anos iniciais do ensino fundamental, com adequações de conteúdos programáticos e

habilidades por eixos temáticos de acordo com a exigências legais do Ensino Fundamental de 09 anos e em consonância com o Plano Nacional de Educação.

#### 4.1.4 Gestão municipal 2013- 2016

Com base na pesquisa documental, os dados da Tabela 16 demonstram o atendimento da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e a distribuição do quantitativo de alunos e, respectivamente, o número de escolas no governo do prefeito Alexandre Wanghon, da Vice-prefeita Maria José Maia e da Secretária de Educação, Maria Irene Escher Boger.

**Tabela 15** - Demonstrativo de alunos matriculados e escolas da Rede Municipal de Ensino de Santarém 2013-2016

ANOS	NÚMERO DE ALUNOS	NÚMERO DE ESCOLAS
2013	58.401	399
2014	59.954	409
2015	59.856	409
2016	59.975	410

**Fonte:** Relatórios da SEMED dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.

A política de governo desenvolvida para a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Modalidades de Ensino) pela gestão do Prefeito Alexandre por meio da Secretaria Municipal de Educação, assim como no governo anterior, estava pautada nas inserções de dados no Plano de Ações Articuladas-PAR assim como nas diretrizes do Programa da Rede Vencer, o qual posteriormente foi designado em 2014 como Gestão Nota 10 conjugando dois programas: o Programa Circuito Campeão e o Programa Correção de Fluxo que busca superar a distorção idade/série com turmas de “Acelera e Se Liga” nas escolas da cidade e do campo no Município de Santarém. Acrescenta-se que este programa foi desenvolvido desde o governo do gestor Joaquim de Lira Maia em parceria com o sistema público (SEMED) e privado (Instituto Ayrton Senna) que era denominado Programa Escola Campeã, buscando, naquele momento, soluções dos problemas da educação pela gestão do sistema escolar.

Sobre o Programa Gestão Nota 10, uma política de cunho gerencial pautada na modalidade de privatização e terceirização dos serviços pedagógicos, cabe aqui a análise de Adrião:

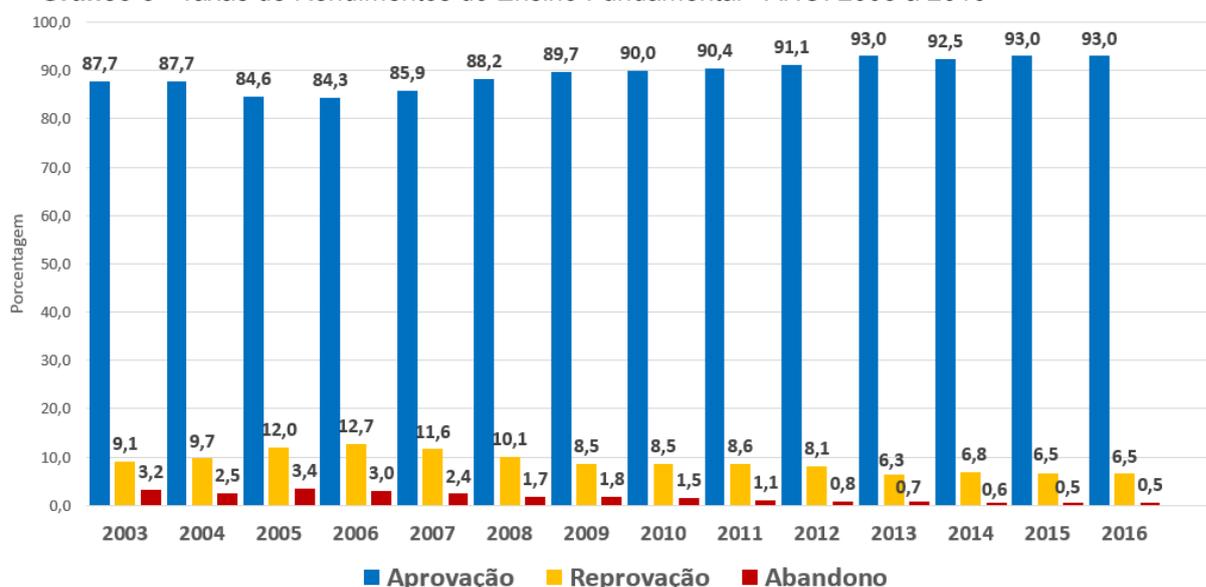
Correspondendo à regulação pelo mercado, a presença de entidades sem fins lucrativos como solução para a gestão educacional tende a se apresentar como alternativas para as regiões mais pobres do Brasil: Norte e Nordeste. Exemplo evidente é a adoção do programa Gestão nota 10, proposto pelo Instituto Ayrton Senna (Organização não governamental sem fins lucrativos fundada em novembro de 1994): em 2007, dois anos após a elaboração do Programa, a proposta era adotada por 35 municípios em 23 estados brasileiros. Em 2010, o mesmo programa fora adotado como política educacional pelos estados de Pernambuco, Piauí e Roraima e sua adoção era visivelmente mais evidente em municípios nordestinos, estando presente em 18 dos 26 estados brasileiros. (2013, p.70-71)

O Programa Gestão Nota 10 foi implementado como uma política educacional que busca a qualidade do ensino na rede municipal com os seguintes indicadores de sucesso: cumprimento dos 200 dias letivos e 800 horas de trabalho pedagógico, índice de frequência de professores de 1º ao 9º ano, índice de frequência de alunos de 1º ao 9º ano, índice de reprovação por falta (evasão) do 1º ao 9º ano, índice de aprovação dos alunos de 1º ao 9º ano, índice de alunos com distorção idade/série de 1º ao 5º ano e índice de alunos alfabetizados ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. (SANTARÉM, 2016).

Os dados inferidos deste relatório, sobre os indicadores de sucesso/metabolismo do Programa Gestão Nota 10, nos remete a constatar o desenvolvimento pelo Sistema Municipal de Ensino local de política educacional público-privada que atendam as demandas sociais da educação básica. Diante desta conjuntura:

[...] No Brasil, se tem materializado a privatização da educação básica, cuja a principal estratégia tem sido a transferência para as esferas privadas da própria função, antes pública, de elaboração da política educacional a ser implantada por diferentes níveis de governo. Em outras palavras é o setor privado e cada vez mais o setor privado lucrativo que passa a regular, gerir e qualificar a gestão pública da educação a partir de padrões estabelecidos fora do Estado (ADRIÃO, 2014, p. 77-78).

No gráfico a seguir, é possível observar que embora haja um crescimento dos índices de aprovação a partir do ano de 2006, manteve-se um resultado satisfatório. Sobre a reprovação, a partir de 2006 há redução no seu índice, mas ainda é um percentual a ser melhorado. Registrou-se uma baixa do índice de abandono a partir de 2005, chegando em 2016 a 0,5%.

**Gráfico 3 - Taxas de Rendimentos do Ensino Fundamental - ANO: 2003 a 2016**

Fonte: Coordenação de Estatística da SEMED, 2017

Constatou-se, também, a evolução da aprovação no período exposto no gráfico 3, correlacionando com o aumento do IDEB, como mostra a tabela 16, mensurando-se uma educação positiva para o município.

As informações apresentadas no relatório da SEMED/2015 publicado em 2016 mostram que a rede municipal de ensino em Santarém matriculou 59.856 alunos distribuídos em 409 escolas. Deste total, 10.552 foram na Educação Infantil (creche e pré-escola), 3.127 na Educação de Jovens e adultos - EJA, 280 no PROJOVEM, 45.897 no Ensino Fundamental, 1.025 na Educação especial/inclusiva, 2.320 alunos indígenas e 823 alunos quilombolas (SANTARÉM, 2016). Observou-se que os dados apresentados desde a educação Infantil, ensino fundamental, EJA e Educação Especial retirado do CONVIVA (tabela 4), na seção 3, não convergem com os apresentados no relatório da SEMED de 2015.

**Tabela 16- IDEB- Resultados**<sup>19</sup>

ANOS	IDEB- 4ª Série/5º ano	IDEB- 8ª Série/9º ano
2005	3,5	3,7
2007	3,9	3,9
2009	4,2	3,9
2011	4,6	4,0
2013	4,9	4,0
2015	5,2	4,5

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios da SEMED dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.

<sup>19</sup> A Prova Brasil que mensura o IDEB acontece somente de 02 em 02 anos, por isso não aparecem na tabela 16 os dados referentes aos seguintes anos: 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014.

Os dados apresentados na tabela 16 demonstram que houve um aumento significativo dos índices de proficiência na 4ª série/ 5º ano, e que a política pública do Ensino Fundamental estava baseada na meritocracia (quantidade), o que pode ser reflexo dos processos da política de avaliação que primam pela visão mercadológica do ensino e por avaliação de resultados com o discurso dos organismos internacionais que são mecanismos de aprimoramento das políticas educacionais brasileiras. Nessa perspectiva:

[...], o Ideb alçou a Prova Brasil ao *status* de avaliação majoritária na aferição e monitoramento do desempenho escolar de estudantes da Educação Básica. A atribuição de metas por escola, projetadas a partir das aferições bianuais da prova Brasil, evidencia o esforço empreendido pelo país na implantação de políticas educacionais com finalidade de accountability permitindo conformar o primeiro estágio de Estado-avaliador. Com as mudanças operadas no sistema de avaliação a partir de 2005, o papel do Estado passou ser o de regulação e controle, associado, contraditoriamente, ao discurso da descentralização, democratização da gestão pública e autonomia das escolas e dos sistemas educativos (SCHNEIDER; ROSTIROLA, 2015, p. 502).

Esses resultados são reflexos de algumas ações que se destacaram na periodização ora pesquisada, tais como: Programas e Projetos desenvolvidos pela SEMED ou em parcerias com outras instituições, elaborados em consonância com as diretrizes e metas nacionais, monitorados e analisados a partir dos indicadores de eficiência (aprovação, reprovação e evasão escolar) e da proficiência dos alunos, os quais serão destacados na subseção sobre programas e projetos. Esses indicadores são devidamente aferidos por avaliações internas, realizadas pela SEMED, e externas promovidas pelo SAEB (Prova Brasil, Provinha Brasil), e pela Fundação Carlos Chagas, no sentido de garantir o direito à educação de qualidade a todos os alunos matriculados na rede municipal de ensino.

Ressalta-se que a Proposta Pedagógica para a Educação Infantil do Município de Santarém foi elaborada na segunda gestão da Prefeita Maria do Carmo (2009 - 2012) pela Divisão de Educação Infantil assessorada por professoras da UFPA. Esta proposta passou por uma revisão técnica com atualizações em conformidade com as legislações federais no mandato do Prefeito Alexandre sob o acompanhamento da secretária municipal de educação na época. Em setembro de 2013 foi aprovada pelo Conselho Municipal de Educação de Santarém.

Em consonância com isso, o Projeto Político Pedagógico e Proposta Curricular da Educação de Jovens e Adultos do Município de Santarém para as

escolas da Rede Municipal de Ensino foi aprovado em 2010 por este colegiado, sofrendo também reformulações em 2014 com a nova equipe da Coordenação de Educação de Jovens Adultos e Idosos. Acrescenta-se que, na elaboração da proposta da EJA, ocorreu a participação de educadores da rede municipal de ensino, gestores, técnicos pedagógicos, educadores do ensino superior e do Conselho Municipal de Educação.

A Lei nº 19.829/2015, de 14 de julho de 2015 aprovou o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2025, o qual está sendo monitorado e avaliado pelo Fórum Municipal de Educação de Santarém (FME), Conselho Municipal de Educação (CME) juntamente com membros da Secretaria de Educação e da Câmara Municipal por meio da Portaria nº 157- SEMGOF de 12 de junho de 2017, que instituiu a Comissão Coordenadora deste Plano Municipal.

Outra política educacional que regulamentou o funcionamento do Sistema de Nucleação da Rede Municipal de Ensino de Santarém para as escolas da Região do Campo (Rios e Planalto) foi a Resolução nº 190 de 22 de dezembro de 2016 do CME/STM. Em relação a este aspecto, os Art. 1º e Art. 2º declaram que:

Art.1º O Sistema de Nucleação ou escolas anexas consiste na reorganização de um conjunto de escolas ou salas de aula isoladas localizadas no campo ou regiões de Rios e Planalto no Município de Santarém, que funcionam sob a coordenação de uma escola credenciada para a oferta de um ou mais níveis e modalidades da Educação Básica.

Art.2º O Sistema de Nucleação tem como objetivo:

I-Universalizar a Educação Infantil (Pré-escola I e II) e o Ensino Fundamental e Modalidades no campo.

II-Garantir a matrícula dos alunos na sua localidade e na própria Região.

Considerando a tabela 5, da seção 3, percebeu-se que algumas escolas foram desmembradas, e que não estavam de acordo com as orientações e diretrizes concernentes ao número de alunos adequados para este procedimento de salas de aula anexas, conforme a Resolução nº 190 de 2016 do CME/STM.

#### 4.2 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTARÉM

Esta subseção aborda aspectos relacionados à dependência física, às gestões com os respectivos secretários de educação, ao atendimento na rede de ensino e os atores da política educacional que fundamentam a reconstrução histórica da Secretaria. Os dados descritos tiveram base nas informações fornecidas

e identificadas em fontes documentais obtidas junto à Semed e em órgãos de mecanismos de controle social, como é o caso do Conselho Municipal de Educação de Santarém.

#### 4.2.1 Dependência física

A Lei 11.453 em 18 de novembro de 1985, registrada no Ministério da Fazenda sob o CNPJ de nº 05.182.233/0010-67, proporcionou o amparo legal para o devido funcionamento da Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

A Secretaria Municipal de Educação e Desporto na periodização de 2003 a 2016, para atender aos diversos aspectos do processo educativo, pedagógico e administrativo, funcionava em prédios cedidos ou alugados pela Prefeitura de Santarém. Assim, explicita-se os endereços com os respectivos períodos de funcionamento dessa Secretaria no quadro a seguir.

**Quadro 9** - Dependência Física da SEMED

GESTÃO	SEMED – ENDEREÇO
2003- 2004	Trav. Senador Lemos, Nº 60- CEP: 68.005-340, Fone: (93) 3523-2692
2005-2012	Avenida Borges Leal, 1449 – CEP 68.005-130 – Fone: 3522 2594 e na Avenida Rui Barbosa, 1491.
2013-2016	Avenida Dr. Anysio Chaves, Nº 712, Bairro: Aeroporto Velho, CEP 68.030-220

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

#### 4.2.2 Gestões da SEMED

Para registrar a reconstituição histórica da SEMED e dos chefes do Poder Executivo Municipal, que implementaram determinada agenda de programas, projetos e ações na periodização do objeto estudado, foi necessária a utilização de análise documental em fontes primárias e secundárias, tais como: legislação educacional nacional e municipal, lei orgânica municipal, portarias e relatórios.

Diante disso, sistematizou-se no quadro 10 as gestões da Semed, informando os prefeitos e seus partidos políticos e os secretários de educação de acordo com o período investigado. Ressalta-se que todas as gestões informadas aconteceram por meio de sufrágio com voto secreto, conforme estabelece o Art. 14 cumulado com o 29 da Constituição Federal de 1988.

**Quadro 10** - Governos Municipais no Período de 2003 a 2016

<b>Período</b>	<b>Partido Político</b>	<b>Prefeitos</b>	<b>Secretários Municipais de Educação de Santarém</b>
<b>2003-2004</b>	Partido Democratas	Joaquim de Lira Maia	Maria José de Almeida Marques
<b>2005-2008</b>	Partido dos Trabalhadores	Maria do Carmo Martins Lima	Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro
<b>2009-2012</b>	Partido dos Trabalhadores	Maria do Carmo Martins Lima	Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro
<b>2013-2016</b>	Partido da Social Democracia Brasileira	Alexandre Raimundo de Vasconcelos Wanghon	Maria Irene Escher Boger

**Fonte:** Relatórios da SEMED, 2003, 2004, 2006 a 2016. Quadro elaborado pela autora, 2017.

Colares destaca que na Gestão Lira Maia (1997-2002) alguns fatos foram importantes:

Alguns órgãos da imprensa santarena difundiram amplamente que houve desvio de dinheiro do FUNDEF, especialmente em duas áreas: na alimentação e na construção de escolas. Inegavelmente, houve melhoria na estrutura física dos estabelecimentos de ensino da rede municipal [...] (2006, p.66).

A título de informação, este prefeito foi condenado a 7 anos e 6 meses por apropriação e desvio de recursos entre os anos 1997 a 2004, mas a pena foi prescrita (Ação civil de improbidade administrativa nº 0001982-84.2005.8.14.0051). Em relação aos demais prefeitos destacados, não foi comprovado nenhum ilícito.

Considerando os dados do quadro 11, ficou evidente que todas as secretárias municipais de educação de Santarém já tinham uma formação de nível superior e com pós-graduação (latu sensu e stricto sensu), com uma expansiva experiência profissional que deu base para uma sólida atuação na educação municipal santarena.

**Quadro 11** – Nível de formação dos Secretários Municipais de Educação de Santarém-PA, período de 2003-2016

<b>Secretários Municipais de Educação de Santarém</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Experiência profissional</b>
Maria José de Almeida Marques (falecida)	Santarém-Pará	Pedagoga e pós-graduação de gestão escolar	Especialista de Escolas Estaduais, Professora, Dirigente Municipal de Educação.
Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro	Santarém-Pará.	Mestra em Educação	Experiência como Dirigente Municipal e educadora. Foi Coordenadora do curso de Pedagogia do PARFOR. Participou como membro da UNDIME, Comissão Nacional de Educação do Campo, Membro do grupo de trabalho do transporte escolar do FNDE e do grupo de trabalho de educação integral do MEC.
Maria Irene Escher Boger	Alecrim- Rio Grande do Sul	Doutora em Psicologia	Experiência na área de Educação, com ênfase em Gerenciamento e Docência, atuando principalmente nos seguintes temas: administração, liderança, relações interpessoais, cidadania, políticas públicas, desenvolvimento, universalidade e currículo.

**Fonte:** Plataforma Lattes, acessado em novembro de 2017.

Após traçar um perfil dos prefeitos e das secretárias de educação, os tópicos a seguir abordam as questões pertinentes ao funcionamento da rede de ensino e os atores que regulamentaram a política municipal em Santarém.

#### **4.2.3 Rede de ensino atendida pela SEMED**

Em 2016, a Rede Municipal atendeu, no município, 406 escolas em funcionamento, das quais 85 estão localizadas na cidade e 321 no campo (zona rural). Constatou-se, também, que do total de 85 escolas de Ensino Fundamental da zona urbana, 20 são Unidade Municipal de Educação Infantil - UMEI.

No sentido de organizar e otimizar o atendimento administrativo e pedagógico da rede escolar de ensino, as escolas da zona rural foram divididas e subdivididas por meio de um Sistema de nucleação agregadas em Polos nas seguintes regiões: Regiões de Rios e Planalto. Destas, 91 escolas estão localizadas na Região de Planalto e 239 na Região de Rios.

A Secretaria Municipal de Educação, para diagnosticar e avaliar a gestão municipal e escolar, elaborou os indicadores de gestão e eficiência com o objetivo

de sinalizar os pontos fortes e fracos, para identificá-los e, imediatamente, intervir buscando a qualidade da educação municipal.

**Quadro 12** - Os indicadores de gestão e eficiência

INDICADORES DE GESTÃO	INDICADORES DE EFICIÊNCIA
-Definição de escola	-Cumprimento dos 200 dias letivos
-Autonomia administrativa	-Frequência dos professores
-Autonomia financeira	-Dias letivos minist. pelo professor
-Autonomia pedagógica	-Frequência dos alunos
-Otimização da rede	-Taxa de abandono escolar
-Nucleação da rede rural	-Taxa de transferências expedidas
-Implementação de colegiados	-Taxa da média de aprovação – 1ª a 4ª
-Matrícula e pré-matrícula	-Taxa da média de aprovação – 5ª a 8ª
-Calendário escolar	-Idade dos alunos de 1ª série
-Diagnóstico de novos alunos	-Idade dos alunos da 4ª série
-Política de alfabetização	-Idade dos alunos da 8ª série
-Escolha dos diretores	-% de atend. alunos analfabetos defasados
-Prov. do cargo de prof. efetivo	-% de atend. alunos alfab. defasados
-Contratação de prof. temporários	-N.º de professores por turma
-Regimento escolar	-Salário inicial dos professores de 1ª a 4ª- FUNDEF
-Plano Mul. de Educ. do município	-Salário inicial dos professores de 5ª a 8ª-FUNDEF
-Plano de carreira do Magistério	-% dos recursos aplicados prof. fundamental
-Programa de ensino	-% de recursos aplicados téc. fundamental
-Plano de desenvolvimento na escola	-% de rec. aplicados c/ adm. fundamental
-Articulação municipal	-% de recursos para custeio
-Acomp. financeiro da SEMED	-% de recursos para transporte escolar
	-Sistema de informação da Secretaria

**Fonte:** Santos (2006, p.19).

Para organizar e otimizar o atendimento na rede escolar de ensino municipal foi criado o Sistema de Nucleação de escolas da zona rural, o que foi instituído pelo Conselho Estadual de Educação na Resolução nº 626 de 02 de outubro de 1996 que determinava os procedimentos para as escolas da zona rural criadas pelo poder público municipal e que funcionavam com o ensino de 1º grau - 1ª a 4ª séries. Atualmente, esse processo de nucleação (Escola Polo e salas anexas) é regulamentado pela Resolução de nº 190 de 22 de dezembro de 2016 do CME/STM citada anteriormente. Sobre esse procedimento de nucleação de escolas, verifica-se a tabela a seguir:

**Tabela 17** - Nucleação das escolas da Zona Rural (2004 e 2016)

<b>Ano</b>	<b>Regiões</b>	<b>Polos</b>	<b>Alunos atendidos</b>
2004	Planalto	20	13.012
	Rios	33	16.583
2016	Planalto	39	9.825
	Rios	89	15.392

**Fonte:** NPD/ Coordenação de Estatística da SEMED, 28/12/2016, elaborado pela autora, 2017.

Atualmente, percebe-se que o desdobramento de polos de forma acelerada na zona rural, principalmente nas comunidades indígenas e quilombolas, tem ocasionado possíveis impactos na folha de pagamento do FUNDEB, já que isso reflete também no processo de lotação de funcionários e de profissionais da educação (Atas das reuniões de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de educação de Santarém, de agosto a outubro de 2017).

#### **4.2.4 Atores envolvidos na Política educacional de Santarém**

A estrutura e o sistema municipal de Ensino em Santarém estão organizados pelo conjunto de instituições de educação infantil e ensino fundamental públicas e privadas e os órgãos educacionais, administrativos, normativos e de apoio técnico que visam o desenvolvimento do processo educativo. Sobre os órgãos municipais de educação, a Lei nº 17.865/2004 de 03 de novembro de 2004 disciplina no Art. 8º que:

Art.8º- Os órgãos municipais de educação são os seguintes:

I-Órgãos de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador:

- a) Conselho Municipal de educação;
- b) Conselho Municipal de acompanhamento e controle social do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e valorização do Magistério-FUNDEF;
- c) Conselho Municipal de acompanhamento e controle social do Bolsa-escola;
- d) Conselho Municipal de Alimentação Escolar-CAE;
- e) Conselhos escolares.

II-Órgãos de caráter normativo: Conselho Municipal de educação [...].

Com base nessa legislação, infere-se que esses órgãos municipais foram normatizados em 2004, entretanto, só desenvolveram plenamente suas atribuições a partir de 2005, e sua organização e funcionamento foi desmembrada da estrutura organizacional da SEMED, por meio da criação da Casa dos Conselhos da

Educação, em prédios/casas alugadas mantidas pela Prefeitura Municipal de Santarém.

### a) Conselho do FUNDEB

A Lei nº 19.080 de 31 de outubro de 2012 altera o Art. 2º da Lei Municipal nº 18.052/2007 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de acompanhamento e controle social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica - Conselho do FUNDEB e dá outras providências. Diante disso, o Art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O Conselho a que se refere o art.1º, é constituído por 11(onze) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados:  
I- Dois representantes da Secretaria Municipal de Educação, indicados pelo Poder Executivo Municipal.

**Tabela 18** - Demonstrativo das Receitas do FUNDEB - Santarém

<b>ANO</b>	<b>TOTAL</b>
2008	R\$ 73.128.553,96
2009	R\$ 78.264.906,35
2010	R\$ 90.504.221,68
2011	R\$ 126.307.946,53
2012	R\$ 144.466.849,10
2013	R\$ 141.622.457,75
2014	R\$ 153.024.139,96
2015	R\$ 179.395.754,25
2016	R\$ 189.477.652,69

**Fonte:** Elaborado pela autora, outubro de 2017, a partir do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE e Conselho do FUNDEB de Santarém, 2017.

O município de Santarém - Para não transmitir por meio do SIOPE os dados de receitas e investimentos em educação, referente aos anos de 2005 a 2007. Sendo que o sistema fornece informações a partir do ano de 2005.

Destaca-se que em 2013 a receita recebida do FUNDEB foi R\$ 141.622.457,75 em Santarém. Porém, foi repassado para Mojuí dos Campos o valor de R\$ 11.489.118,44, já que esta vila foi emancipada à categoria de município em 2013,

e não tinha conselhos de controle social organizado e instituído em lei para o repasse de verbas.

### **b) Conselho de Alimentação Escolar - CAE**

O Conselho de Alimentação Escolar teve a previsão com a Lei nº 15.814/1996, porém só começou a ter uma atuação mais eficiente em 2005. Recentemente, foi alterado o Art. 2º no que diz respeito à composição dos conselheiros pela Lei nº 20.143/ e 30 de dezembro de 2016.

O CAE foi criado em 2005, junto ao governo da ex-prefeita Maria do Carmo. Antes o governo federal enviava recurso para a merenda e os próprios governantes fiscalizavam e escolhiam os fiscalizadores. Houve um decreto lei para que fosse criado o Conselho de Alimentação Escolar, e que não fosse vinculado ao governo e nem com a Secretaria de Educação, porque é uma fiscalização do executivo. A fiscalização para aquisição da merenda não é só de competência do CAE, mas de todos os segmentos da sociedade que compõem a educação. Francisco menciona que os representantes dos professores, diretores, de alunos, pais, merendeira, conselho indígena, federação dos quilombolas, Anvisa e conselho de saúde fazem parte desses segmentos (TAVARES; MOTA, 2013, p. 33).

A partir da Conferência Nacional de Alimentação Escolar em 2010, o município inseriu produtos da agricultura familiar tanto nas escolas do campo quanto nas escolas da cidade, o que eliminou 70% de produtos enlatados.

A aquisição dos produtos da agricultura familiar alavancou a qualidade da alimentação escolar. Francisco fala que a partir desse momento o aluno começou a comer melancia, jerimum, melão, banana, verduras, tudo produzido pela agricultura familiar. [...]. A burocracia foi um dos problemas para a aquisição. O governo solicita que os produtos sejam adquiridos somente na cidade, e que os agricultores sejam associados em cooperativas. “Quando falávamos em cooperativa para o agricultor ele pulava. Mas mesmo assim começamos com duas cooperativas. No primeiro ano, em 2010, atingimos 17% da oferta, não conseguimos 30% porque o que tinha para se comprar era o que eles tinham para vender e, não podíamos comprar de outras regiões. Em 2011, caiu pra 11%, em 2012 foi somente 7%, mas continuamos trabalhando e conseguimos. Agora o município já conta com 5 cooperativas. Eu creio que nós vamos atingir 20%”.

[...]

Ao falar da aceitabilidade da merenda pelos alunos, o que o presidente fala que hoje 80% dos estudantes gostam da alimentação escolar. “Temos relatório da aceitabilidade dos alunos em relação aos produtos da agricultura familiar, e cada ano os produtos da agricultura familiar são mais aceitos pelas crianças” (TAVARES; MOTA, 2013, p. 35).

Em relação ao Programa Nacional de Alimentação escolar, a tabela abaixo demonstra o percentual de recursos repassados pelo FNDE para as contas municipais.

**Tabela 19** - Quantidade de Recursos - PNAE

<b>ANO</b>	<b>TOTAL</b>
2013	9.883.222,41
2014	8.396.413,44
2015	8.499.504,99
2016	8.356.099,75

**Fonte:** Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Santarém, 2017. (Elaborado pela autora, agosto de 2017).

### **c) Conselho Municipal de Educação de Santarém- CME/STM**

A Lei nº 15.957/97 de 24 de junho de 1997 instituiu o Conselho Municipal de Educação de Santarém. Porém, somente com alteração desta, pela Lei municipal de nº 17.998/2006 em seu Art. 1º, que se determinou as funções do Conselho Municipal de Educação-CME, como órgão *normativo, consultivo, deliberativo, mobilizador, fiscalizador e propositivo* sobre as matérias de sua competência voltadas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. Sobre os atos normativos pode-se verificar o quadro a seguir que explicita as resoluções que orientam a educação básica:

**Quadro 13** - Resoluções que orientam a Educação Básica para o Sistema Municipal de Ensino de Santarém<sup>20</sup>

Ano	Resoluções	Ementa
2008	Resolução N° 001 de 13 de novembro de 2008	Estabelece normas e dá orientações para a ampliação do Ensino Fundamental de 09 anos de duração, no Sistema Municipal de Ensino de Santarém.
2009	Resolução N° 001 de 05 de março de 2009	Fixa normas para o exercício das atividades educacionais nos Estabelecimentos de Ensino do Município de Santarém e dá outras providências.
	Resolução N° 002 de 18 de março de 2009	Estabelece normas para autorização e reconhecimento do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos nas instituições Públicas educacionais que integram o Sistema Municipal de Ensino de Santarém.
	Resolução N° 006 de 27 de maio de 2009	Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental, na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, no Sistema Municipal de Ensino de Santarém.
	Resolução nº 007 de 27 de novembro de 2009	Fixa Diretrizes para o funcionamento das Escolas Quilombolas e dá outras providências.
2010	Resolução nº 005 de 30 de março de 2010	Aprovação da alteração do Regimento Escolar Unificado da Rede Municipal de Ensino.
	Resolução nº 006 de 30 de março de 2010	Aprovação da Matriz Curricular Unificada para o ensino Fundamental –1° ao 9° ano, adotada pela Rede de Ensino na Zona Urbana e Rural.
	Resolução nº 007 de 30 de março de 2010	Aprovação da Matriz Curricular Unificada para 1ª a 4ª Etapa da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino na Zona Urbana e Rural.
	Resolução nº 009 de 24 de agosto de 2010	Dispõe sobre a regularização de Vida Escolar no Sistema de Ensino Municipal.
	Resolução nº 10 de 17 de dezembro de 2010	Fixa normas para a regulamentação da Educação Infantil no Sistema de Ensino do Município de Santarém.
2011	Resolução nº 006 de 03 DE agosto de 2011.	Fixa Diretrizes para o funcionamento das Escolas Indígenas e dá outras providências.
2015	Resolução nº 190 de 22 de dezembro de 2015	Regulamenta o funcionamento do Sistema de Nucleação da Rede Municipal de Ensino de Santarém – Região do Campo.

**Fonte:** Encadernados do CME/STM dos anos 2008 a 2015. Elaborado pela autora (2017).

Atualmente, o Conselho tem como finalidade mediar discussões entre a sociedade civil, o Poder público municipal para a formulação de políticas educacionais que possam favorecer a qualidade dos serviços educacionais. Diante disso, uma das atribuições deste órgão colegiado se refere ao processo de autorização do funcionamento das escolas de educação infantil, do Ensino

<sup>20</sup> Em relação ao quadro 13, apresentou-se dados somente dos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2015 por não ter acesso às fontes documentais em conformidade com a periodização da pesquisa. Neste período o Conselho Municipal de Educação de Santarém elaborou atos normativos que organizaram o funcionamento da educação pública na rede pública municipal.

Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos. Sobre essa temática, verificam-se os quantitativos de resoluções e pareceres na tabela 20:

**Tabela 20** - Demonstrativo de Resoluções e Pareceres do CME/STM

<b>ANO</b>	<b>Resoluções (atos de autorização, validação de estudos e regularização de vida escolar)</b>	<b>Pareceres de P.P.P.</b>
2013	92	50
2014	113	14
2015	184	67
2016	118	44

**Fonte:** Conselho Municipal de educação de Santarém, encadernados 2013 a 2016. (Elaborado pela autora, outubro de 2017).

Além da atribuição supracitada, o CME/STM possui outras como: ser referência normativa aos conselhos escolares e decidir sobre os pleitos deles originados; fiscalizar e supervisionar o cumprimento dos dispositivos legais em matéria de educação, em particular das aplicações financeiras orçamentárias previstas em lei; estabelecer normas para a instalação e funcionamento de entidades educacionais públicas e privadas (Educação Infantil e Ensino Fundamental) sob a jurisdição do município de Santarém; propor e monitorar as diretrizes e prioridades norteadoras do Plano Municipal de Educação, bem como sua expressão anual na Lei de Diretrizes Orçamentárias; dentre outras.

O Decreto de nº 211/2007- SEMAD de 01 de outubro de 2007 aprovou o Regimento interno do CME, que passou por uma atualização com os conselheiros em 2016.

Enfatiza-se que não foi possível relatar todos os dados, pois não foram encontrados de acordo com a periodização da pesquisa (2003 - 2016) devido à ausência de registros documentais, e, na primeira gestão (2003-2004) abordada a seguir, esses organismos de controle social (FUNDEB, CAE, CME) foram instituídos em lei, mas funcionavam na Secretaria de Educação. Atualmente, existe a Casa dos Conselhos da Educação, com aluguel e logística de materiais e viagens mantidas pelo poder público municipal, que agrega o trabalho dos três conselhos supracitados fora da SEMED, com mais autonomia no desenvolvimento de suas funções: deliberativa, normativa, consultiva e fiscalizadora.

#### 4.3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDAS PELA SEMED (2003-2016)

A Política Educacional da Rede Municipal de Ensino deve estar articulada com as Políticas Nacionais para o desenvolvimento da Educação Básica assim como deve ser constituído o Sistema Municipal de Ensino para dar efetividade à educação no município de Santarém por meio de um regime colaborativo com o Sistema Nacional de Educação.

A Lei Orgânica do Município de Santarém, atualizada pela Emenda 006/2004, apresenta uma seção específica para a educação, a qual preceitua as seguintes orientações nos Art.94 e Art.95:

Art. 94 A educação direito de todos e dever do Poder Público e da Família, é baseada nos princípios da democracia, do respeito aos direitos humanos, da liberdade de expressão, da solidariedade, objetivando o desenvolvimento integral da pessoa, seu preparo para o exercício consciente da cidadania e da qualificação para o trabalho.

Art. 95 A educação de responsabilidade direta do Poder Público Municipal, observando-se o disposto no artigo anterior, será prioritariamente, da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Parágrafo único: O Poder Municipal somente atenderá a escolaridade posterior ao Ensino Fundamental quando houver atendido, em quantidade e qualidade, àquilo que lhe cabe até esse nível de escolarização (2004, p.44).

Tomando por base esses direcionamentos legais, o ensino municipal deverá ser ministrado conforme os princípios da Constituição Federal de 1988, considerando o Art. 206, o artigo 273 da Constituição Estadual e, também, seguindo as orientações supracitadas da LDB nº 9394/1996. De acordo com Colares:

[...] A Lei Orgânica do Município (LOM), em seu artigo primeiro, [diz que], o Município de Santarém, é parte integrante da República Federativa do Brasil e reger-se-á, fundamentalmente, pela Lei Orgânica e pela legislação e regulamentos que adotar com determinação de garantir a própria autonomia política, administrativa e financeira, respeitados os princípios da justiça social e demais preceitos estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição Estadual. (2006, p. 37).

No caso do Município de Santarém, a Lei nº 15.957/97 de 24 de junho de 1997 que instituiu o Conselho Municipal de Educação, disciplina a competência de implementar a Política Municipal de Educação no Art. 3º.

Art.3º- Sem prejuízos das funções, atribuições e competências do Poder Legislativo, compete ao Conselho, dentre outras atribuições:

I- implementar a Política Municipal de Educação, tendo em vista a sua integração com as demais políticas;

II- propor as diretrizes e prioridades norteadoras do Plano Municipal de Educação, bem como, a sua expressão anual na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III- interpretar, na esfera administrativa, a Legislação Federal e Estadual concernente à educação, estabelecendo normas a serem observadas pelo Sistema Municipal de Ensino;

[...]

XI- orientar as instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino no que diz respeito às normas legais para avaliação de certificados expedidos, validando-os de acordo com tais normas;

[...]

XIII- exercer as funções de órgão avaliador e fiscalizador do Sistema Municipal da Educação, cabendo-lhe nesta condição, dentre outras funções.

a) autorizar e reconhecer as instituições de ensino público municipal, e de seus cursos especiais; (SANTARÉM, 1997).

No que se refere à legislação local, a Lei nº 17.865/2004 de 03 de novembro de 2004 disciplina a organização do Sistema Municipal de Ensino do Município de Santarém. Além disso, institui os objetivos da Educação Municipal e as atribuições do Sistema Municipal de ensino, explícitos nos seguintes artigos:

Art. 3º- São objetivos da Educação Municipal, inspirados nos princípios e fins da educação nacional:

I- formar cidadãos participativos capazes de compreender criticamente a realidade social, conscientes de seus direitos e responsabilidades;

II- assegurar aos educandos igualdade de acesso, reingresso, permanência e sucesso na escola;

III- assegurar padrão de qualidade na oferta da educação escolar;

IV- promover a autonomia e a participação comunitária na gestão do Sistema Municipal de Ensino;

V- favorecer a inovação do processo educativo valorizando o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

VI- valorizar os profissionais da educação pública municipal;

VII- garantir a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

VIII- garantir no processo educativo o respeito à liberdade e apreço à tolerância;

IX- garantir a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais do município;

X- atuar de forma integrada, promovendo a coexistência das instituições públicas e privadas de ensino do município;

XI- garantir a liberdade de aprender, ensinar, valorizando a experiência extracurricular.

[...]

Art. 9º- O Sistema Municipal de Ensino tem como incumbência:

I- Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, interagindo-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II- Exercer a ação redistributiva de otimização e articulação em relação as suas escolas;

III- Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV- Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V- Oferecer a educação infantil em creches e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados a Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

VI- Estabelecer mecanismos para avaliar a qualidade do processo educativo desenvolvido pelos estabelecimentos do seu sistema de ensino.

Art. 10- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a baixar normas complementares, necessárias à plena estruturação e funcionamento do Sistema Municipal de Ensino (2004, p. 172-174).

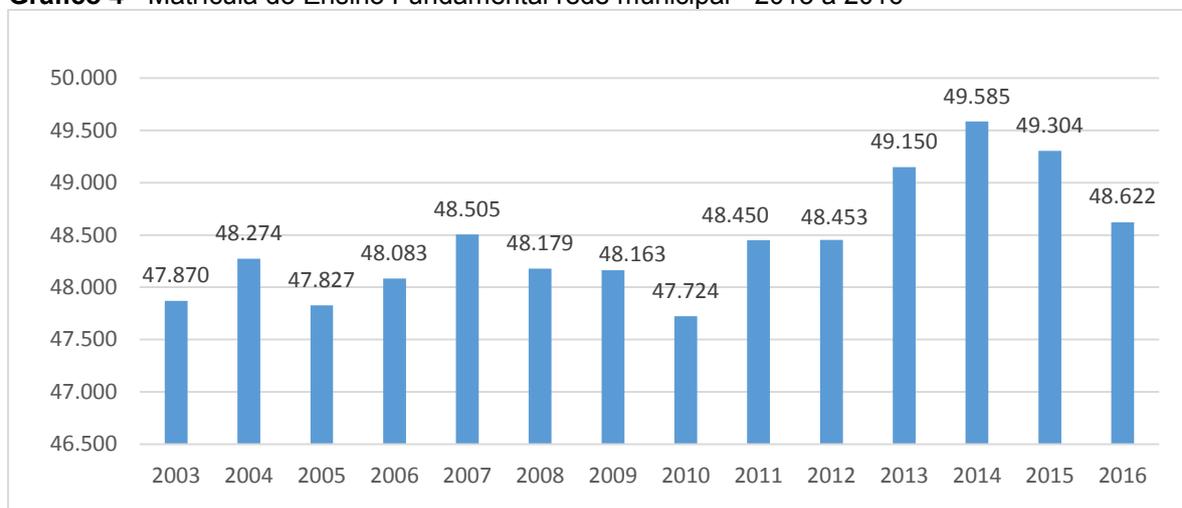
Mediante toda a legislação apresentada, percebe-se que o Sistema de Ensino está organizado com suas competências e seu órgão normativo, deliberativo, mobilizador e fiscalizador, o Conselho Municipal de Educação de Santarém, para a implementação de políticas educacionais que favoreçam o desenvolvimento de uma educação integral baseada nos princípios democráticos e nos direitos humanos (liberdade, solidariedade).

As políticas educacionais atuais que direcionam a educação municipal estão contempladas na Lei nº 19. 829 de 14 de julho de 2015 que aprovou o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2025. Este plano está organizado pelos níveis de ensino desde a Educação Básica até ao Ensino Superior, registrando as modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional e educação especial/inclusiva), a educação em tempo integral, a gestão de pessoas/valorização dos profissionais da educação, a gestão democrática e a gestão financeira. Neste processo de organização perpassam as 20 metas do Plano Nacional de Educação, fazendo as contextualizações necessárias com os indicadores educacionais locais. Mas, acrescenta-se que o município de Santarém aprovou o seu primeiro Plano Municipal de Educação no dia 03 de novembro de 2004, instituído pela Lei nº 17.867/2004 com metas e estratégias para o decênio 2004/2013.

Quanto ao atendimento educacional pelo Sistema Municipal de Ensino, deve-se levar em consideração a realização de matrículas para as escolas públicas municipais de Santarém, as quais têm sob a sua responsabilidade o desenvolvimento da Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental), ou seja, gradativamente, quando o município começou a universalizar o atendimento do Ensino Fundamental começou a expandir a oferta da educação infantil. Observa-se

nos gráficos 4 e 5 a distribuição da matrícula nos anos de 2003 a 2016 nestes respectivos níveis de ensino.

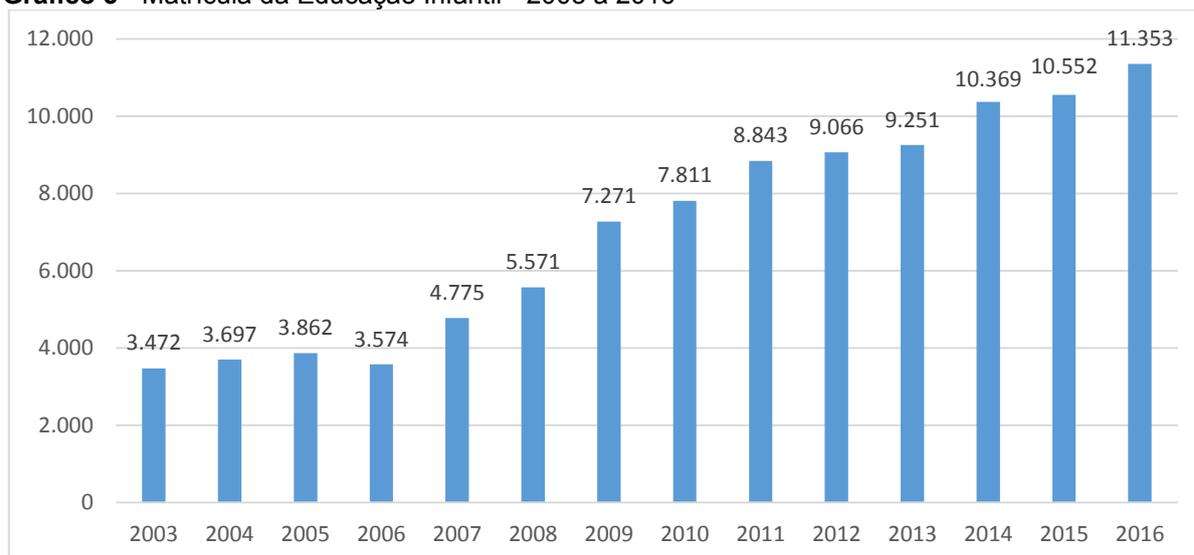
**Gráfico 4 - Matrícula do Ensino Fundamental rede municipal - 2013 a 2016<sup>21</sup>**



**Fonte:** Coordenação de Estatística da SEMED, 2017, Relatórios da SEMED de 2013, 2014, 2015 e 2016. Elaborados pela autora em 2017.

Na educação infantil, observou-se uma preocupação da oferta de matrícula pela esfera municipal mantendo um crescimento constante no atendimento desta clientela de alunos.

**Gráfico 5 - Matrícula da Educação Infantil - 2003 a 2016**



**Fonte:** Coordenação de Estatística da SEMED, 2017, Relatórios da SEMED de 2013, 2014, 2015 e 2016. Elaborados pela autora em 2017.

<sup>21</sup> Os dados estatísticos a partir do ano de 2013, 2014, 2015 e 2016 do Gráfico 4 correspondente a matrícula do Ensino Fundamental divergem dos apresentados na Tabela 4 retirados do CONVIVA EDUCAÇÃO (2017).

### 4.3.1. Descentralização e autonomia: a organização administrativa da SEMED

A estrutura organizacional da SEMED nas gestões registradas sofreu algumas alterações, no entanto identificaram-se inovações, principalmente, na gestão administrativa em maio de 2006, com a criação de uma coordenação específica para atender a diversidade da educação etnicorracial (Coordenação Indígena e Quilombola). Sobre esse aspecto, observam-se as tabelas a seguir:

**Tabela 21** - Educação Indígena - Quantidade de escolas e alunos<sup>22</sup>

Ano	Quantidade de escolas	Quantidade de alunos
2005	10	644
2006	29	2.226
2007	30	2.280
2008	30	2.053
2009	29	2.146
2010	26	1.946
2011	30	2.139

**Fonte:** Informativo elaborado pela assessoria de comunicação (2012) das ações da Rede Municipal de Ensino/2005-2011. Elaborado pela autora (2017).

**Tabela 22** - Educação Quilombola - Quantidade de escolas e alunos

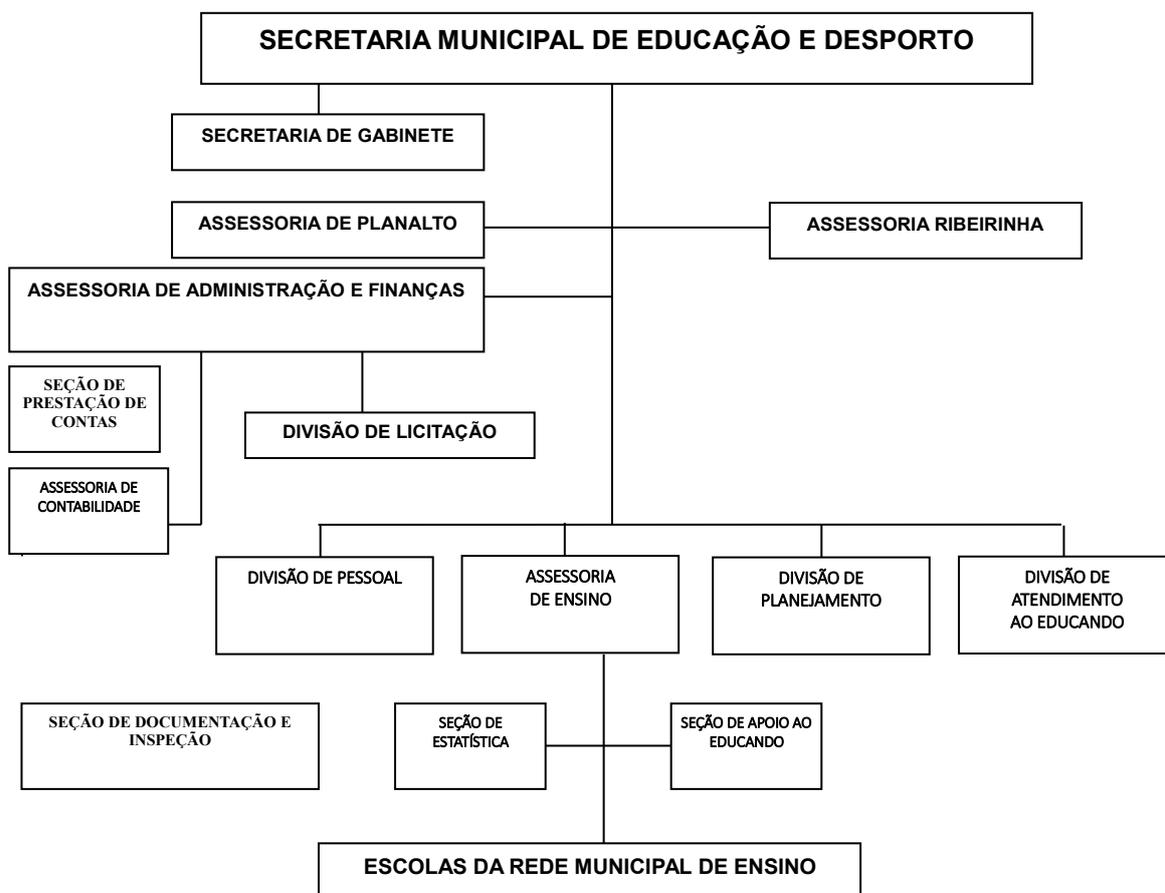
Ano	Quantidade de escolas	Quantidade de alunos
2007	11	921
2008	11	816
2009	11	1.062
2010	10	818
2011	10	875

**Fonte:** Informativo elaborado pela assessoria de comunicação (2012) das ações da Rede Municipal de Ensino/2005-2011. Elaborado pela autora (2017).

Para otimizar o atendimento das escolas do campo havia duas assessorias, uma voltada para os povos da floresta e comunidades de terra firme (Assessoria da Região do Planalto), e outra para atender comunidades ribeirinhas e da região de várzea. (Assessoria da Região de Rios). Na área urbana, os diretores são atendidos na divisão de ensino. Além dessa configuração, havia também as coordenações, divisões e seções, divididas em regiões para facilitar a assistência administrativa e pedagógica das escolas, destacando também as visitas pedagógicas efetivadas pelos assessores e pelo setor pedagógico do Programa da Rede Vencer.

<sup>22</sup> Na tabela 21 e 22 não foram abordados os dados das escolas respectivamente com quantidade de alunos indígenas e quilombolas conforme o período da pesquisa por falta de registros documentais na SEMED.

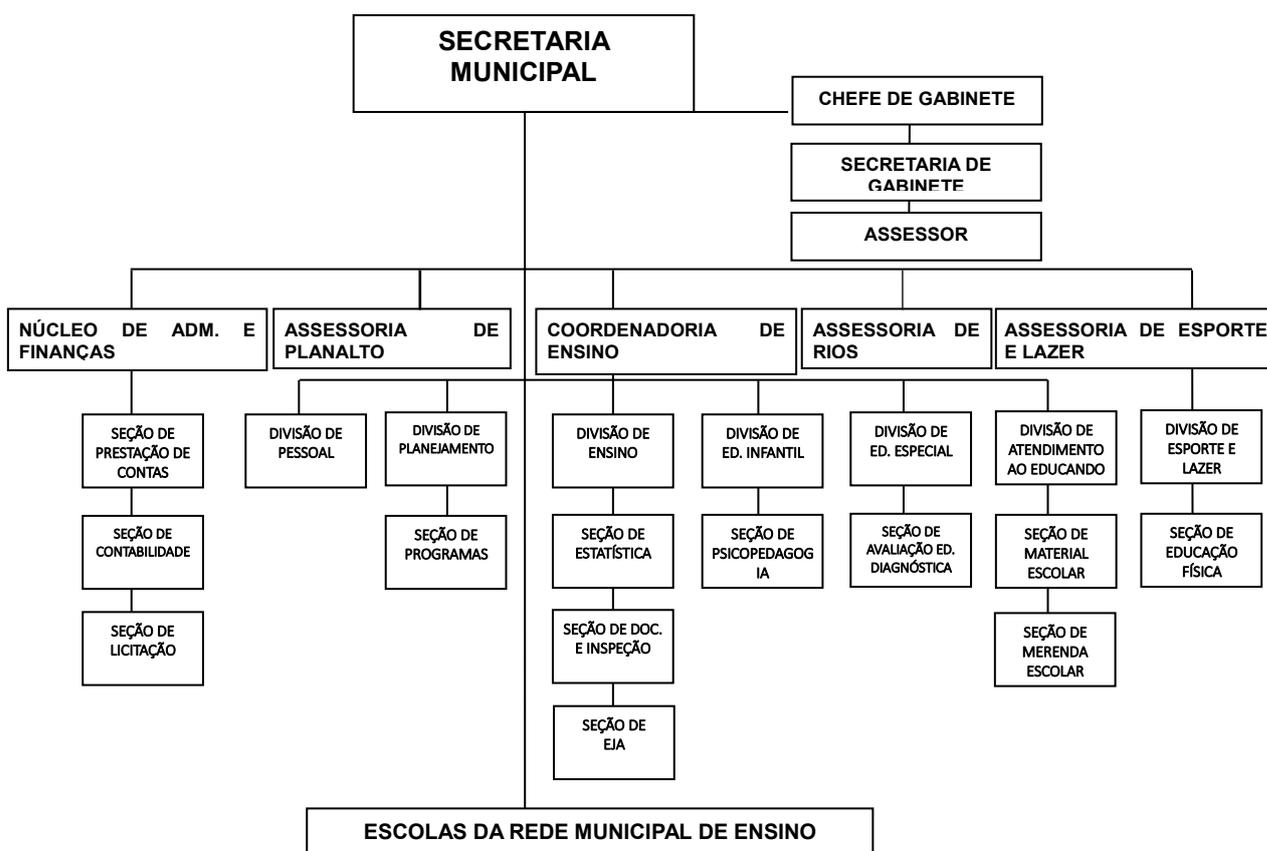
**Figura 3** - Organograma da Secretaria Municipal de Educação e Desporto – SEMED 2003-2004



**Fonte:** Colares (2006, p.64)

Na figura 3, referente à primeira gestão, observou-se o desenvolvimento de uma gestão com poucas subdivisões, coordenações e divisões ligadas à Secretária de Educação, o que leva a inferir que as decisões eram hierarquizadas e centralizadas. Mas é impreterível mencionar que as assessorias de planalto e ribeirinha estavam no fluxo organizacional logo abaixo da Secretaria de Educação e não existia uma seção ou divisão de programas e projetos. Percebeu-se, também, uma mudança de nomenclatura nas gestões posteriores de Assessoria Ribeirinha para Assessoria de Rios, o que foi contemplado nos demais organogramas explicitados nas figuras 4 e 5:

**Figura 4** - Organograma da Secretaria Municipal de Educação e Desporto – SEMED (2005- 2008)



**Fonte:** Projeto Político Pedagógico da SEMED (2008).

Observa-se, por meio do organograma da figura 04 uma intenção descentralizadora<sup>23</sup> na gestão da Maria do Carmo Martins, e novas coordenações foram criadas sobre a Educação e Diversidade dos povos do campo, tendo em vista uma preocupação educacional voltada ao atendimento das demandas específicas da zona rural assim como de políticas educacionais de ações afirmativas<sup>24</sup> para esta região (educação etnicorracial-indígena e quilombola), onde há uma grande concentração de escolas e alunos que devem ser considerados, na sua localidade, enquanto territórios educativos com suas especificidades. Identificou-se, também, que havia neste período uma Assessoria voltada para o Esporte e Lazer com práticas esportivas em ambientes escolares e não-escolares, o que não foi visualizado no organograma anterior.

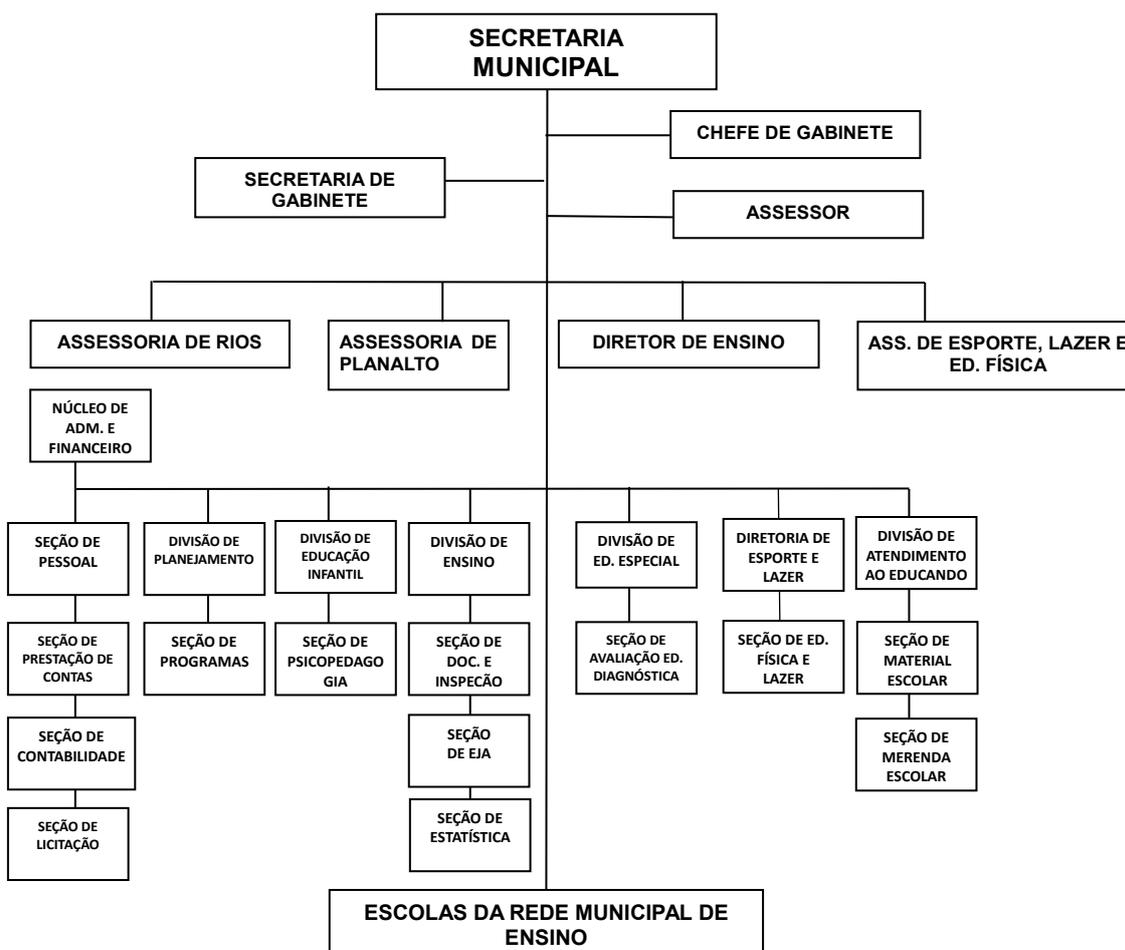
<sup>23</sup> O conceito de descentralização é ressaltado enquanto um processo que visa assegurar a eficácia do poder local na execução de políticas educacionais que respeitem a diversidade e heterogeneidade social, mas não descartando as interferências do poder central na formulação da agenda de governo e de sua implementação (MARTINS, 2002).

<sup>24</sup> Sobre essas políticas, consultar o Programa Nacional de Direitos Humanos (1996). Para mais esclarecimentos consultar (VIEIRA; VIEIRA, 2013, p.137-158) in: JEFFREY; AGUILAR (2013).

É relevante mencionar que pela primeira vez, na gestão de 2005-2008, aparece uma seção específica para os programas, o que fica explícito também na figura 5 com a mesma designação. Por outro lado, no último organograma de 2013, a seção foi chamada de Coordenação de Suporte de Programas e Projetos. Na figura 4, constatou-se que o Núcleo de Administração e Finanças tinha uma relação horizontal com os assessores e diretor de ensino, enquanto na figura 5 este núcleo se apresentou abaixo destes.

A figura 5 representou uma estrutura organizada de maneira hierárquica, porém apareceu um Diretor de Ensino que cuidava das escolas da zona urbana, enquanto que os assessores de rios e de planalto tinham sob sua responsabilidade as escolas da zona rural. Ressalta-se que, na figura 5, o termo “diretor de ensino” corresponde ao termo “coordenador de ensino”.

**Figura 5** - Organograma da SEMED (2008-2012)

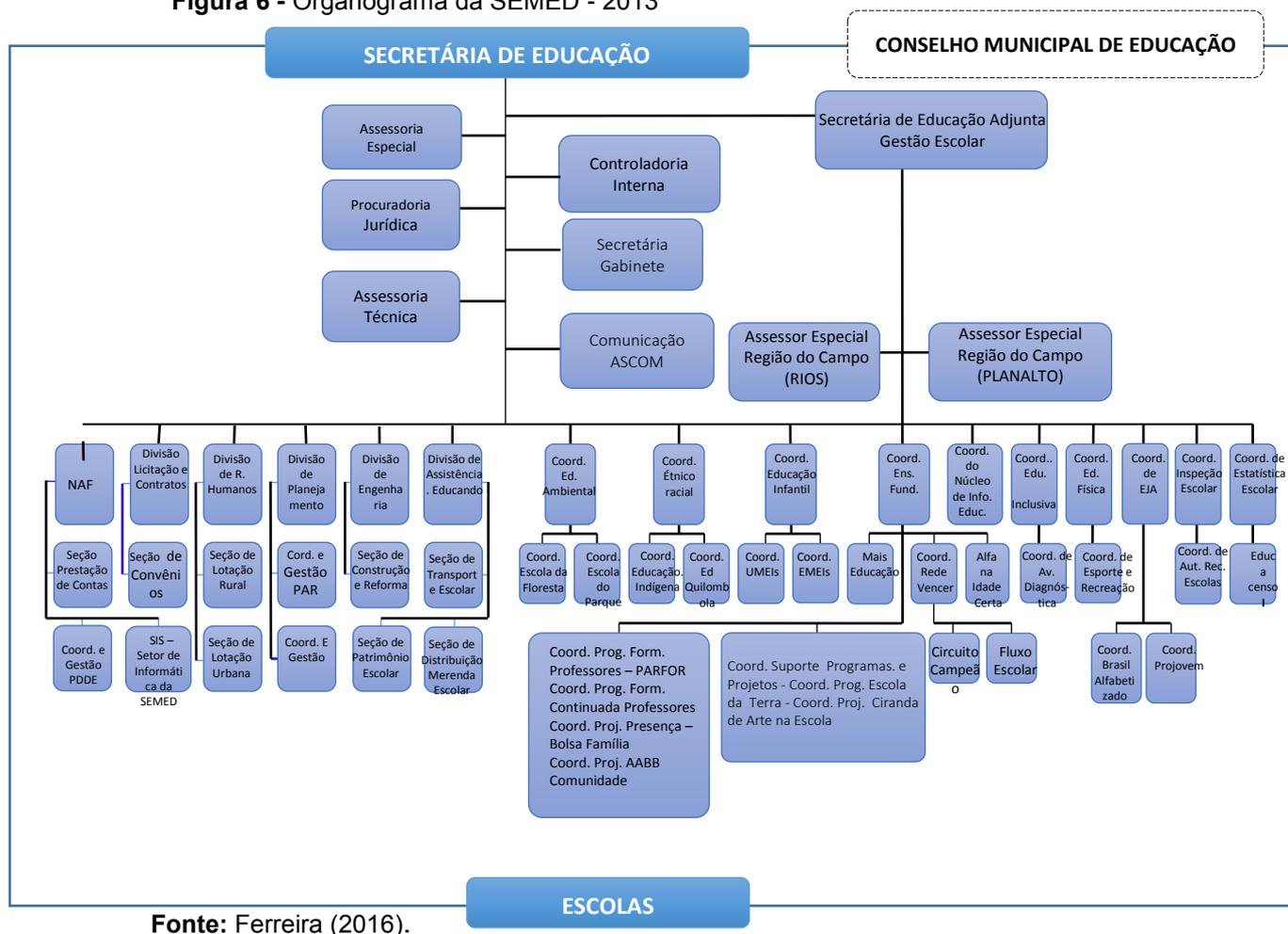


**Fonte:** Divisão de ensino da SEMED, 2017.

No organograma da figura 6, destaca-se o Conselho Municipal de Educação como aliado à Secretária de Educação, o que suscita questionamentos do interesse da SEMED em atrelar este colegiado à Secretaria, pois, por natureza, deve ser autônomo e fiscalizador das ações educacionais. Pôde-se inferir que a última gestão (2013-2016) foi pautada por uma política de desconcentração, conceituada por Martins (2002, p.111), como “um processo que visa assegurar a eficiência do poder central”, isto é, um movimento de cima para baixo na elaboração e implementação das políticas.

Em virtude disso, percebeu-se que as coordenações, divisões e seções foram agregadas ao Núcleo de Administração e Financeiro e as assessorias não tinham poder de decisões administrativas e pedagógicas. Nesta gestão havia uma Secretária de Educação no topo das decisões com o acompanhamento de uma Secretária adjunta o que ocasionava gastos desnecessários, onerando a folha de pagamento.

**Figura 6 - Organograma da SEMED - 2013**



Fonte: Ferreira (2016).

Para efeito de análise sobre os organogramas, apesar de alguns progressos apresentados nas gestões de 2003 a 2016, fica explícita uma estrutura organizacional que orienta a administração da SEMED por meio de uma cultura centralizada e hierárquica nas mãos da Secretaria de Educação que toma decisões e depois repassa para as escolas, apesar de, em 2004, ter sido criado o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, intensificando a criação e formação dos conselheiros na perspectiva de expandir e qualificar a gestão democrática nas escolas. Assim sendo, “a organização oligárquica<sup>25</sup> e as lideranças vanguardistas são incompatíveis com a organização libertadora e com as lideranças democráticas, colegiais e participativas”. (LIMA, 2002, p. 35).

#### **4.3.2. Descentralização e autonomia política, administrativa, financeira e pedagógica**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996) destaca os princípios de gestão democrática, a serem definidos pelo Sistema de Ensino, no Artigo 14, e a gestão financeira no artigo 15, os quais ressaltam que:

Art. 14- Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II. participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art.15- Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

(CARNEIRO, 2014, p.171-173).

Existe uma relação entre Sistema de Ensino e gestão que se consolidou por meio da Constituição Federal de 1988 dando ênfase à redemocratização do país, que colocou o cidadão com foco de participação no cenário político, e como espaço de exercício da sua cidadania emergiu o município como ente federado e, conseqüentemente, aparecem os Sistemas Municipais de Educação. Sobre esse aspecto, destacam-se as palavras de Bordignon:

---

<sup>25</sup> Oligarquia: 1. Governo de um pequeno grupo. 2. Esse grupo. 3 Predomínio de uma facção nos altos cargos e na direção dos negócios públicos (ROCHA, 2012, p. 503).

[...], os sistemas municipais requerem um projeto municipal de educação, fundado nas bases e diretrizes nacionais. A nova constituição viabiliza, assim, a realização do fundamento democrático do exercício da cidadania, dotando o cidadão de poder em seu espaço comunitário de vida, por meio de processos de gestão pública com participação popular (2009, p.33).

Nesta perspectiva, as políticas públicas educacionais devem considerar, na sua elaboração, os agentes locais, como é o caso da gestão escolar. Sendo que esta deverá observar três aspectos essenciais: 1º A organização da sociedade civil, que torna a gestão participativa, já que envolve outras organizações sociais, como a escola, a Igrejas, os sindicatos, partidos, cooperativas, dentre outras; 2º A formação do sujeito social que será atribuição da gestão da escola, a formação deste ator social coletivo como membro de decisões perante o cotidiano da administração escolar; 3º O fortalecimento do local em contraposição ao global, que foi reflexo da globalização que aguça o papel da identidade social local. (BONETI, 2001). Assim, impera a seguinte reflexão em torno da correlação existente entre as políticas públicas em geral (nacional) e das políticas educacionais em particular (local):

[...] existe uma tendência das Políticas Educacionais, mesmo no nível nacional, de atender ao projeto econômico internacional e afinar-se ao discurso de instituições que representam o capitalismo internacional como é o caso do Banco Mundial, FMI, OMC etc.[...]. Algumas dessas preocupações já aparecem nos discursos das elites nacionais, [...]. Mesmo assim não se pode entender que as instituições financeiras internacionais exerçam um papel de “rolo compressor” sobre as Políticas educacionais nacionais. É preciso considerar o papel dos agentes locais e nacionais, a correlação de forças que se estabelece em torno da elaboração e da gestão das Políticas Públicas nacionais, [...] (BONETI, 2001, p. 237).

Sobre a gestão escolar, pode-se mencionar, na gestão de 2003 a 2004:

- Funcionamento como escolas autônomas, através do exercício das autonomias administrativa e pedagógica;
- Plano de Desenvolvimento da escola- PDE, 100% elaborado coletivamente e implementado nas escolas;
- Proposta pedagógica-PP, 100% elaborado coletivamente e implementado nas escolas;
- Cumprimento dos 200 dias letivos com exclusão dos sábados;
- Monitoramento e permanente avaliação das ações, através do aprimoramento da cultura de coleta e análise de dados;
- Melhor qualidade do ensino, através da responsabilização de toda comunidade escolar pelos resultados;
- Implementação de parcerias na busca permanente do alcance das metas da escola;
- Conselhos escolares 100% implantados e implementados nas escolas polos e outras com mais de 50 alunos.

- Maior compromisso implementação sistemática das rotinas escolares: planos de curso, planos de aula e outros;
- Melhoria no processo de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais com maior sensibilização da comunidade escolar e fortalecimento das parcerias com a Secretaria de Saúde e de Assistência Social e outros órgãos de proteção à criança e adolescentes. (SANTOS, 2006, p. 28-29)

Na Secretaria Municipal de Educação e Desporto foi desenvolvida uma política educacional no período de 2005 a 2009 que visava, por meio do Programa Escola da Gente, fomentar na comunidade escolar o cultivo de valores como a ética, o diálogo, a cidadania, a convivência com as diferenças, a promoção da cultura de paz e da não violência. Dessa forma, evidenciaram-se ações que proporcionaram melhorias nos indicadores educacionais, tais como:

- Educação Infantil: 5.558 alunos até junho de 2008 atendidos em 115 escolas. Fortalecimento da Educação Infantil com diminuição de espaços anexos de 38 para 07, mobiliário adequado, capacitação de professores, acompanhamento pedagógico e aprovação da construção do I Centro de Educação de Educação Infantil;
- Menor índice de evasão escolar já alcançado na rede municipal de ensino: 2,4% em 2007;
- Maior índice de permanência da criança na escola já alcançado na rede: 97,6% em 2007;
- Menor índice correção de fluxo de alunos/as defasados/as: 13,9% em 2008;
- IDEB: Em 2005 3,5 nas séries iniciais e 3,7 nas séries finais;
- Em 2007 3,9 nas séries iniciais e 3,9 nas séries finais;
- Criação da coordenação de educação étnicorracial, educação indígena e educação ambiental em 2009;
- Criação da Escola da Floresta – atende alunos de 5ª a 8ª série de escolas municipais, com diversas atividades voltadas para a Educação Ambiental;
- Criação da Escola do Parque – atende alunos de Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental de escolas municipais e particulares, com diversas atividades voltadas para a Educação Ambiental;
- Política de Transporte Escolar: eram 72 rotas em 2005 e atualmente são 239 rotas em 2011;
- Política de fardamento escolar: Em 2008 foram entregues mochilas. Em 2005 foi entregue para 56.557 alunos e em 2011 foram entregues para 62.613 alunos.  
(SEMED, 2008- 2012)

#### **4.3.3 Descentralização e autonomia: fortalecimento do poder local, participação e gestão democrática**

Quando se fala em gestão democrática numa perspectiva cotidiana pensa-se que o Sistema de Ensino, assim como as escolas, pode desenvolver de forma eficiente sua autonomia administrativa, pedagógica e financeira. Diante disso,

a década de 1990, com as transformações ocorridas pelo Estado de bem-estar social na América Latina, foi impulsionado no Brasil a criação de mecanismos de controle social, como é o caso de Conselhos Municipais de Educação e Conselhos Escolares, para monitorar e fiscalizar o recebimento de verbas repassadas pelos entes federados. Sobre Sistema Nacional de Educação e autonomia, é necessário frisar:

[...] Dada uma federação como a brasileira, com seu arcabouço jurídico encabeçado, não por acaso, pela Constituição Federal, a forma plena de organização do campo educacional é traduzida pelo Sistema Nacional de Educação. Sua construção flui dos dispositivos constitucionais regulamentados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que é prerrogativa da União e se especifica na Legislação complementar. Constitui-se, desse modo, um sistema de educação pleno, obviamente público, inteiramente autônomo com normas próprias que obrigam a todos os seus integrantes em todo território nacional. No âmbito dos estados, preserva-se um grau próprio de autonomia que lhes permite baixar normas de funcionamento de ensino, mas sem a plenitude de que goza a União, uma vez que devem subordinar-se às diretrizes e bases traçadas pela União, esfera que escapa à sua atribuição. E se pensarmos ao nível municipal, a autonomia tornar-se mais restrita porque sequer a Constituição lhes faculta estabelecer normas próprias, o que é admitido apenas em caráter complementar pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). (SAVIANI, 2014, p. 54).

Percebe-se que a autonomia, um dos princípios da gestão democrática, na esfera municipal, torna-se relativa por depender de diretrizes normatizadas por políticas públicas educacionais e de recursos financeiros advindos da União e do Estado. Por outro prisma, os municípios são instâncias que ganham autonomia devido à realidade materializada na vivência das pessoas, dos cidadãos reais que manifestam seus interesses mediante a implementação destas políticas.

O conceito de gestão está ligado ao processo de redemocratização do Brasil, que emergiu nas décadas de 1980 e 1990, impulsionando as eleições diretas para diretores e a compreensão da gestão democrática do ensino público. Com as determinações socioculturais vividas nestes momentos históricos na era da globalização e na sociedade do conhecimento, percebe-se que há uma relação intrínseca entre educação/ formação, políticas educacionais/gestão da educação, o que ocasiona a resignificação do conceito de gestão da educação. Assim, é oportuno mencionar o conceito de Gestão:

Gestão é administração, é tomada de decisão, é organização, é direção. Relaciona-se com atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar seu papel. Constitui-se de princípios e práticas decorrentes que afirmam ou desafirmam os princípios que as geram. Estes princípios, entretanto não são intrínsecos à gestão como concebia a administração clássica, mas são princípios sociais, visto que a gestão da educação se destina à promoção humana. (FERREIRA, 2001, p. 306).

Esse conceito aparece com o objetivo de superação do conceito taylorista/fordista da racionalidade formal/ e da racionalidade técnica que deram bases aos estudos de administração escolar<sup>26</sup> sob o modo de produção capitalista. Porém, os princípios da gestão da educação democrática que se configuram na sociedade atual são: cidadania, participação dos profissionais e da comunidade escolar, elaboração coletiva do projeto político pedagógico da escola, autonomia pedagógica e administrativa, qualidade da educação dentre outros. Todos esses princípios são fundamentais para a organização do trabalho administrativo e pedagógico, e de planejamento e tomadas de decisões para o estabelecimento de novas políticas que garantam a qualidade do processo de formação humana.

Em 04 de março de 2004 foi instituída a Portaria nº 024/2004-GAB/SEMED que aprovou normas complementares, do processo de escolha de diretores das escolas municipais, ao Edital nº 001 de 16 de janeiro de 2004. Para o posterior processo de votação de alunos, pais, professores, era necessário que o candidato a diretor apresentasse à comunidade escolar um Plano de Ação e Memorial. Sobre essas normas complementares, destaca-se que:

#### Capítulo VIII

Da apresentação do Plano de ação e memorial descritivo dos candidatos.

Art.16- Cada candidato terá 20 minutos para apresentação do memorial descritivo com resultados e evidências comprovados da capacidade de liderança e plano de ação para a escola. (2004, p. 166)

A Lei nº 17.866/2004 de 03 de dezembro de 2004 dispõe sobre a gestão democrática do Ensino Público da Rede Municipal de Ensino enfatizando que:

Art. 1º- A gestão democrática do ensino público, princípio inscrito no art.206, inciso VI da Constituição Federal e art.15 da Lei 9.394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passa a ser regulamentada nos termos da lei e demais dela decorrentes.

Art. 8º- O plano de Desenvolvimento da Escola- PDE, instrumento de autonomia administrativa, deve ser elaborado com participação dos segmentos da comunidade escolar, em sintonia com a política educacional do município e as prioridades e metas da Secretaria Municipal de Educação.

<sup>26</sup> Sobre o Conceito de Administração Escolar com correspondência na administração capitalista determinada por meio das relações econômicas, políticas e sociais, consultar Paro (2006).

Sobre Gestão escolar, a Resolução nº 005 de 30 de março de 2010, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação de Santarém, instituiu a Alteração do Regimento Escolar Unificado da Rede Municipal de Ensino de Santarém, com dois capítulos específicos que orientam a Gestão escolar e a pedagógica, isto é, os Capítulo II e III.

Capítulo II-Gestão Escolar:

Art. 12 - A Gestão da Escola estará a cargo do diretor e vice-diretores que juntamente com o Conselho Escolar e professores, funcionários, alunos, pais e/ou responsáveis e outros– segmentos deverão definir o projeto político-pedagógico da Unidade de Ensino.

I-A equipe gestora é constituída por:

- a) diretor(a)
- b) vice-diretor(a)
- c) coordenador(a) pedagógico (a)
- d) secretário(a)

Art. 13 - Os profissionais que exercerão as funções de diretor e vice-diretor serão licenciados em Pedagogia ou em outras licenciaturas desde que pós-graduados em Gestão Educacional, conforme as normas em vigor.

Parágrafo único- Quando houver carência de profissionais habilitados no espaço rural para exercerem as funções de diretor e vice- diretor poderão exercê-las, a título precário, os profissionais que tiverem outra titulação, em obediência à legislação em vigor.

Art. 14 - A Gestão escolar deverá gerenciar as atividades administrativas e pedagógicas da escola participando da elaboração e execução de uma proposta de trabalho integrada à comunidade.

[..]

Art.16 - Ao(a) vice-diretor (a) competirá, além das funções compartilhadas com o diretor(a):

I-Substituir ou representar o (a) diretor (a) em sua ausência e impedimento legal;

II-Coordenar o turno que está sob sua responsabilidade.

Capítulo III- Gestão Pedagógica:

Art. 17 - A Gestão pedagógica da escola, constituída pelo coordenador pedagógico, será responsável pela dinamização do Processo Educativo, assessorando as atividades docentes e discentes e apoio administrativo.

Art. 18 - Os serviços Pedagógicos da escola serão desenvolvidos em ação de forma interdisciplinar, integrada à comunidade escolar.

Art.19 - As atividades de Coordenação Pedagógica serão desenvolvidas por profissional da educação devidamente habilitado (2010, p.13-16).

Em 2016, a Lei nº 20.057 de 04 de julho altera, cria e revoga dispositivos referentes às leis municipais 17.866/2004, 18.392/2010 e 19.364/2013, que dispõem sobre a Lei de gestão democrática do ensino público da rede municipal de ensino. Nos dias atuais, ocorrem discussões com uma comissão tripartite constituída por membros do Conselho Municipal de Educação, do SINPROSAN e do Poder Executivo sobre o mandato de 4 anos de diretor, sendo permitida a reeleição para um único período subsequente, o que está prescrito no Art. 21 da Lei nº 17.866 de 03 de novembro de 2004.

Dessa forma, evidenciou-se, um avanço no processo de gestão democrática, pois a unidade escolar da rede municipal de ensino teve a possibilidade da escolha da sua equipe gestora por meio do voto direto com a participação de toda a comunidade escolar, exceto os alunos menores de 16 anos. Por esse motivo, a indicação política por parte do governo (nomeação direta) começou a extinguir-se, gradativamente, já que nas unidades escolares de difícil acesso na zona rural, sabe-se que diretores, mesmo eleitos pela comunidade, não aceitaram a admissão ao cargo devido às questões financeiras e geográficas.

Com a criação de conselhos municipais para acompanhamento e controle social dos recursos aplicados para educação, tais como conselhos de alimentação escolar, FUNDEF, hoje FUNDEB, e Fórum Municipal de Educação, contata-se o interesse do Sistema de Ensino em acompanhar de forma mais eficiente a aplicação de tais recursos de acordo com as legislações pertinentes aos programas e projetos desenvolvidos. A partir das inferências nos relatórios e documentos pesquisados, observou-se que a Semed, diante a situação de necessidade por arrecadação financeira para suas escolas, incentiva os gestores escolares à criação de conselhos escolares, principalmente para o monitoramento e fiscalização de programas federais, como é o caso do PDDE, PDE - Interativo, Mais Educação, dentre outros. Para isso, foram efetivadas formações continuadas voltadas para gestores e comunitários por meio do Programa Federal de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, principalmente, na gestão da Prefeita Maria do Carmo Martins.

No decorrer desta seção, procurou-se delinear os mecanismos de descentralização, autonomia e o fortalecimento da gestão democrática, por meio da eleição de diretores e outras legislações locais que organizaram o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino e que configuraram a política educacional. Além disso, delineou-se sobre os conselhos de controle social implantados no município e sua importância para o acompanhamento e avaliação das políticas educacionais e ações educacionais, como é o caso, da execução do PME.

Sendo assim, a próxima seção abordará os programas, projetos e ações educacionais locais que consolidaram a política pública educacional na esfera municipal, em conformidade com o período da pesquisa.

## **5 POLÍTICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: OS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES EDUCACIONAIS.**

Esta seção tem como objetivo registrar os programas, projetos e ações implementados pela SEMED enquanto políticas públicas educacionais mostrando seus desdobramentos, suas implicações para a política educacional local e para os indicadores educacionais da Rede Pública de ensino de Santarém.

Em seguida, apresenta-se a categoria de análise programas e projetos, destacando as subcategorias de formação/ qualificação docente, programas e projetos pedagógico-curriculares e rede física, com ênfase aos níveis e modalidades de ensino e às gestões municipais percorridas na seção 4.

### **5.1 PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SEMED**

Na seção 3, apresentou-se um panorama da educação escolar em Santarém com gráficos e tabelas que revelam a evolução da população, as matrículas na educação básica além das legislações locais que reorganizaram a Educação Infantil e Ensino Fundamental para o regime de 9 anos. Ainda, apresentou-se os níveis e modalidades de ensino que ficam sob a jurisdição do município até o ensino superior descrevendo as mudanças ocorridas na educação de acordo com o período de 2003 a 2016.

Aliado a isso, percebeu-se a necessidade da correlação deste panorama com as políticas educacionais implementadas pela SEMED com ênfase à categoria programas, projetos e ações. Ressalta-se que, as políticas educacionais foram contextualizadas na seção 2, destacando o momento histórico nacional e suas interferências nas políticas locais.

Os processos de implementação de programas governamentais podem se transformar em rituais de cumprimento de normas burocráticas e/ ou de diretrizes pedagógicas, resultando numa tensão que dificulta - tanto aos órgãos intermediários quanto às escolas - reconstruir sua dinâmica de funcionamento configurada por uma cultura singular. Compreender novas perspectivas teórico-metodológicas para o ensino ou novas formas de gestão, planejamento e avaliação, não constitui um percurso linear e tranquilo para professores e equipes de gestão. Introduzir práticas diferenciadas no espaço escolar e na sala de aula exige mais do que simples leituras de documentos oficiais normatizadores e/ ou de participação em cursos pontuais de formação continuada (MARTINS; WERLE, 2010, p. 40).

Diante desta conjuntura e fazendo correlações com a organização e sistematização dos dados inferidos em documentos, relatórios, legislações e outros, optou-se pela utilização de subcategorias tais como: formação e qualificação docente, Pedagógico-Didático Curricular e Rede Física, as quais foram pontuadas em cada gestão estudada.

Sobre a formação e qualificação docente aborda-se os programas e projetos com os objetivos que atendessem os dispositivos legais que ressaltam os incisos I e II do art. 61 e no art. 62 da LDB nº 9.394/1996, já que constitui um aspecto angular da Educação Básica. Na subcategoria de programas e projetos pedagógico-didáticos curriculares, registrou-se as formações continuadas que viabilizaram aos profissionais da educação a aproximação entre o espaço escolar e a pluralidade de contextos de sua prática, o que está expresso no inciso III do Art. 63 da LDB nº 9.394/1996. Por fim, a subcategoria rede física complementa as outras supramencionadas devido à necessidade de manutenção e desenvolvimento do ensino, destacando a infraestrutura adequada, de acordo com o inciso V do art.70 da Lei mencionada. (CARNEIRO, 2014).

### **5.1.1 Programas e Projetos (2003-2004)**

O quadro a seguir destaca resumidamente os programas, projetos e ações da gestão de 2003 e 2004. Ressalta-se que não foi registrado nenhum programa e outras ações referentes à subcategoria Rede Física<sup>27</sup> porque o arquivo da secretaria de Educação não dispõe de gestão de documentos de tal modo que pudesse ter uma catalogação de dados e informações.

---

<sup>27</sup> Santos (2006, p.25-26) retrata que no período de 2001-2004 houve a “ Criação de um padrão mínimo de estrutura física para a construção de escolas com salas arejadas, área de recreação, dependências sanitárias, copa e cozinha, depósito de merenda, secretaria, diretoria, salas de professores, etc.”

**Quadro 14 - Programas e Projetos na Gestão de 2003-2004**

SUBCATEGORIA	NÍVEL	PROGRAMA E PROJETO	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO	PARECERIAS
Formação e Qualificação docente	Ed. Infantil	N.I	N.I	N.I	N.I
	E. Fundamental	Projeto de alfabetização com Base Linguística	-Oferecer formação ao professor para melhorar a qualidade do ensino na 1ªsérie.	Professores da 1ª série	UFPA
		Projeto Cri-Ação	- Reduzir o índice de reprovação e repetência nas séries iniciais, através da melhoria da metodologia de ensino a ser desenvolvida por professores (E. Mário Imbiriba, Delfina Amorim e Rubens Ludwig)	Professores das séries iniciais	UFPA/Belém
		Programa de Valorização Profissional	- Proporcionar o ensino superior para os professores com o magistério	Professores efetivos	- CEFET, - UFPA, - UVA, - FIT, - ULBRA, - UEPA
Pedagógico Curricular Didático	Ed. Infantil	N.I	N.I	N.I	N.I
	E. Fundamental	Programa Escola Campeã	- Fortalecer a gestão municipal da educação e a gestão escolar - Estabelecer, coordenar e articular suas políticas educacionais; - Garantir qualidade do ensino; - Melhorar a eficiência na aplicação dos recursos públicos; - Aumentar a equidade social;	Gestores da SEMED e Gestores Escolares	- Instituto Ayrton Senna e - Fundação Banco do Brasil
Rede física	Ed. Infantil	N.I	N.I	N.I	N.I
	E. Fundamental	N.I	N.I	N.I	N.I

Fonte: Colares (2006). A sigla NI (Não identificado).

A partir do quadro 14, identificou-se que a Semed, entre 2003-2004, sem desconsiderar os demais períodos, desenvolveu programas e projetos mais específicos para o atendimento do Ensino Fundamental, vislumbrando a melhoria da qualidade da educação da rede municipal. Sobre a melhoria dos indicadores educacionais, Santos (2006, p.28) revela que houve a “melhor qualidade do ensino, com mais ingresso, permanência e sucesso do aluno”. Assim, no ano de 2004, de acordo com Santos (2006), obteve-se os seguintes indicadores:

- Aprovação no Ensino Fundamental de 87,7%;
- Reprovação no Ensino Fundamental de 9,7%;
- Evasão no Ensino Fundamental de 2,5%;
- Defasados alfabetizados de 1ª a 4ª séries era de 17%;
- Atendimento de 94% de alunos defasados não alfabetizados (1ª a 4ª séries).

Estas questões são aprofundadas, destacando as subcategorias com mais profundidade, nas subseções 5.1.1 e 5.1.2.

### **5.1.2 Programas e projetos: Formação e qualificação docente**

O número de professores com Ensino Superior teve um avanço significativo na periodização de 2000 (206 professores) para 2004 (701 professores), consolidando-se no ano de 2003 e 2004 uma política de investimento na formação inicial com a concessão de bolsas de estudo, pela Prefeitura de Santarém, para que professores efetivos pudessem concluir o Ensino Superior. É notório destacar que o primeiro concurso público de ingresso aconteceu em 1998, assim como o enquadramento funcional, o que, conseqüentemente, favoreceu, em 2003, o primeiro quinquênio e progressão de professores em nível superior. Esses fatos ocasionaram a evolução da folha de pagamento dos profissionais de educação de R\$ 9.365.203, 93 (1998) para R\$ 21.721.568,71(2003)<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Essas informações foram sistematizadas com base numa entrevista e por meio de uma palestra repassada pela Coordenadora de ensino da SEMED da gestão de 2017, mas que atuou na Secretaria de Educação neste período (2003- 2004).

Para Santos (2006), em 2002, com a revisão do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, houve a melhoria salarial de professores em início de carreira, além de melhoria da seleção e contratação de professores temporários após a implementação do processo de avaliação prévia, realizada com a aplicação de prova escrita e entrevista. Acrescenta-se que aconteceu a melhoria no desempenho dos professores efetivos da rede pela eliminação total da figura do professor leigo, já que se desenvolveu uma política de formação em nível superior para mais de 60% dos professores da rede municipal.

A tabela 23 exemplifica o nível de formação dos professores da rede municipal neste período.

**Tabela 23** – Números da Formação de Professores

ANO	PROF COM NÍVEL MÉDIO	PROF COM NÍVEL SUPERIOR
003	NI	509
2004	NI	701

**Fonte:** Relatórios de 2005 da SEMED. Elaborado pela autora (2017). Usa-se a sigla NI para Não informado.

Além disso, este governo, nos anos de 2003 e 2004, implementou uma política de valorização profissional de formação inicial da educação com investimentos por meio de bolsas estudos para que os docentes com nível médio que atuavam na rede municipal de ensino concluíssem o nível superior em universidades públicas (UFPA e UEPA) e particulares (CEFET, FIT<sup>29</sup>, ULBRA), trata-se de:

Formação em Curso Normal Superior de professores para as séries iniciais e educação infantil, através de convênios com instituição de nível superior e de sistemas de bolsas integrais e parciais, visando a capacitação desses profissionais, que munidos de maiores conhecimentos teórico-práticos têm a possibilidade de desenvolver nas crianças as competências e habilidades necessários para aprender, elevando, assim, a qualidade da educação (SANTOS, 2006, p.25).

Ainda sobre esse investimento, demonstra-se na tabela 24 o incentivo para a formação inicial para os professores efetivos da rede municipal e o quantitativo de professores que cursavam universidades públicas e privadas.

<sup>29</sup> Atualmente a unidade de Ensino Superior recebe o nome de UNAMA - Faculdade da Amazônia.

**Tabela 24** - Demonstrativo de professores cursando Nível Superior com Bolsa da Prefeitura Municipal de Santarém

ANO	CEFT	UFPA	ULBRA	UVA	FIT/UVA	TOTAL
2003	440	73	51	108	03	675
2004	440	52	48	94	06	640

Fonte: Relatórios da SEMED de 2003 e 2004. Elaborado pela autora (2017).

A disponibilidade de bolsas de estudo aos professores ativos para adquirirem a formação inicial, durante esta gestão, marca a adequação do município em atender as exigências da LDB, o que favoreceu, posteriormente, a promoção funcional de acordo com o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério.

### 5.1.3. Programas e Projetos: Pedagógico didático-curricular

Na educação municipal pública santarena foi desenvolvido, neste período, o Programa de Gestão Municipal e Escolar - Escola Campeã, uma aliança social estratégica, firmada entre o Instituto Airton Senna - IAS e a Fundação Banco do Brasil - FBB.

Em virtude da carência de fontes documentais na SEMED, principalmente, desta primeira gestão municipal, não se pôde registrar outros programas e projetos que foram desenvolvidos pela secretaria com o objetivo didático-curricular.

## 5.2 PROGRAMAS E PROJETOS (2005-2008)

Esta gestão teve, como uma de suas ações na Política educacional, o Programa Escola da Gente em 2005, que procurou “fomentar na comunidade escolar o cultivo de valores como a ética, o diálogo, a cidadania, a convivência com as diferenças, a promoção da cultura da paz e da não-violência” (SANTARÉM, 2005, p.12). Acrescentam-se, também, outras ações e projetos que estavam articulados a este programa governamental, tais como: Projetos de Esporte e Lazer nas escolas, Projeto Arte na Escola da Gente, Projeto Saúde do Escolar, Projeto Cidadania Viva e Projeto Rede Educomunicativa.

No lapso temporal apresentado na tabela abaixo constata-se um crescente aumento da aprovação e uma significativa redução no índice de evasão.

Acredita-se que estes avanços podem ter sido materializados pelo acompanhamento da frequência escolar, que era uma exigência do programa de distribuição de renda do governo federal, pelo aumento de construções, pelas reformas e ampliações de prédios escolares e por outros programas que buscavam a permanência da criança e do adolescente na escola, como: o Mais Educação, a criação de mais conselhos escolares por meio do Programa de Fortalecimento dos Conselhos escolares, a entrega, principalmente nas escolas do campo, de transporte escolar, a política de alimentação escolar e as atividades artísticas do Projeto Arte na Escola da Gente<sup>30</sup>.

**Tabela 25** - Indicadores da Rede Municipal de Ensino (aprovação e evasão)

INDICADORES	APROVAÇÃO	EVASÃO
2005	84,6%	3,4%
2006	84,3%	3,0%
2007	85,9%	2,4%
2008	88,2%	1,7%

**Fonte:** Elaborado pela autora com base no Informativo da Assessoria de Comunicação (2012).

Neste período, programas e projetos foram implementados nas escolas proporcionando maior espaço para a criança, o adolescente, os jovens e os idosos desenvolverem suas habilidades criativas motivadas pelas diversas linguagens artísticas. Nessa perspectiva, foi implementado o projeto Arte na Escola da Gente desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Santarém, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, com o objetivo de tornar a escola um espaço aberto visando a promoção da Cultura da Paz. O projeto abordava as linguagens artísticas como a dança, o teatro, a música, as artes plásticas, a poesia, a literatura infantil, o mosaico, a cerâmica, o artesanato, vinculando ações com o trinômio a família, a escola e a comunidade.

<sup>30</sup> Estímulo, descobertas, talentos, criatividade: são esses alguns dos resultados do Projeto Arte na Escola da Gente, implantado em abril de 2005, em escolas da Rede Municipal de Ensino. No primeiro semestre do ano, 575 alunos e alunas foram atendidos com oficinas de dança regional, dança contemporânea, teatro, artes plásticas e canto regional [...]. O Arte na escola da gente surgiu da sensibilidade pedagógica da Professora Lucineide Gonçalves Pinheiro, quando, pesquisando a realidade da violência no espaço escolar, assim como a necessidade de ações para prevenir e combater o problema, implementou o projeto de Extensão Arte de Viver do Campus da Universidade Federal do Pará em Santarém, nos anos de 2003 e 2004, junto a crianças do bairro do Caranazal. E, à frente da SEMED, a Professora Lucineide quis ampliar para os alunos e as alunas da Rede Municipal de Ensino a ideia que deu certo (REVISTA EDUCAÇÃO NA CIDADE DA GENTE, 2005, p.20-21).

Em relação ao atendimento dos alunos, professores e comunitários da zona rural, o projeto realizava as Caravanas de Arte e Educação integradas com o Projeto Casinha de Leitura. Essas Caravanas do Projeto Arte na Escola da Gente proporcionavam a realização de oficinas de arte e educação com o intuito de utilizar o espaço escolar e entorno como local de criação e manifestação artística aberta a toda comunidade. Esta ação sócio-educativa-cultural oportunizava à comunidade assim como aos agentes escolares envolvidos a autovalorização e o autoconhecimento dos povos ribeirinhos, comunidades indígenas, quilombolas e povos da floresta. Assim, se consolidava uma política educacional local que favorecia o desenvolvimento da criticidade, da cidadania e a valorização da diversidade cultural dos povos Amazônidas.

Quadro 15- Programas e Projetos na Gestão de 2005-2008

SUBCATEGORIA	NÍVEL	PROGRAMA E PROJETO	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO	PARCERIAS
Formação e Qualificação docente	Ed. Infantil E. Fundamental	Casinha de Leitura	-Realizar capacitações aos professores da educação infantil e séries iniciais com atividade de estímulo e fomento para o gosto da leitura	Professores	-Sociedade Bíblica do Brasil -Associação Vagalume
		Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública	-Formar em nível de especialização ( <i>latu sensu</i> ) gestores educacionais efetivos, inclusive aqueles da EJA, de educação especial e educação profissional; -Contribuir com a qualificação dos gestores escolar com a perspectiva da gestão democracia e da efetivação do direito à educação escolar com qualidade social;	Gestores e professores efetivos	- PDE/MEC - UFOPA
Pedagógico Didático Curricular	Ed. Infantil e E. Fundamental	Programa Escola da Gente (Projetos de Esporte e Lazer nas Escolas; Arte na Escola da Gente; Saúde Escolar; Cidadania Viva; Rede Educomunicativa)	-Fornecer subsídios para o exercício da cidadania; -Promover a Cultura da Paz através das linguagens artísticas; -Incentivar o processo de inserção das famílias na escola; -Combater a violência e favorecer a solidariedade entre as escolas através da prática do esporte e lazer; -Promover, pela educação, a melhoria da qualidade de vida das crianças, através de ações voltadas para a alimentação e prevenção na área de saúde.	Professores, alunos, família e a comunidade local	Entre as secretarias municipais e patrocínio empresarial local, Ministério Federal dos Esporte
		Projeto Arte na Escola da Gente -o projeto utiliza a linguagem artística como a dança, o teatro, a música, a arte plástica, a literatura infantil, o artesanato, a literatura infantil, o artesanato, a entrelaçando a família, escola e comunidade.	-Tornar a escola um espaço aberto visando a promoção da pessoa e da cultura da paz; -Realizar Festivais para valorizar as expressões culturais e religiosas através da música; -Realizar Caravanas levando os arte-educadores ao encontro das comunidades com oficinais de arte e educação; -Realizar oficinas de artes (mosaicos) voltadas para alunos da EJA	Alunos e professores	-Secretarias municipais -Patrocínio empresarial local
		Projetos de Esporte e Lazer na Cidade e nas Escolas	-Atender os alunos do ensino fundamental com aulas de educação física e participação em projeto e programas voltados para o desenvolvimento social através das práticas esportivas; -Possibilitar a geração de novos empregos e o desenvolvimento para inúmeras atividades desportiva em vários bairros em Santarém, como os núcleos de esporte lazer; -Realizar os campeonatos de bairros; -Desenvolver colônias de férias;		-Secretarias Municipais -Ministério Federal dos Esporte

(continuação)

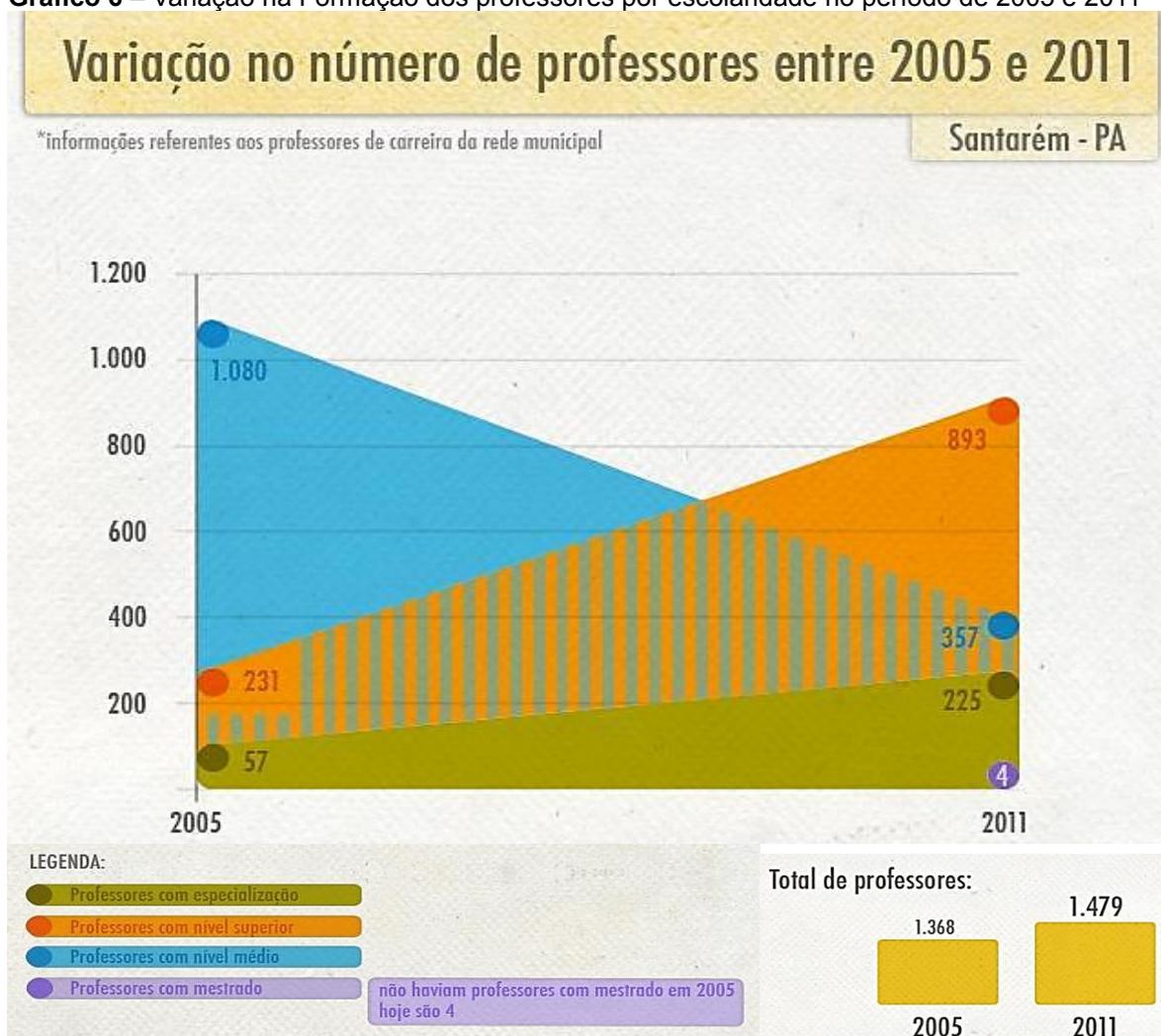
CATEGORIA	NÍVEL	PROGRAMA E PROJETO	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO	PARCERIAS
Pedagógico Didático Curricular	Ed. Infantil e E. Fundamental	Projeto Saúde Escolar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver uma política de alimentação escolar que favorecesse a alimentação natural com a variedade de cardápios;</li> <li>- Inserir produtos da agricultura familiar na alimentação escolar.</li> <li>- Promover capacitação para as serventes da rede municipal.</li> </ul>	Alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Modalidades de ensino.	FNDE/ CAE
		Projeto Cidadania Viva (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência-PROERD)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Investir na proteção e na segurança dos alunos contra as violência e droga;</li> <li>- Refletir com os alunos a necessidade de desenvolver as suas potencialidades para que ajudem a construir de maneira concreta e plena uma sociedade mais justa e segura;</li> </ul>	Alunos do Ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Polícia Militar;</li> <li>- COMDCA</li> </ul>
		Projeto Rede Educomunicativa (Rádio pela Educação). Em 2006 a SEMED assume o projeto como política pública.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar a capacitação de rede de repórteres mirins;</li> <li>- Produzir reportagens, entrevistas da própria comunidade, principalmente da região de rios e planalto;</li> </ul>	Alunos do Ensino Fundamental, professores e comunidades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diocese de Santarém;</li> <li>- Unicef</li> </ul>
		Casinha de Leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estimular o gosto pela leitura e escrita através de atividades lúdicas e educativas na rede municipal de ensino</li> </ul>	Alunos e professores	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sociedade Bíblica do Brasil</li> <li>- Associação Vagalume</li> </ul>
Rede física	Ed. Infantil	N.I	N.I	N.I	N.I
	E. Fundamental	Escola da Floresta criada em 2008 com atendimento complementar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar mudanças de práticas e valores quanto à preservação e conservação do meio ambiente, através de um espaço de compartilhamento de experiências e ações em educação ambiental junto à comunidade escolar municipal e sociedade civil organizada.</li> <li>- Promover a sensibilização e capacitação de educandos, educadores e sociedade civil organizada, através de ações socioambientais e da interação com o meio natural.</li> <li>- Atender alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública municipal e de outras redes (Pública e privada) com atividades de Educação Ambiental em diversos espaços que abrangem os ecossistemas florestais e fluviais;</li> </ul>	Alunos, professores, instituições públicas e privadas e comunidade santarena.	Convênio com a Prefeitura, Conselho Nacional dos Seringueiros.

Fonte: Informativo – Ações na rede Municipal de Ensino/2005-2011 e Revista Educação na Cidade da Gente. Elaborado pela autora (outubro, 2017).

### 5.2.1 Programas e Projetos: formação e qualificação docente (2005 a 2008)

Em 2006 foi firmado um convênio com uma instituição de ensino privada, Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES) e outra pública, Universidade Federal do Pará (UFPA), para dar continuidade aos investimentos na formação inicial dos professores efetivos da Rede Municipal de Ensino. O gráfico abaixo demonstra um salto significativo no nível de formação dos professores por escolaridade no período de 2005 e 2011 no município, sendo que estes dados foram publicados numa revista virtual intitulada: Teoria e debate.

**Gráfico 6** – Variação na Formação dos professores por escolaridade no período de 2005 e 2011



Fonte: (www.teoriaedebate.org.br (10/05/2012), acesso em 14/10/2017).

Enquanto o gráfico 6 faz uma comparação sobre a formação nos anos de 2005 e 2011, a tabela a seguir pontua, anualmente, a formação de professores da esfera municipal por escolaridade nesta gestão.

**Tabela 26** - Formação de professores da esfera municipal por escolaridade

ANO	PROF COM NÍVEL MÉDIO	PROF COM NÍVEL SUPERIOR	PROF. COM ESPECIALIZAÇÃO	PROF. COM MESTRADO	TOTAL
2005	1.080	231	57	0	1.368
2006	919	265	95	0	1.279
2007	423	746	114	0	1.283
2008	305	807	126	0	1.238

**Fonte:** Informativo- Ações na Rede Municipal de Ensino/2005-2011. Elaborado pela autora, (outubro, 2017).

Outro aspecto que deve ser mencionado sobre essa gestão é que houve, assim como na anterior, uma política de valorização salarial dos professores desde o nível médio até o superior, conforme demonstra a tabela 27, ressaltando que o cálculo foi baseado numa jornada de 40 horas semanais e mais hora/atividade.

**Tabela 27** - Valorização Salarial dos professores

ANO	PROF COM NÍVEL MÉDIO	PROF COM NÍVEL SUPERIOR	PROF. COM ESPECIALIZAÇÃO
2005	R\$ 664,40	R\$ 1.122,00	R\$ 1.346,40
2006	R\$ 770,00	R\$ 1.289,20	R\$ 1.548,80
2007	R\$ 816,00	R\$ 1.366,20	R\$ 1.639,00
2008	R\$ 873,40	R\$ 1.460,80	R\$ 1.753,40

**Fonte:** Informativo- Ações na Rede Municipal de Ensino/2005-2011. Elaborado pela autora, (2017).

Desse modo, percebeu-se que esta gestão assim como no governo do período de 2003-2004, também, houve uma política de formação inicial e valorização salarial dos professores. Porém, conforme Colares (2006, p. 83): “sabe-se que muitos professores passaram a frequentar um curso superior por forças da exigência da LDB”.

### 5.2.2. Programas e Projetos: Pedagógico didático-curricular

Foi possível constatar, neste período, programas e projetos específicos e diversificados que a administração pública executou com elementos que priorizaram a inclusão social e primaram pela permanência e sucesso do aluno na educação pública santarena. Estes estão sistematizados na seguinte tabela:

**Tabela 28** – Quantidade de Projetos Executados Pela Semed em 2005-2008

ANO	PROJETOS	QUANTIDADE DE ALUNOS	QUANTIDADE DE ESCOLAS
2005	Projeto Arte na escola da gente até 2011	53.129	NI
	Projeto de incentivo à leitura	3.864	16
	Projeto Saúde do escolar	720	15
	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência	300	5
	Projeto de Esporte e Lazer	NI	25
	Projeto Colônia de Férias até 2011	20.000	NI
2008	Projeto arte na escola da gente	12.785	NI
	Projeto Casinha de leitura	28.561	103
	Projeto Oficiarte mosaico (EJA)	55	NI
	Campeonato de Bairros de Futebol Masculino	2.000	NI

**Fonte:** Informativo- Ações na Rede Municipal de Ensino/2005-2011. Elaborado pela autora, (outubro, 2017).

Destaca-se, também, que estes projetos influenciaram a melhoria dos indicadores da Rede Municipal de Ensino, como é o caso da aprovação, que de 84,6% em 2005 aumentou para 88,2%, e o índice de evasão de 3,4% (2005) reduziu para 1,7% (2008); o IDEB em 2005: séries iniciais- 3,5, séries finais, 3,7; já em 2007, nas séries iniciais e finais foi 3,9; e, em 2009, Santarém alcançou a média 4,2 nas séries iniciais ultrapassando a meta projetada pelo Ministério da Educação que era 3,9, destacando que nas séries finais obteve-se a média 3,9.

Além desses fatores, percebeu-se que houve uma política pública preocupada com a situação de vulnerabilidade e risco social de crianças e adolescentes, e investiu-se em atividades voltadas ao lazer e esporte nas praças públicas, o que pôde ser constatado pelo desenvolvimento do Projeto Cidadania Viva – Proerd – assinatura do termo de cooperação em 2006.

### 5.3 PROGRAMAS E PROJETOS (2009-2012)

No período de 2005 a 2009 foram realizados os Festivais de Músicas Arte na Escola da Gente, que revelou talentos nas escolas da zona urbana e da zona rural. Com os festivais, os alunos conheceram músicas e autores da região, pesquisaram letras e histórias de canções da Música Popular Brasileira e de cantores locais-regionais, valorizaram expressões culturais e religiosas através da música.

O rendimento escolar dos alunos da Rede Pública Municipal apresenta dados que atestam a melhoria do ensino nas escolas municipais de Santarém. Em 2009, o índice de aprovação aumentou 1,5% em relação ao ano de 2008, pois de 88,2% passou para 89,7%. Quanto ao índice de reprovados, em 2009 o percentual foi de 8,5%, contra 10,1% em 2008, representando uma queda de 1,6%, conforme os dados do setor de estatística da Secretaria Municipal de Educação (SEMED, 2017).

De 2005 a 2009 os dados apresentam a evolução do rendimento escolar nos últimos anos. Houve aumento na aprovação em 5,1%, e redução no número de reprovados em 3,5%. Ainda é importante ressaltar que nesse período houve redução no número de evasão escolar, já que em 2005 o percentual era de 3,4 e em 2009 foi de 1,8.

Esses resultados são atribuídos à política educacional do Ministério da Educação, do Governo Federal, assegurados e reforçados pelo Governo Municipal. A Prefeitura de Santarém, através da Semed, é reconhecida por seus projetos e ações de incentivo à leitura, das políticas de inclusão, de valorização ao esporte e ao lazer, de incentivo da arte no ensino, de cuidado com o meio ambiente e de promoção da cultura da paz.

Essas ações estão presentes na formação dos educadores, na gestão participativa, na melhoria da infraestrutura das escolas, na alimentação e no transporte escolar, além dos projetos e programas educacionais. Entre eles há o destaque para o Arte na Escola da Gente, Casinha de Leitura, Brasil Alfabetizado, Projovem Urbano, dentre outros, que são realidade no dia a dia das escolas de Santarém. (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO/SEMED, 2009).

De 2005 a 2011 foi desenvolvido o Programa Nacional de Transporte Escolar que favoreceu principalmente o acesso à Educação Básica de crianças e adolescentes no enfrentamento da diversidade geográfica para chegarem às escolas da região de rios e planalto. De 72 rotas, atendendo 2.338 alunos, passou para 239 beneficiando 6.038 alunos.

Outro programa, que implantou um hábito de alimentação saudável para os alunos do município, foi o Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE) com produtos da agricultura familiar, que serviu um total de 85.440.400 refeições até 2011.

O quadro 16 resume todos os programas, projetos desenvolvidos nesta gestão desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental, com o objetivo de pontuar as políticas educacionais repassadas do governo federal e outros do poder

local que buscavam a universalização do ensino e a melhoria da qualidade da educação.

**Quadro 16 - Programas e Projetos na Gestão de 2009-2012**

SUBCATEGORIA	NÍVEL	PROGRAMA E PROJETO	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO	PARECERIAS
Formação e Qualificação docente	Ed. Infantil e E. Fundamental	Projeto EDUCIMAT- Educação de Ciências e Matemática	-Proporcionar a troca de experiências entre profissionais que atuam na Educação básica na área de Ciências e Matemática na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental e ciências do 6º ao 9º ano.	Professores	UFPA - Clube de Ciências.
	E. Fundamental	Informática educativa - PROINFO (Programa Nacional de Tecnologia Educacional)	- Promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica, além de levar recursos digitais e conteúdos educacionais; - Entregar computadores, impressoras e estabilizadores para as escolas da área urbana e rural.	Alunos e professores	PROINFO
		PRÓ-LETRAMENTO	- Proporcionar formação continuada para professores nas áreas de alfabetização e linguagem e matemática;	Professores	MEC
Pedagógico Didático Curricular	Ed. Infantil	Formações continuadas para os professores da rede e coordenadores pedagógicos promovidos pela Rede Vencer	-Promover a construção da proposta pedagógica da Rede Municipal de Ensino da Educação Infantil; - Desenvolver atividades e metodologias adequadas para a Educação Infantil.	Professores, Coordenadores	-Instituto Ayrton Senna, -MEC
	E. Fundamental	Programa Mais Educação	- Garantir a ampliação de tempos e espaços educativos oferecendo a ampliação de tempo e espaços educativos oferecendo ao aluno de 07 a 08 horas de atividades diárias que estimulem o saber, promovam a sociabilidade e fortaleçam a cultura da paz no ambiente escolar e comunitário.	Alunos	Governo Federal/MEC.
Rede física	Ed. Infantil	Escola do Parque - criada em 2010 com atendimento complementar	- Sensibilizar a comunidade escolar e sociedade civil organizada por meio de atividades pedagógicas em Educação Ambiental, incentivando-os a mudanças de postura e valores quanto à preservação e conservação do meio ambiente. - Promover a formação continuada dos professores e técnicos das escolas municipais da zona urbana. - Fomentar a valorização da cultura local;	Alunos da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, professores e técnicos das escolas da rede urbana.	Não houve
		Plano de ações articuladas	- Construir creches e espaços adequados para o atendimento das crianças. - Promover formação continuada para os profissionais da educação Infantil.	Alunos da educação Infantil	FNDE/PAR
	E. Fundamental	Escola de Tempo Integral Frei Fabiano Merz (2011 na zona urbana) e Irmã Dorothy Mae Stang (2012 na zona rural)	- Promover a educação de tempo integral aliando o aprendizado em sala de aula à atividade extracurricular;	Alunos do 1º ao 5º ano.	FNDE/MEC

**Fonte:** Informativo - Ações na Rede Municipal de Ensino/2005-2011 e Revista Educação na Cidade da Gente (2005). Elaborado pela autora (outubro, 2017).

O quadro 16 apontou que a gestão desenvolvida pela Semed entre 2009-2012 efetivou uma política educacional que priorizou programas e projetos que atenderam ao mesmo tempo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Esses programas, projetos e ações pleiteavam as metas a seguir:

- Não deixar nenhuma criança sem escola;
- Primar pela qualidade da educação, investindo no professor e dotando as escolas de modernas técnicas pedagógicas;
- Toda criança das séries iniciais na Rede Municipal sabendo ler, escrever e interpretar;
- Abrir cursos de educação de adultos para aqueles que não tiveram oportunidade de estudar em idade própria, diminuindo o analfabetismo;
- Construir e ampliar escolas de acordo com a necessidade de matrículas;
- Adequar a educação municipal às diretrizes da educação nacional;
- Dotar as escolas com recursos orçamentários para sua manutenção. (SANTARÉM; 2005, p. 35).

Os dados das subcategorias de formação/qualificação docente e pedagógico-didático curricular estão delineados com mais detalhes nos seguintes tópicos: 5.3.1. e 5.3.2.

### **5.3.1 Programas e projetos: Formação e qualificação docente**

Desde 2009, um programa de formação continuada que proporcionou a troca de experiências entre os professores da Educação Infantil até o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano foi o EDUCIMAT (Educação de Ciências e Matemática) que atendeu 362 educadores. Outro programa de formação contínua do governo federal em parceria com o MEC efetivado foi o Pró-letramento (Programa de Formação continuada de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental) que atendeu 1.558 professores nas áreas de Alfabetização, Linguagem e Matemática.

Para atender à diversidade na zona rural foi desenvolvido o programa escola ativa com o objetivo de melhorar a qualidade de desempenho escolar em classes multisseriadas, fornecendo a formação para 367 professores. Neste programa, foram beneficiados 5.685 alunos em 298 escolas.

O Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública fazia parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em parceria com a UFOPA, fornecendo subsídios sobre gestão democrática e efetivação do

direito à educação escolar com qualidade social. Este programa atendeu 242 gestores efetivos em nível de especialização *lato sensu* da rede municipal de ensino.

Sobre a política de formação e progressão funcional, visualiza-se a tabela abaixo.

**Tabela 29-** Números da Formação e Progressão dos Professores

ANO	PROF COM NÍVEL MÉDIO	PROF COM NÍVEL SUPERIOR	PROF. COM ESPECIALIZAÇÃO	PROF. COM MESTRADO	TOTAL
2009	289	849	141	00	1.279
2010	403	1.280	181	01	1.865
2011	357	808	225	04	1.394
2012	NI	1.626	84	NI	1.710

**Fonte:** Informativo - Ações na Rede Municipal de Ensino/2005-2011. Elaborado pela autora (outubro, 2017). Sobre o ano de 2012, os dados não foram informados (NI).

Sobre a valorização salarial foi possível, por análise documental, registrar as seguintes informações:

**Tabela 30 -** Valorização Salarial dos Professores

ANO	PROF COM NÍVEL MÉDIO	PROF COM NÍVEL SUPERIOR	PROF. COM ESPECIALIZAÇÃO
2009	R\$ 1.053,60	R\$ 1.684,80	R\$ 2.022,00
2010	R\$ 1.125,60	R\$ 1.987,20	R\$ 2.383,20
2011	R\$ 1.457,60	R\$ 2.280,00	R\$ 2.736,00
2012	NI	NI	NI

**Fonte:** Informativo- Ações na Rede Municipal de Ensino/2005-2011. Elaborado pela autora, (2017). NI (Não informado).

Tendo como base a formação e a valorização profissional nesta gestão, preceitua-se que a quantidade de professores leigos, principalmente, na zona rural foi reduzindo gradativamente. Supõe-se que pode ser um dos fatores que contribuiu para o aumento dos índices de aprovação de 84,6% em 2005 para 90,4% em 2011. Os indicadores de evasão escolar decaíram de 3,4% em 2005 para 1,1% em 2011 (INFORMATIVO/ 2005-2011).

### 5.3.2. Programas e Projetos: Pedagógico didático-curricular

Tendo como objetivo a permanência do aluno por mais tempo na escola e o aumento da sua aprendizagem, houve a continuidade de projetos criados e executados na gestão anterior. Dessa forma, o quadro demonstra os projetos municipais e federais implementados na reeleição da Prefeita Maria do Carmo Martins Lima.

**Quadro 17** - Programas e Projetos Desenvolvidos pela SEMED (2005 a 2011)

<b>Programas e Projetos Instituídos</b>	<b>Programas e Projetos em Parceria Com o Governo Federal, Universidades e outros Órgãos</b>	<b>Ações/ Atividades da Semed</b>
<p>-Programa Escola da Gente;</p> <p>-Projeto Arte na Escola da Gente;</p> <p>-Programa Segundo tempo;</p> <p>-Projeto Casinha de leitura;</p> <p>-Projeto Arte para Diversidade (Educação Especial/ inclusiva);</p> <p>-Programa Esporte e Lazer da Cidade;</p> <p>-Programa Bolsa Atleta;</p> <p>-Projeto Colônia de Férias;</p> <p>-Programa de Projeto Música nas escolas (Assessoria de Esporte e Lazer);</p>	<p>-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica- FUNDEB;</p> <p>-Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE;</p> <p>-Programa Nacional do Transporte Escolar- PNATE;</p> <p>-Programa Escola Ativa (Classes Multisseriadas);</p> <p>-Programa Nacional da Escola de Gestores da Educação Básica Pública (Especialização <i>latu sensu</i>- Gestores efetivos);</p> <p>-Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO);</p> <p>-Programa Um computador por aluno- PROUCA;</p> <p>-O Programa EDUCIMAT foi coordenado e desenvolvido pelo NÚCLEO PEDAGÓGICO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO – NPADC – da Universidade Federal do Pará, que integrava a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica (MEC-SEB);</p> <p>-Programa Mais Educação;</p> <p>-Programa Brasil Alfabetizado;</p> <p>-Projovem Urbano;</p> <p>-Programa de Educação Fiscal - SEFA, SEDUC, e SRF;</p> <p>-Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Polícia Militar do Pará (PROERD);</p> <p>-Programa de Formação continuada de Professores das séries iniciais do Ensino Fundamental (Pró-Letramento) em parceria com o MEC;</p> <p>-Projeto Política Pública - com a Expedição Vagalume;</p> <p>-Programa de Gestão - em parceria com o Instituto Ayrton Senna.</p>	<p>-Educação Inclusiva;</p> <p>Agenda 21 nas Escolas;</p> <p>-Projeto Horta na Escola (ação do PDDE interativo- Escola Sustentável);</p> <p>-Escola da floresta;</p> <p>-Escola do Parque;</p> <p>-Coordenação da Educação Indígena e Coordenação de Educação</p> <p>Etniocorracial;</p> <p>-Procel - em parceria com a Eletronorte;</p> <p>-I Colóquio sobre o Ensino Fundamental de 09 anos com parceria com SEB/ COEF/MEC em 2008.</p> <p>-Implantação do Ensino Fundamental de 9 anos com a matriz curricular por meio da aprovação pelo CME/STM da Resolução Nº001 de 13 de novembro de 2008.</p> <p>-Inauguração do Centro de Educação Infantil Paulo Freire (dezembro de 2012)</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora com base no Projeto Político Pedagógico Institucional (2008), no Informativo intitulado: Ações da Rede Municipal de Ensino/2005-2011 da Assessoria de Comunicação (2012), e no encadernado de Resoluções do Conselho Municipal de Educação de Santarém (2008, 2009, 2010, 2011).

A diferença deste quadro 17 em relação aos demais, apresentados na Seção 5, está no acréscimo de ações rotineiras que a SEMED desenvolvia até chegar às instituições escolares, e um resumo da periodização de 2005 e 2011 já que não foi possível destacar os objetivos de todos os programas, projetos e ações por ausência de registro documental.

#### 5.4 PROGRAMAS E PROJETOS (2013 – 2016)

O quadro 18 demonstra a sistematização das políticas públicas educacionais criadas e as que deram continuidade do governo passado com algumas alterações de nomenclatura na gestão de 2013 a 2016 enfatizando, ainda, as institucionalizadas pelo governo federal ou em parcerias com outras instituições.

**Quadro 18 - Programas e Projetos Desenvolvidos pela SEMED (2013 a 2016)**

<b>Programas e Projetos Instituídos pela Semed</b>	<b>Programas e Projetos em Parceria Com o Governo Federal, Universidades e Outros Órgãos</b>	<b>Ações/Atividades da Semed</b>
<p>-Projeto Lúdico Literário Ciranda de Artes; -Escola de Artes- Prof. Emir Hermes Bemerguy;</p>	<p>-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica- FUNDEB; -Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa- PNAIC (Formação continuada para professores do ciclo de alfabetização-1º ao 3º ano); -Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR); -Plano de ações articuladas- PAR; -Programas do PDDE interativo: Água na escola, Escola sustentável e Escola do Campo; -Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE; -Programa Nacional de Apoio ao Transporte escolar- PNAT; -Programa Caminhos da escola; PROINFÂNCIA (creches); -Programa Escola da terra (Classes Multisseriadas); -Programa Escola Ativa; -Programa Mais Educação; -Programa Brasil Alfabetizado- PBA; -Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE; -Programa Saúde na escola- PSE; -Projovem Urbano e Projovem campo; -Programa de Educação Fiscal - SEFA, SEDUC, e SRF; -Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Polícia Militar do Pará (PROERD); -Programa de Formação continuada de Professores das séries iniciais do Ensino Fundamental (Pró-Letramento) em parceria com o MEC; -Programa de Gestão Nota 10/ Correção de fluxo escolar (Se liga e Acelera Brasil) - em parceria com o Instituto Ayrton Senna; -Programa AABB comunidade; -Projeto Política Pública - com a Expedição Vaga-lume; -Projeto Educomunicativo “Rádio pela educação” (Rádio Rural e SEMED); -Projeto Presença (Bolsa Família)</p>	<p>-Por uma inclusão familiar; EJA Inclusiva; -Coordenação de Educação e Trânsito (SMT/SEMED/PRF); -Fórum Municipal de Educação foi instituído pela Portaria Nº 207/2013;  -Setor de atendimento Psicossocial.</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em Relatórios da SEMED (2013, 2014, 2015 e 2016).

Foi necessário o registro em dois quadros nesta subseção por não se ter tido acesso às informações necessárias para a sistematização conforme os quadros anteriores dispostos na seção 5, em que se enfatiza a categoria de análise e suas consequentes subcategorias. Sendo assim, o quadro 18 explicita todos os programas, projetos e ações desenvolvidos pela política local e os que o município aderiu do governo federal, enquanto o quadro a seguir apresenta alguns programas e projetos mais pontuais que favoreceram melhorias nos indicadores educacionais da esfera municipal.

Quadro 19 - Programas e Projetos na Gestão de 2013-2016

SUBCATEGORIA	NÍVEL	PROGRAMA E PROJETO	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO	PARCERIAS
Formação e Qualificação docente	Ed. Infantil	-Projetos Baby chá de Bebê Solidário e Unindo grandes tesouros em prol do amor ao próximo; -Encontros formativos e motivacionais -I Jornada Pedagógica: Saberes e sabores na Prática de Educação Infantil -Semana do Bebê	NI	Professores e Coordenadores de Unidade Municipal de Educação Infantil- UMEI e Espaço Municipal de Educação Infantil- EMEI.	SEMED, SEMTRAS e Consultoria do MEC
	Ed. Infantil e E. Fundam	Projeto Lúdico Literário- Ciranda de Artes	-Subsidiar a escola em sua prática pedagógica, auxiliando na formação continuada do professor, por meio de palestras e oficinas e no desenvolvimento sociocultural do aluno através de atividades artístico-literária.	Gestores, Professores e alunos da educação Infantil, do Ensino Fundamental e EJA, Pais e Comunidade.	Sociedade Bíblica do Brasil-SBB, Expedição Vaga-lume e Secretarias locais.
	E. Fundam	PNAIC (Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa)	-Promover formação continuada para os professores do ciclo de alfabetização. (1º ao 3º ano do Ensino Fundamental) para atender a Meta 5 do PNE.	Professores Alfabetizadores da Rede Municipal de Ensino.	MEC
		PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica)	-Coordenar e executar as ações proposta pela CAPES através da plataforma Freire;	Professores e gestores	-Escola de Gestores, -MEC; -universidades
		Projeto Rios Voadores	-Divulgar para população do centro urbana a contribuição da floresta amazônica para abastecer os recursos hídricos brasileiro.	Professores da zona rural	Família e comunidade
		Programa Gestão Nota 10	- promover formação continuada para gestores como o Instituto Ayrton Senna; - Realizar reuniões periódicas com os gestores para avaliar as atividades desenvolvidas e fazer as intervenções devidas;	Gestores	Instituto Ayrton Senna

(Continuação)

SUBCATEGORIA	NÍVEL	PROGRAMA E PROJETO	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO	PARCERIAS
Formação e Qualificação docente	E. Fundam	Programa Circuito Campeão	- Realizar visitas de acompanhamento pedagógicos dos coordenadores escolares dos programas nas escolas; - Promover formação continuadas aos pedagogos e acompanhamento do processo de leitura, escrita, cálculo simples e livros de lidos nas turmas do 1ª ano.	Pedagogo	Instituto Ayrton Senna
		Programa Correção de Fluxo (Projeto Acelera e Se liga)	- Promover formação inicial com técnicos do Instituto Ayrton Senna para o acompanhamento dos alunos defasados alfabetizados e não alfabetizado	Professores, pedagogos e supervisores da SEMED	Instituto Ayrton Senna
		PROERD	Sem alterações	Sem alterações	Sem alterações
		PRÓ-LETRAMENTO	Sem alterações	Sem alterações	Sem alterações
Pedagógico, Didático-Curricular	Ed. Infantil	NI	NI	NI	NI
	E. Fundam.	Projeto Rádio pela Educação	Sem alterações	Sem alterações	Sem alterações
		Programa de Educação Fiscal	- Estimular a participação social do cidadão por meio do entendimento da gestão democrática dos recursos públicos, da função socioeconômica dos tributos e do exercício do controle social.	Alunos	SEFA, SEDUC, Tribunal de Conta, Procon, SRF, Secretaria Municipal de Finanças e de Esporte e Lazer.
	Ed. Infantil e Ensino Fundam.	Projeto Plantando Rios na Escola do Campo	- Reconhecer a necessidade de arborização na comunidade, como alternativa da qualidade de vida;	Alunos, professores, pedagogos.	Família e comunidade
Rede física	Ensino Fundam.	Escola Municipal de Arte Professor Emir Hermes Bemerguy (2014)	- Oportunizar e estimular o conhecimento das linguagens artísticas: da música, da dança, do teatro e artes plásticas para valorização da cultura na formação do cidadão;	Alunos, comunidade	FNDE, parcerias locais com o Instituto CR-Centro de Artes da Amazônia
	Ed. Infantil e Ensino Fundam.	Creches e escolas cadastradas no PAR (Plano de ações Articuladas)	- Construir, ampliar, reformar escolas; - Construir creches tipo b, c metodologia inovadora e tipo c método convencional; - Construir quadras escolares cobertas com vestiário e quadras pequenas.	Crianças e alunos da Rede Municipal de Ensino.	FNDE

Fonte: Relatórios da SEMED de 2013, 2014, 2015 e 2016. Elaborado pela autora (2017). A sigla NI significa não informado.

Neste governo, a Semed apresentou a excelência, a humanização, o compromisso e a proatividade como os valores norteadores da educação, com a seguinte visão: “Ser referência no Estado do Pará como rede de ensino que oferece educação pública de qualidade com excelência para todos”. E como Missão ressaltou: “Gerenciar o sistema de educação pública do município, implementando ações positivas com a efetivação de políticas públicas voltadas para a promoção humana”. Acrescenta-se, também, os princípios filosóficos, tais como: promover a equidade social, gestão democrática, a fim de ampliar o conhecimento sobre as formas de promover a participação coletiva nas escolas, bem como provocar reflexão sobre sua prática pedagógica. (RELATÓRIOS/SEMED, 2013 a 2016).

#### 5.4.1 Programas e projetos: Formação e qualificação docente

Os programas e projetos efetivados para atender os professores e gestores da rede municipal de ensino na perspectiva da formação e qualificação docente em nível superior e especializações (Latu Sensu) neste governo foram:

- Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, por meio das inscrições na Plataforma Freire com oferta de cursos pela UFOPA, UEPA, UFPA e UFRA;

- Programa Escola de Gestores em parceria com a UFOPA;

Em relação aos dados de formação e valorização dos professores, observa-se os dados na tabela 31:

**Tabela 31** - Formação/ Valorização dos Professores

ANOS	PROF COM NÍVEL SUPERIOR	PROF. COM ESPECIALIZAÇÃO	PROF. COM MESTRADO	PROF. COM DOUTORADO	TOTAL
2013	1.483	108	NI	NI	1.591
2014	1.619	169	NI	NI	1.788
2015	1.679	202	01	0	1.882
2016	1.741	207	0	0	1.948

**Fonte:** Os dados de nível superior e especialização foram retirados do NPD/ Coordenação de Estatística em 10/08/2017; SINPROSAN e Coordenadoria Executiva de administração (09/2017). Elaborado pela autora em outubro, 2017. NI (Não identificado).

Registram-se, por meio dos relatórios da SEMED de 2013 a 2016, programas, encontros de formação continuada ofertados pelo governo federal e local, tais como:

- Formações do Programa da Rede Vencer para gestores, professores e pedagogos com o objetivo de acompanhar os indicadores de sucesso;
- Encontros de formações continuada ofertadas pelos assessores de educação do Campo (Rios e Planalto)<sup>31</sup>, coordenadores da Educação Especial/Inclusiva, da Educação Ambiental, de Estatística, de Educação Física Escolar, Coordenação da Educação e Diversidade Etnicorracial, de Educação Escolar Indígena e Divisões de Educação Infantil, de Educação de Jovens e Adultos;
- Programa Formação pela Escola na modalidade à distância em parceria com o FNDE;
- PROJOVEM Urbano (Projetos: “De mãos dadas com a comunidade” e “Praia Limpa”).
- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC;
- Programa escola ativa para coordenadores pedagógicos da SEMED por módulos e encontros de formação continuada para professores que atendiam classes multisseriadas;
- Programa Escola da Terra para professores das escolas do campo (Zona rural);
- Projeto Ciranda de Artes com oficinas voltadas para professores, gestores e alunos com atividades artístico-literária organizadas em núcleos (Núcleo permanente, o livro e leitura itinerante);

Enfatiza-se que os dados sobre a formação de professores a nível de Pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) foram contabilizados por meio de planilhas de profissionais da educação que receberam a progressão vertical (profissionais enquadrados por escolaridade) fornecidas pelo SINPROSAN e pela Coordenadoria Executiva de Administração da Prefeitura Municipal de Santarém à comissão coordenadora de monitoramento do Plano Municipal de Educação de Santarém em outubro de 2017. Acrescenta-se, também, que desde este período não houve interesse da administração pública no deferimento de licença-estudo para professores dos anos iniciais, pedagogos, que atualmente estão cursando Mestrado e Doutorado, tanto em Santarém, pela UFOPA, quanto em outro estado e outros

---

<sup>31</sup> Destaca-se que no último ano (2012) da gestão da Prefeita Maria do Carmo Martins foi criado o Fórum de educação do campo e, na subdivisão de regiões de Rios e Planalto, passaram a ser designadas com a nomenclatura de Assessoria do Campo com o objetivo de executar a política de educação do campo. Sendo que no governo do Alexandre Raimundo de Vasconcelos Wanghon identificou-se a continuidade desta política.

países, fato este que é assegurado no Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do grupo Magistério da Rede Municipal de Ensino - Lei Nº 17.246/2002.

#### **5.4.2. Programas e Projetos: pedagógico didático-curricular**

Sobre esse aspecto, a maior parte dos programas e projetos executados como política local, voltados para a dimensão didático-curricular, foram os programas federais sistematizados no item 4.4.4.

Dando ênfase aos projetos implementados nesta gestão como uma política local, pôde-se inferir do Relatório da SEMED/2016 somente o Projeto Lúdico Literário Ciranda de Artes, que atendeu, em 2016, 128 escolas, Unidades Municipais de Educação Infantil, assim como escolas particulares com atividades lúdico-recreativas para um total de 10.971 pessoas. Acrescenta-se que este projeto é aberto também para a comunidade local.

Neste período, o município recebeu as seguintes premiações e reconhecimentos:

1. Selo UNICEF 2013-2016;
2. O grupo municipal de Educação Fiscal de Santarém lançou o 1º Prêmio de Educação Fiscal do Brasil, sendo que 16 escolas participaram do concurso;
3. Prêmio Itaúsocial/UNICEF ao Projeto Educomunicativo “Rádio pela Educação de Santarém”;
4. Projeto Vaga Lume chegou em Israel com o Projeto Piloto do Programa Rede Internacional.
5. Programa Rede Internacional. Troca de cartas entre alunos da comunidade São Braz com a escola democrática Kehila em Israel, sendo o primeiro par de troca formado pela Comunidade São Braz (Santarém,PA) e a escola Democrática Kehila;
6. A Revista Exame disponível online publicou uma reportagem sobre as escolas que se destacaram reduzindo custos per capita por aluno e aumentando a média de pontos no IDEB;
7. Reconhecimento do Pacto pela Educação do Pará (SISPAE);
8. Rio mais 20 e a Instituição Vila Viva de Alter do Chão participaram do Projeto Carta das Crianças para a Terra” promovido pela Fundação Xuxa Meneghel.

9. Olimpíadas Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP 2014/2016. Em 2014: Nossa Senhora de Fátima – Anã e em 2015: Escolas Municipais Maria de Lourdes Almeida e Ubaldo Corrêa receberam medalhas de bronze nos níveis I e II.

10. Olimpíada internacional sem fronteiras - rede POC: a Escola Maria de Lourdes foi agraciada com medalha de bronze e medalha de prata;

11. Olimpíadas de Língua Portuguesa: Escolas Municipais Haroldo Veloso, Tereza Neuma, Luíz Antônio Almeida, Deputado Ubaldo Corrêa, Tereza Neuma, Nossa Senhora de Fátima- Anã, Izidoro Amaral. (RELATÓRIO/SEMED, 2016).

## 5.5 PROGRAMAS E PROJETOS: REDE FÍSICA

Sobre esta subseção, ressalta-se que não foi possível desenvolvê-la de acordo com as divisões cronológicas do objeto estudado por falta de documentos e relatórios na SEMED que permitissem as inferências analíticas adequadas, assim como a sistematização dos dados conforme a descrição que foi adotada nos itens anteriores.

### 5.5.1 Rede Física na Gestão de 2003 - 2004

Ao longo do governo de Lira Maia ocorreram várias construções, ampliações e reformas que trouxeram melhorias para a rede física e para o ensino/aprendizagem da educação pública. Sobre a Rede Física, Santos (2006) revela que depois que foi instituída a parceria com o Programa de Gestão escolar e municipal (Escola Campeã), alguns resultados foram alcançados na gestão municipal, sendo um deles a melhoria do atendimento escolar na Rede Física com a construção de 222 escolas e a ampliação e reforma de 81 escolas, levando em consideração o padrão mínimo de estrutura física estabelecido pela SEMED, conforme demonstram as tabelas abaixo.

**Tabela 32** - Quantidade de Escolas Construídas

ANO	Nº ESCOLAS CONSTRUÍDAS CIDADE	Nº ESCOLAS CONSTRUÍDAS PLANALTO	Nº ESCOLAS CONSTRUÍDAS RIOS	TOTAL
2003	NI	NI	NI	NI
<b>2004</b>	<b>25</b>	<b>88</b>	<b>109</b>	<b>222</b>

Fonte: Direção de ensino (2017). NI (Não informado)

**Tabela 33** - Quantidade de Escolas Ampliadas e Reformadas

ANO	Nº ESCOLAS AMPLIADAS/ REFORMADAS CIDADE	Nº ESCOLAS AMPLIADAS/ REFORMADAS PLANALTO	Nº ESCOLAS AMPLIADAS/ REFORMADAS RIOS	TOTAL
2003	NI	NI	NI	NI
2004	13	32	36	81

Fonte: Direção de ensino (2017). NI (Não informado).

Em suma, nesta gestão não se teve acesso aos registros documentais referentes ao ano de 2003 da subcategoria rede física, o que impossibilitou a análise deste dado que assevera os dois últimos anos deste governo municipal.

### 5.5.2 Rede Física na Gestão de 2005-2012

Na gestão da Prefeita Maria do Carmo Martins, por meio da efetivação da dimensão de infraestrutura física e recursos pedagógicos do Plano de Ações Articuladas (PAR) em 2007, percebeu-se um avanço no que se refere à construção de mais escolas, principalmente para a Região do Campo (Planalto e Rios). Sobre o PAR, é necessário frisar que:

[...], a elaboração do PAR finda por obstaculizar a formulação de políticas autônomas e por reduzir o espaço de tomada de decisões na instância municipal. Ratifica-se, portanto, o entendimento de que o discurso da descentralização constitui uma estratégia do Governo Federal, voltada para o objetivo de formar consensos em torno das políticas por ele elaboradas e implementadas verticalmente. (RODRIGUES; ARAÚJO; SOUZA; AZEVEDO, SOUSA, 2013, p. 212).

Por outro prisma, o Plano de Ações Articuladas se caracteriza como uma política educacional descentralizadora que prioriza ações integradas e planejadas de forma sistêmica para a educação básica no Sistema Municipal de Ensino. Esse plano tem como objetivo facilitar o cumprimento das metas estabelecidas no PDE, reduzindo possivelmente as desigualdades sociais e educacionais considerando as disparidades territoriais brasileiras. No entanto, essa política foi definida pelo MEC

para os municípios, os quais possuem uma autonomia relativa no que se refere às prioridades elencadas e inseridas no PAR. Ganzeli destaca que:

Duas medidas se destacam no compromisso na orientação da política educacional: a elaboração do Plano de ações articuladas (PAR) e a necessidade da utilização do índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme os padrões estabelecidos pelo Ministério da educação. O Par tornou-se um instrumento de ordenamento da relação entre União, vale dizer outra vez, do MEC, com os demais entes federados (2013, p. 55).

Apesar de o PAR ser caracterizado como um modelo de planejamento calcado na lógica gerencial e de uma política pública já formatada pelo Ministério da Educação, favoreceu, para a Rede Municipal de Ensino, as construções, reformas e ampliações de escolas com o intuito de resolver uma problemática de otimização da infraestrutura física, já que muitas crianças e adolescentes estudavam em salas improvisadas, embaixo de árvores ou em barracões de madeira ou alvenaria feitos pela comunidade como medidas emergenciais. Sobre a quantidade de escolas construídas verifica-se a sistematização na tabela 34.

**Tabela 34** - Quantidade de Escolas Construídas em 2005 - 2011

ANO	Nº ESCOLAS CONSTRUÍDAS CIDADE	Nº ESCOLAS CONSTRUÍDAS PLANALTO	Nº ESCOLAS CONSTRUÍDAS RIOS	TOTAL
2005-2011	14	31	70	115

Fonte: Informativo da Assessoria de Comunicação (2012).

O novo padrão do MEC foi utilizado na estrutura das escolas em relação às reformas e ampliações, dando ênfase também às ampliações de outras dependências que eram necessárias para a realização das atividades educacionais, como é o caso de salas de aula adequadas ao clima regional, quadras cobertas, bibliotecas e laboratórios de informática, bloco administrativo (Direção, Coordenação Pedagógica, Secretaria e Sala de Professores) tanto na cidade quanto no campo, o que pode ser observado na tabela 35.

**Tabela 35** - Quantidade de Escolas Reformadas e Ampliadas<sup>32</sup>

ANO	Nº ESCOLAS DA CIDADE	Nº ESCOLAS DO PLANALTO	Nº ESCOLAS DE RIOS	TOTAL
2005-2011	22	30	23	75

**Fonte:** Informativo da Assessoria de Comunicação (2012). Elaborado pela autora em 2017.

Sobre as informações inferidas neste tópico referente a este período de gestão, não se desenvolveu sobre a Gestão da Prefeita Maria do Carmo como nos itens anteriores, pelo fato de não se ter acesso, por ano, aos dados mostrados nas tabelas, mas somente por meio de informativos da assessoria de comunicação da SEMED e alguns relatórios, a partir dos quais se sistematizou os dados destacando as ações da rede física do primeiro e segundo mandato deste governo.

### 5.5.3 Rede Física na Gestão de 2013 a 2016

Os dados coletados e analisados dos relatórios do período do governo do prefeito Alexandre Wanghon (2013-2016) configuram-se num decréscimo, em comparação com o período da gestão da Maria do Carmo Martins, com relação à quantidade de escolas construídas. Por outro lado, mais escolas foram solicitadas com levantamento técnicos pela Divisão de Engenharia para construção, ampliação e pequenos reparos assim como, conforme visualizado na tabela 36, apenas o cadastramento de terrenos de creches e quadras cobertas com vestiário no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

**Tabela 36** - Quantidade de Escolas Construídas, Ampliadas, Pinturas e Pequenos Reparos na Zona Urbana

ANO	Nº ESCOLAS CONSTRUÍDAS	Nº ESCOLAS AMPLIADAS E PEQUENOS REPAROS	Nº DE CRECHES	Nº DE QUADRAS ESCOLARES
2013	02*	45 **	06 ***	03***
2014	01	09	17	02
2015	00	11	00	03
<b>2016</b>	<b>00</b>	<b>04</b>	<b>00</b>	<b>10<sup>33</sup></b>

**Fonte:** Relatórios da SEMED dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.

\*Pleitos ao FNDE/ Construções de novas escolas.

\*\* Pleitos ao FNDE/ Ampliação de escolas.

\*\*\*Terrenos cadastrados para a construção de creches do tipo B e C e quadras cobertas com vestiário no PAR.

<sup>32</sup> Não se padronizou a tabela nº 35 anualmente conforme a descrição deste tópico Rede Física por motivos de se ter acesso a um informativo e um relatório que sistematizou essas construções, reformas e ampliações desta gestão, totalizando os anos de 2005 a 2011.

<sup>33</sup> Das 10 quadras escolares coberta com vestiário (Projeto Padrão FNDE) apresentadas no ano de 2016 na tabela de Nº 36 na zona urbana, 02 são obras com a ordem de serviço emitidas e 02 estão com contrato assinado, mas aguardando a emissão da ordem de serviço. Essas informações foram retiradas do Relatório da SEMED/2016 (2016, p. 33- 34).

Na tabela 37, que apresenta informações sobre a Região do Planalto santareno<sup>34</sup>, percebe-se que houve mais solicitações de construções de escolas do que reformas e pequenos reparos, em comparação com a tabela 38, e houve um aumento significativo de demandas de construções para as escolas de rios.

**Tabela 37** - Quantidade de Escolas e creches Construídas, Ampliadas, passaram por Pinturas e Pequenos Reparos na Região do Campo - Planalto

ANO	Nº ESCOLAS CONSTRUÍDAS	Nº ESCOLAS AMPLIADAS E PEQUENOS REPAROS	Nº DE CRECHES <sup>35</sup>	Nº DE QUADRAS ESCOLARES
2013	25*	18 **	02***	04***
2014	00	04	03	02
2015	01	00	00	00
2016	01	01	00	03

**Fonte:** Relatórios da SEMED dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.

\* Pleitos ao FNDE/ Construções de novas escolas.

\*\* Pleitos ao FNDE/ Ampliação de escolas.

\*\*\*Terrenos cadastrados para a construção de creches do tipo B e C e quadras cobertas com vestiário no PAR (Plano de ações articuladas).

**Tabela 38** - Quantidade de Escolas Construídas, Ampliadas, Pinturas e Pequenos Reparos na Região do Campo- Rios (Lago Grande, Arapiuns, Várzea, Tapajós e Arapixuna)

ANO	Nº ESCOLAS CONSTRUÍDAS	Nº ESCOLAS AMPLIADAS E PEQUENOS REPAROS	Nº DE CRECHES	Nº DE QUADRAS ESCOLARES
2013	51*	42 **	02***	01***
2014	01	05	02	01
2015	00	08	00	00
2016	04	01	00	01

**Fonte:** Relatórios da SEMED dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.

\*Pleitos ao FNDE/ Construções de novas escolas.

\*\* Pleitos ao FNDE/ Ampliação de escolas.

\*\*\*Terrenos cadastrados para a construção de creches do tipo B e do C e quadra coberta com vestiário no PAR (Plano de ações articuladas).

\*\*\* Vale ressaltar que são 22 creches (21 em andamento tipo C- método convencional e tipo B- metodologia inovadora e somente 01 foi concluída em Alter do Chão).

<sup>34</sup> [...] é região geográfica conhecida como Planalto que reúne inúmeras áreas de terras, em campos, cortados por ramais e rodovias (REVISTA EDUCAÇÃO NA CIDADE DA GENTE, 2005, p.26). [...] as Bacias dos rios Moju e Mojuí que são tributárias das bacias do Rio Curuá-Una e formam juntas toda a malha hídrica existente na chamada “Região do Planalto”, composta por inúmeros igarapés e rios de pequeno porte, todos convergentes para o rio central, o Curuá-Una (Plano Municipal de Educação (2015- 2025), 2015, p.10).

<sup>35</sup> No Relatório SEMED/2016 (p.32) apresenta-se dados da Divisão de Engenharia num quadro intitulado Construção de Creches, dentro do item obras em execução, totalizando 13 creches, sendo 11 na zona urbana nos bairros da Matinha, Santo André, Alvorada, Jutai, Santana, São Cristóvão, Área Verde, Ipanema, Uruará, Nova República e Amparo. Inferiu-se, também, 02 creches na zona rural, sendo uma em Alter do Chão e outra no Cipoal na região de Planalto. Não contabilizou-se essas informações na tabela nº 38 porque ainda estavam em processo de construção e algumas estão com as obras paralisadas.

Com informações levantadas nas tabelas 37 e 38, verificou-se que o governo do período 2013-2016 teve uma preocupação incisiva com instalações adequadas à melhoria do atendimento para os alunos do campo, vislumbrando a ampliação do acesso destes alunos à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental, ao mesmo tempo em que buscou a melhoria da qualidade educacional no município. Ressalta, assim, que:

A escola deve ser pensada em cada contexto, de modo que se busque superar os problemas de cada escola, de cada corpo docente, de cada alunado e suas especificidades, e os instrumentos nacionais de avaliação precisa fazer um diálogo com outros instrumentos que precisam ser formulados pelos sistemas estaduais e municipais de educação. Além disto, precisam considerar as especificidades das Escolas do Campo na organização do trabalho pedagógico, nas condições de trabalho e do contexto sócio-ambiental que se inserem [...] (SILVA, 2013, p.87).

Diante disso, percebeu-se a necessidade de desenvolvimento de políticas educacionais e práticas pedagógicas contextualizadas e democráticas voltadas para as escolas da zona rural na perspectiva de superar as dificuldades formativas e de infraestrutura para o sujeito do campo em sua diversidade, já que a maioria das escolas da rede municipal de ensino de Santarém está localizada em comunidades rurais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa desenvolvida sobre a Secretaria Municipal de Educação no período de 2003 a 2016 foi possível constatar avanços e alguns retrocessos, conforme os organogramas apresentados, na maneira de organização administrativa e pedagógica na gestão e organização do sistema para a otimização do atendimento das escolas, com suas divisões setoriais, assessorias, coordenações e seções que possibilitassem o desenvolvimento de uma política educacional mais democrática e eficaz para a aprendizagem dos alunos.

Tendo como desafio ampliar o acesso à educação do município na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e nas modalidades de ensino ofertadas pela rede municipal, propiciar maior número de vagas, mas, sobretudo, desenvolver uma educação de qualidade, evidenciou-se algumas diretrizes de ensino e indicadores de gestão em consonância com as exigências legais. Estas diretrizes e indicadores foram normatizados no sentido de direcionar e organizar os trabalhos administrativos e pedagógicos desenvolvidos pela rede escolar, com foco no aprendizado dos alunos.

Com base no registro histórico das políticas educacionais descritas durante o período supracitado, a SEMED procurou desenvolver processos a partir da descentralização e autonomia, de alargamento de espaços para estabelecimento de relações sociais mais autônomas e democráticas, as quais podem ser evidenciadas pelos mecanismos de controle social como a ampla atuação e fiscalização dos Conselhos do FUNDEB, CME/STM e Conselhos Escolares que permitiram o envolvimento dos atores escolares no controle e acompanhamento da aplicação dos recursos públicos na gestão da educação, bem como da necessidade de articular, apoiar e acompanhar as situações de aprendizagem das escolas. Em relação à descentralização administrativa, ocorreu por meio da delegação de autoridade aos administradores públicos (Prefeitos e Secretários de Educação), que se transformaram em gerentes progressivamente autônomos, quando gerenciavam verbas educacionais repassadas por programas da esfera federal para a municipal, vislumbrando melhorias dos indicadores educacionais na Educação Básica.

Enfatizando o fortalecimento do poder local, pôde-se inferir com este estudo que a legitimação das políticas educacionais locais permeadas pela Lei de Gestão democrática, Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Grupo do

Magistério e a elaboração de dois Planos Municipais de Educação já possibilita um avanço no que tange à organização administrativa e pedagógica do Sistema Municipal de Ensino e sua articulação com as escolas públicas municipais, o que pode ser constatado nos organogramas que estruturaram o funcionamento das gestões pesquisadas. Além disso, percebeu-se o controle dos recursos e a interlocução da sociedade civil e governo municipal com o monitoramento dos indicadores educacionais e avaliação do PME por meio dos Conselhos de controle social e do Fórum Municipal de Educação de Santarém.

Ao longo dos 14 anos, que foram registrados e analisados nesta pesquisa (2003 a 2016), a Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Santarém alcançou um crescimento equilibrado no número de matrículas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental tanto na zona urbana quanto na rural. Além disso, o IDEB melhorou, provavelmente, por meio dos programas e projetos implementados, das formações continuadas, do acompanhamento sistemático com intervenções pelas coordenadoras pedagógicas da SEMED nas escolas com IDEB abaixo da Média projetada. Apesar de não poder afirmar categoricamente que tal melhoria tenha sido exclusivamente por mérito dos programas e projetos desenvolvidos nas gestões estudadas, haja vista que o objetivo da pesquisa não era fazer análise de avaliação dos programas e projetos, mas apenas descrevê-los em conformidade com a periodização mencionada, percebeu-se que a construção, ampliação e a reforma de escolas contribuíram para melhorias educacionais.

Na Educação Infantil percebeu-se o aumento significativo da matrícula escolar com a elevação de aproximadamente 227% no período de 2003 a 2016, a partir da qual se inferiu maior preocupação da SEMED no atendimento desta clientela, pois houve a normatização da Educação infantil pelo CME/STM, a realização de concurso público e a elaboração da proposta pedagógica da Rede Municipal. Ainda, observou-se o período de transpasse da responsabilidade da SEMTRAS para a SEMED. Embora, tenha ocorrido uma alta elevação na matrícula, constatou-se uma deficiência na rede física para a inserção destas crianças nas creches e pré-escola adequadas, já que não foram concluídas neste período, e existem obras que se encontram atualmente paralisadas. Além disso, existem prédios alocados pela SEMED e que não oferecem condições físicas adequadas de atendimento.

No Ensino Fundamental, os índices de rendimento escolar aparecem com bons resultados já que apresentaram uma taxa média de aproximadamente 90% no período de 2003 a 2016. A taxa de reprovação e abandono reduziu, porém o índice de reprovação ainda é preocupante, pois, apresentou a média de 8,9%.

A Educação de Jovens e Adultos não demonstrou melhorias no rendimento escolar, pois a taxa nos índices de aprovação apresentou pouca variação, mantendo-se em torno de 63% nas quatro gestões. Foi, também, perceptível que o índice de abandono permaneceu alto com a média 31,5%. O índice de reprovação nas gestões ficou na média de 5,5%. Supõe-se que esta modalidade de ensino não era prioridade na primeira gestão, pois, foi evidenciada a não existência de uma coordenação ou seção específica que planejasse uma política de alfabetização de adultos e idosos.

Sobre a Educação Especial foi notório perceber que esta modalidade de ensino, atendida em todos os governos, teve um avanço em termos de matrícula com o percentual de aproximadamente 350% de atendimento e inserção deste público com uma política inclusiva, além da efetivação de projetos locais para a inclusão de jovens e adultos da educação especial e a obrigatoriedade legal. Observou-se que todas as gestões deram ênfase às ações e projetos para esta modalidade de ensino.

Asseverou-se que na última gestão registrada (2013- 2016) houve um Projeto intitulado EJA Inclusiva com ações bem pontuais para o atendimento de jovens e adultos com deficiência, e atividades recreativa com a inclusão familiar em parceria com a Coordenação de Educação Especial/Inclusiva e entidades de Ensino Superior, além do acesso dessas crianças e adolescentes até a escola por meio do fortalecimento da política federal do Transporte Escolar desde as duas gestões do período (2005- 2008 e 2009-2012).

Com base nas gestões municipais estudadas e na categoria de análise Programas, Projetos e Ações educacionais, destacando as subcategorias Formação/qualificação docente, Projetos Pedagógico, Didático-curricular e Rede Física, houve um intercâmbio e maior parceria com programas e projetos do governo estadual e federal na Gestão do período de 2005 a 2012, que enriqueceu as ações da Secretaria Municipal de Educação e Desporto até mesmo com políticas educacionais focalizadas para a ampliação e organização do Ensino Fundamental de 09 anos; políticas de ações afirmativas com a criação da Educação Etnicorracial; políticas

inovadoras de Educação Ambiental (Escola do Parque e Escola da Floresta); e políticas de qualificação para o profissional da educação tanto para a cidade quanto para zona rural por meio da Escola de Gestores e do PARFOR.

Após focalizar cada gestão dando ênfase à categoria Programa, Projetos e Ações, ficou evidente a ruptura ou continuidade de alguns programas e projetos. Em relação à continuidade, é imprescindível destacar a parceria público-privada com o Programa Escola Campeã (2003-2004), que foi denominado, na gestão de 2005-2009, de Programa Rede Vencer e, no período de 2013 a 2016, Programa Gestão Nota 10, em parceria com Instituto Ayrton Senna. O projeto Rádio pela Educação em parceria com a Diocese de Santarém por meio da Rádio Rural vem sendo desenvolvido desde a Gestão de 2005-2008, 2009-2012 até a gestão de 2013-2016 com o nome atual de Rádio pela Educação (Projeto Educomunicativo). Outros projetos contínuos nas gestões estudadas são os seguintes:

- Programa escola ativa passou pelas 03 gestões com o mesmo nome e na última gestão (2013-2016) recebeu a nomenclatura de Escola da Terra;
- Programa Escola da Gente: duas Gestões (2005-2009/2009-2012);
- Projeto Arte na escola da Gente: (2005-2009/2009-2012), com alteração da nomenclatura para Projeto Lúdico Literário Ciranda de Arte (2013-2016);
- PROERD: (2005-2008/ 2009-2012 e 2013-2016).

No que se refere à ruptura, constatou-se que os programas e projetos que perderam o seu objetivo foram:

- A Escola do Parque da Cidade que agora agrega o Núcleo tecnológico de Informática e serve como local de eventos. Mas, ainda, há uma coordenação de Educação Ambiental que realiza atividades esporádicas voltadas para a sua funcionalidade;
- A Escola de Artes atualmente foi cadastrada no censo escolar como uma escola de atividades complementares, desenvolvendo modalidades artísticas para os alunos da Rede Municipal, Estadual e privada de ensino, assim como o atendimento à comunidade local;
- O Projeto Casinha de Leitura não foi mais desenvolvido com caravanas para a zona rural com formações continuadas, por depender de recursos do poder público local;

É necessário mencionar que não foi possível registrar com proficuidade, conforme a periodização da pesquisa, alguns dados estatísticos nas tabelas, gráficos e quadros no decorrer do trabalho devido à ausência de fontes documentais nos arquivos da SEMED. Ao mesmo tempo, aparecem alguns dados, informações divergentes concernentes à matrícula no Ensino Fundamental retirados do CONVIVA em relação aos apresentados pela Coordenação de Estatística e nos Relatórios da SEMED, impulsionando ainda mais a continuidade de estudos e pesquisas com outros instrumentos metodológicos sobre políticas educacionais no Sistema Municipal de Ensino além do estímulo à produção científica.

Diante do exposto, constatou-se que a maioria dos programas, projetos e políticas públicas desenvolvidas pelo governo municipal são continuidade de programas e projetos aderidos do Governo Federal, permitindo, assim, tanto aprendizagens institucionais que estruturaram o Sistema de Ensino em Santarém quanto para a gestão escolar permeadas pela descentralização e autonomia no que diz respeito à organização administrativa, pedagógica e financeira das escolas municipais. Pontuou-se alguns projetos significativos e inovadores do governo local nas gestões pesquisadas como políticas educacionais focalizadas, que podem ser mecanismos que colaboraram para o aumento de alguns indicadores educacionais e a garantia do direito à educação de minorias étnicas (indígena e quilombola), o que pode ser constatado nas seções 4 e 5.

Observou-se, também, por meio do registro e análise documental, que alguns programas e projetos desenvolvidos apresentaram a centralização dos processos de concepção da política educativa, ao mesmo tempo em que aparece a descentralização da sua execução financeira e algumas responsabilidades da União para os municípios e para as escolas da rede municipal de ensino.

Por fim, em relação aos avanços, constatados com o desenvolvimento da pesquisa, pôde-se perceber a melhoria dos indicadores educacionais, investimentos na formação e qualificação docente por meio de parcerias com instituições universitárias, estabelecimento de convênios com programas e projetos federais por meio do FNDE para a realização de construções, ampliações, reformas de escolas e pequenos reparos tanto na zona urbana quanto na rural. Por outro lado, os retrocessos foram evidenciados pela descontinuidade de programas, projetos e ações locais como, por exemplo: o Projeto Arte na Escola da Gente, Projeto Casinha de leitura, ações articuladas com agenda 21 de Educação Ambiental na Escola da

Floresta e na Escola do Parque da Cidade e outros locais, devido à influência da política partidária na agenda educacional de acordo com cada gestão pesquisada. Fica evidente a continuidade das políticas educacionais de acordo com os gráficos e tabelas apresentados nas seções 4 e 5 já que demonstraram avanços nos indicadores educacionais. Desse modo, percebeu-se também, com os registros dos programas e projetos na SEMED, a efetivação de políticas educacionais transplantadas do governo federal para a esfera municipal, o que proporcionou a consolidação do Estado em ação.

## REFERÊNCIAS

### LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ADRIÃO, Theresa. Privatização da Educação no Brasil: estratégias de regulação pelo setor privado da Educação Obrigatória. In: JEFFREY, Débora Cristina; AGUILAR, Luis Enrique (Orgs.). **Balanço da Política Educacional Brasileira (1999-2009)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

AGUILAR, Luis Enrique (Orgs.). **Balanço da Política Educacional Brasileira (1999-2009): ações e programas**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2013.

BARROS, Aidil de Jesus Paes; LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa: Propostas metodológicas**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BONETI, Lindomar Wessler. As Políticas Educacionais, Gestão da escola e a exclusão. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto e AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da Educação no município: Sistemas, conselho e plano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação Cidadã, 3).

CARNEIRO, M. A. **LDB Fácil: Leitura crítico- compreensiva, artigo a artigo**. 22.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COLARES, A. A.; COLARES, M.L.I.S. As políticas educacionais e a formação de professores. In: JEFFREY, D. C. e AGUILLAR, L. E. **Balanço da Política Educacional Brasileira (1999-2009): ações e programas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

COLARES, M.L.I.S. **Políticas Educacionais no município de Santarém**. Canoas: Ed. ULBRA, 2006.

CUNHA, Célio da (Coord.), *et al.* **O MEC Pós- Constituição**. Brasília: Liber Livro, 2016.

CUNHA, Célio; JESUS, Wellington Ferreira e SOUZA, Maria de Fátima Matos(Orgs.). **Políticas de Educação: cenários globais e locais**. Brasília: Liber livro, 2016. P.229-249.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S.(Orgs.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**.3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa quantitativa**. Trad. Sandra Netz. – 2 ed. – Porto Alegre: Bookman, 2007.

GANZELI, P. Regime de colaboração e Plano Nacional de Educação: Política de Estado ou política de governo. In: MARTINS, A. M., CALDERÓN, A. I., GANZELI, P.

e GARCIA, T. de O. G. (Orgs.). **Políticas e gestão da educação**: Desafios em tempos de mudanças. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. p. 45-64.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. O Financiamento da Educação no Brasil e o Desafio da Superação das desigualdades. In: SOUZA, Ângelo Ricardo; GOUVEIA, Andréa Barbosa; TAVARES, Taís Moura (Orgs.). **Políticas educacionais**: conceitos e debates. 2.ed. Curitiba: Appris, 2013.

MACEDO, Elivaldo José. **O município de Santarém**: Sua história, seus encantos. 1ª ed. Santarém- Pará: Grafórmula, 2002.

MARTINS, A.M.; CALDERÓN, A.I.; GANZELI, P. e GARCIA, T. de O. G. (Orgs.). **Políticas e Gestão da Educação**: desafios em tempos de mudanças. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MARTINS, Ângela Maria Martins e WERLE, Flávia Obino Corrêa (Orgs.). **Políticas educacionais**: elementos para reflexão. Porto Alegre: Redes editora, 2010.

MARTINS, Ângela Maria Martins. **Autonomia da escola**: a (ex)tensão do tema nas políticas públicas. São Paulo: Cortêz, 2002.

MÉSZAROS, S. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2.ed. S. Paulo: Boitempo, 2008.

MONLEVADE, João. **Educação Pública no Brasil**: Contos e descontos. Ceilândia, DF: Idéa editora, 1997.

MONLEVALE, A. J. **Plano Municipal de Educação Fazer para Acontecer**. Brasília: Ed. Idéa, 2002.

NEY, Antônio. **Política Educacional**: Organização e estrutura da Educação Brasileira. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

OLIVEIRA, Adão Francisco. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco (Org.), PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. **Fronteiras da Educação**: desigualdades, tecnologias e políticas. Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99.

OLIVEIRA, Cleiton de; GANZELI, Pedro. O processo de Municipalização do Ensino Fundamental, da primeira à quarta série, em Piracicaba. In: GIUBILEI, Sônia (Org.). **Descentralização, municipalização e políticas educativas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PINHEIRO, Lucineide; RODRIGUES, Rosa Luciana Pereira. A experiência da rede municipal de ensino de Santarém (PA) In: MOLL, Jaqueline e Colaboradores. **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direitos a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012 (p.434- 438).

ROCHA, Ruth. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 13. ed. São Paulo: Scipione, 2012.

RODRIGUES, Melânia Mendonça; ARAÚJO, Luzia dos Prazeres; SOUZA, Maria Eduarda Gomes de; AZEVEDO, Meryglauca Silva e SOUSA, Pâmella Tamires Avelino. A Gestão educacional nos planos de ações articuladas (PAR) de municípios paraibanos. In: SILVA, Andréia Ferreira da; RODRIGUES, Melânia Mendonça (Org.). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB):** avaliação da educação, organização escolar e trabalho docente em escolas municipais do Estado da Paraíba. Campina Grande: EDUFPG, 2013.

ROSAR, Maria de Fátima Félix. Movimentos Sociais, Educação e Revolução. In: ORSO, Paulino José; MALANCHEN, Julia e CASTANHA, André Paulo (Orgs.). **Pedagogia Histórico-Crítica, Educação e Revolução: 100 anos da Revolução Russa**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2017.

SANFELICE, José Luis. A conjuntura Educacional atual: para onde caminha educação. In: SANFELICE, José Luis; SIQUELLI, Sônia Aparecida (Orgs.). **Desafios à Democratização da Educação no Brasil Contemporâneo**. 1ª edição eletrônica. Uberlândia: Navegando publicações, 2016.

SANTOS, Marilza Serique. Avaliação na perspectiva do Programa “Escola Campeã”. In: COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa (Org.). **Colóquios Temáticos em educação: a avaliação em seus múltiplos aspectos**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Maria do Socorro. A avaliação nacional e as escolas do campo: tecendo reflexões e perspectivas. In: SILVA, Andréia Ferreira da; RODRIGUES, Melânia Mendonça (Org.). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB):** avaliação da educação, organização escolar e trabalho docente em escolas municipais do Estado da Paraíba. Campina Grande: EDUFPG, 2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo; GOUVEIA, Andréa Barbosa; TAVARES, Taís Moura (Orgs.). **Políticas educacionais: conceitos e debates**. 2.ed. Curitiba: Appris, 2013.

TAVARES, Ailanda Ferreira; MOTA, Alciane Ayres. Livro- reportagem. **Agricultura Familiar: merenda saudável para as crianças**. Santarém, 2013. Esta obra é a finalização do Curso de Especialização em Jornalismo Científico da Universidade Federal do Oeste do Pará, sob orientação da Prof. Dr<sup>a</sup>. Raimunda Monteiro.

VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino. **Política Educacional no Brasil: introdução histórica**. 3.ed. Brasília: Liber livro, 2011.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Reforma, inovação e Mudança: Delineando questões na área de políticas educacionais. In: MARTINS, Ângela Maria; WERLE, Flávia Obino Corrêa (Orgs.). **Políticas educacionais: elementos para reflexão**. Porto Alegre: Redes editora, 2010.

ZANDER, Katherine Finn; TAVARES, Taís Moura. Federalismo e Gestão dos Sistemas de Ensino no Brasil. In: SOUZA, A.R.; GOUVEIA, A.B.; TAVARES, T.M.. (Org.). **Política educacional: conceitos e debates**. 2ed. Curitiba: Appris, 2013.

## ARTIGOS E/OU PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

ARROYO, M. G. Educação e exclusão da Cidadania. In: BUFFA, E.; ARROYO, M. e NOSELLA, P. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 11.ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época, v.19).

BERNARDES, J. T.; FERREIRA, O.A.V.A. **Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2012. (Coleção Saberes do Direito, v.2).

CARMO, Eraldo Souza; PRAZERES, Maria Sueli Corrêa. Políticas Educacionais para a Amazônia: Teorias, práticas e contradições. In: **Revista Brasileira de Política e administração da educação**.V.31, N.3. Goiânia: ANPAE, 2015. p.531 - 541.

COLARES, A. A. **PEC 241: Retrocesso na Constituição Cidadã, Falácia Econômica e Embuste Político. Nota Introdutória:** Este texto foi redigido com base na palestra ministrada para estudantes do Ensino Médio no Auditório da Escola São Raimundo Nonato, em Santarém/PA, no dia 24 de outubro de 2016.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 2.ed. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. Estados de Bem-Estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. In: **Revista Sociologias**, Porto Alegre: ano 13, nº 27, maio/ agosto, 2011, p.220-254.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade**. Caderno Cedes, Campinas, V.36, n.99, p.137-153, 2016.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001 [p. 30-41].

LIBÂNEO, J.C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de pesquisa**. v.46, n.159, jan/mar.2016. [p.38-p.62].

LIMA, Licínio C. **Organização escolar e democracia Radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2002 (Guia da Escola Cidadã; V.04).

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** – v.25, n.2, mai./ago. 2009. p. 197-209.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: Como construir o Projeto Político Pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2002. (Guia da Escola Cidadã; v.7).

PEREZ, José Roberto. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out.- dez. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

SANFELICE, J. L.. **História e historiografia das políticas educacionais**. Disponível em <<http://www.gpec.ucdb.br/serie-estudos/index.php/serie-estudos/article/view/18/310>> Acesso em 14/03/2016.

SANTOS, P.S. M. B. dos. **Guia Prático da Política Educacional no Brasil**: ações, planos, programas e impactos. 2.ed. rev. e amp. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SAVIANI, Dermeval. Política e educação no Brasil. 5.ed. **Revista**. Campinas, SP: Autores Associados, (2002).

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**: significado, controvérsias e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. (Coleção Polêmicas do Nosso tempo).

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; ROSTIROLA, Camila Regina. Estado- Avaliador: reflexões sobre sua evolução no Brasil. In: **Revista Brasileira de Política e administração da Educação**. v.31. n.3. p.481-723. Set./dez.,2015.

## TESES E/OU DISSERTAÇÕES

FERREIRA, Gerusa Vidal. **Educação de tempo integral em Santarém**: ações da Secretaria Municipal de Educação no período de 2008 a 2014. Santarém, 2016. (Dissertação).

## DOCUMENTOS MUNICIPAIS E/OU JURÍDICOS

BRASIL, Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União de 01/01/2001**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-norma-actualizada-pl.pdf>>. Acesso: 20 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB**, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nº 94 24 de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 09 de junho de 2004, e 10.845, de 05 março de 2004; e dá outras providências.

SANTARÉM- PARÁ. **Informativo da Assessoria de Comunicação da Semed.** Período de 2008 a 2012.

SANTARÉM- PARÁ. Lei Nº19.829/2015, de 4 de julho de 2015. **Plano Municipal de Educação (2015-2025).** Site:www.santarem.pa.gov.br, 2015.

SANTARÉM –PARÁ. **Relatório de implantação do ensino fundamental de 09 anos na rede pública de ensino,** abril, 2008.

SANTARÉM –PARÁ. **Resolução nº 001 de 13 de novembro de 2008.** Conselho Municipal de Educação.

SANTARÉM- PARÁ. **Revista Educação na Cidade da Gente,** 2005.

SANTARÉM-PARÁ, Secretaria Municipal de Educação. **Relatório SEMED/2016.** Dezembro de 2016.

SANTARÉM-PARÁ. **Lei Nº 15.957/97 de 24 de junho de 1997** - Instituiu o Conselho Municipal de Educação de Santarém.

SANTARÉM-PARÁ. **Lei Nº 17.246/2002 de 21 de maio de 2002.** Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Grupo do Magistério da Rede Municipal de Ensino do Município de Santarém.

SANTARÉM-PARÁ. **Lei Nº 17.865/2004 de 03 de novembro de 2004.** Disciplina a organização do Sistema Municipal de Ensino do Município de Santarém.

SANTARÉM-PARÁ. **Lei Nº 17.867/2004 de 03 de novembro de 2004** - Aprova o Plano Municipal de Educação 2004/2013.

SANTARÉM-PARÁ. **Portaria Nº024/2004- GAB/SEMED** - Aprova normas complementares do Processo de Escolha de Diretores das Escolas Municipais de Santarém – 2ª Etapa da Eleição.

SANTARÉM-PARÁ. **Projeto Político Pedagógico e Proposta Curricular da Educação de jovens e adultos do município de Santarém para as escolas da rede municipal de ensino.** 2014.

SANTARÉM-PARÁ. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório FINAL/2013.** Junho de 2014.

SANTARÉM-PARÁ. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório SEMED/2014.** Janeiro de 2015.

SANTARÉM-PARÁ. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório SEMED/2015.** Janeiro de 2016.